



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Patrimônio Arquitetônico de Cajazeiras - PB: memória, políticas públicas e educação patrimonial



Eliana de Souza Rolim

Orientadora: Prof^ª. Dra. Carla Mary S. Oliveira

**Área de Concentração: História e Cultura Histórica
Linha de Pesquisa: Ensino de História e Saberes Históricos**

**JOÃO PESSOA - PB
Agosto - 2010**

**Patrimônio Arquitetônico de Cajazeiras - PB:
memória, políticas públicas
e educação patrimonial**

Eliana de Souza Rolim

Orientadora: Prof^ª. Dra. Carla Mary S. Oliveira

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História e Cultura Histórica.

**JOÃO PESSOA - PB
Agosto - 2010**

R748p Rolim, Eliana de Souza.

Patrimônio arquitetônico de Cajazeiras - PB: memória, políticas públicas e educação patrimonial/ Eliana de Souza Rolim. - - João Pessoa: [s.n.], 2010.

145f. : il

Orientadora: Carla Mary S. Oliveira.

Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA.

1.História cultural. 2.Memória.3.Patrimônio histórico. 4.Planejamento urbano. 5.Educação patrimonial.

ELIANA DE SOUZA ROLIM

**Patrimônio Arquitetônico de Cajazeiras - PB:
memória, políticas públicas
e educação patrimonial**

Avaliado em ___ / ___ / ___ com conceito _____

BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Profª Dra. Carla Mary S. Oliveira
PPGH-UFPB
(orientadora)

Profª Dra. Maria Lucinete Fortunato
PPGH-UFCG
(examinadora externa)

Profª Dra. Regina Célia Gonçalves
PPGH-UFPB
(examinadora interna)

*Aos meus amados
Heitor e Carlos*

AGRADECIMENTOS

Acredito que dizer simplesmente obrigada não seja suficiente para expressar minha imensa gratidão a todos os que de uma maneira ou de outra, contribuíram para a realização desse sonho, sem os quais esse trabalho não se concretizaria.

Contudo, mesmo que a expressão seja simples não posso deixar de dizê-la, muito *obrigada!*

Ao Deus de Misericórdia, porque tem sido generoso comigo e não me negou nenhum pedido, inclusive o de estar vivendo este momento.

Ao Senhor Jesus, que me amparou na ternura e paz de seu coração quando na fraqueza eu quis desabar.

À Maria, Mãe de Jesus exemplo de amor e entrega que me auxiliou nos momentos necessários e na realização de outro grande sonho – a maternidade.

A minha mãe Célia, exemplo de amor e dedicação, que eu guardo e sempre cultivo.

Ao meu padraсто Assis (*In Memoriam*). Hoje eu sei muito bem qual foi o seu papel em minha vida

Aos meus familiares – minha avó e minhas tias - que desde os meus primeiros dias de vida me acolheram e proveram o necessário ao meu desenvolvimento,

A minha sogra, Dona Fátima, por me incentivar e ajudar em tudo o que foi possível para que eu conseguisse essa vitória.

As minhas queridas cunhadas, verdadeiras irmãs: a Eliane pela acolhida, motivação e torcida sincera sem a qual as coisas teriam sido muito mais difíceis, a Isabel, que com tranquilidade e toda paciência me prestou grandes favores e a Irlândia, que sempre bem humorada me incentivou e torceu por mim.

A Elionita Sá, grande amiga e colaboradora, que desde o início acompanhou essa pesquisa e escutou minhas idéias.

A Ana Elizabete e a sua mãe Dona Valderi, que sempre me deram a mão generosa, compreensiva, companheira e amiga. Obrigada, Ana.

Aos meus queridos professores da graduação que apostaram em meu potencial e me mandaram seguir em frente: Professor Osmar Luiz da Silva Filho (obrigada, mestre), José Antonio de Albuquerque, Rubismar Marques Galvão, Chagas Amaro.

E de maneira muito especial, a Maria Lucinete Fortunato, uma das pessoas de maior crédito por eu estar aqui hoje. Não somente pelo conhecimento e preparo intelectual/

acadêmico, mas também por ensinar sobre como levar esse conhecimento para a vida. Pela amizade, enfim por tudo que fez por mim, Muito obrigada.

Aos que colaboraram, com a pesquisa e coleta dos dados aqui analisados. À Geneluza Dias, a Rivelino Martins, a Vilmar Rolim, a Adalberto Nogueira, ao professor Zé Antonio, a Borracha, a Dona Estelita Moreira, ao Senhor Francisco Matias Rolim, a Francisca Pereira Martins.

Aos professores do mestrado por tão humana acolhida, pelo conhecimento partilhado e pelo afeto nos momentos necessários:

A Regina Célia Gonçalves; a Vilma de Lurdes Barbosa; a Regina Behar; a Claudia Engler Cury, a Elio Chaves Flores, a Raimundo Barroso Cordeiro Júnior.

E, de maneira especial à minha orientadora Professora Carla Mary Oliveira, que, desde o início (lá na entrevista) se interessou pelo meu trabalho e com um sorriso meigo me disse: *não se preocupe, menina, tudo dará certo*. Muito obrigada, Carla, pela confiança e pela brilhante colaboração para a realização dessa obra, desse sonho.

À coordenação do PPGH, e especialmente, a pessoa de Virgínia, que me atendeu prontamente sempre que precisei.

Aos meus queridos amigos colegas de curso, companheiros gentis e de quem sentirei muitas saudades: Aryana, George, Priscilla, Paloma, Shirley, Cleófas Marcos, e sei que vocês me entenderão, porque agradecerei de maneira especial a Jucieldo Alexandre, que me ajudou num momento de grande necessidade, valeu meu querido amigo.

Enfim, quero agradecer à pessoa de maior importância para a realização desse momento, pois com certeza ela foi a principal incentivadora e que deu todo o apoio possível e o quase impossível para eu chegar até aqui. Ao meu grande amor, Carlos, obrigada! Você também foi o responsável pela realização de outro grande sonho, Heitor, minha joia mais preciosa, e a quem também agradeço por ter sido a grande alegria e refúgio onde a mamãe pode descansar olhando seu rostinho. Obrigada, meu filho!



RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo analisar o crescente processo de construções e transformações urbanas ocorrido em Cajazeiras – PB, o que tem acarretado a derrubada e reforma de antigos prédios e casarões que fazem parte do acervo patrimonial da cidade. Embora já exista, desde 2004, um decreto do Governo Estadual que reconhece e delimita a centro histórico local, este patrimônio arquitetônico vem sendo ameaçado e soterrado por esse crescente processo de transformação no que se refere à edificação de construções “modernas”. Tal realidade vem se acelerando desde a década de 1990 e, conseqüentemente, modificando a paisagem cajazeirense. Instigados por essa problemática objetivamos ainda: discutir a necessidade de implantação de políticas públicas de educação patrimonial a serem desenvolvidas em âmbito municipal, como possibilidade de construção de uma cultura histórica de preservação patrimonial centrada no ensino fundamental, além de analisar alguns aspectos do processo de modernização ocorrido em algumas cidades da Paraíba no início do século XX, buscando historiar o lugar de Cajazeiras neste contexto; destacar as construções identificadas pelo IPHAEP como patrimônio histórico local, analisando a problemática instaurada em torno da delimitação do Centro Histórico de Cajazeiras, tentando identificar seu atual estado de conservação, discutindo a importância da preservação patrimonial para a memória e cultura histórica local. O trabalho se insere na linha de pesquisa Ensino de História e Saberes Históricos do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, com área de concentração em História e Cultura Histórica, pretendendo dialogar com este campo de abordagem teórica, utilizando a metodologia de História Oral.

Palavras Chave: Patrimônio Arquitetônico e Histórico; Memória; Políticas Públicas Educacionais e de Planejamento Urbano; Educação Patrimonial; Cidade e Modernidade.



ABSTRACT

This Master's Degree Dissertation analyzes the increasing process of building and urban transformations occurred in Cajazeiras, Paraíba State, Northeast Brazil, during the second half of 20th Century, that's caused the destruction of various ancient houses, remodeling the downtown streets and other spaces. Although already exists, since 2004, a governor executive order that recognizes and delimits the local historical downtown, this architectural heritage comes being threatened and buried for this increasing transformation process that privileges "modern" buildings. Such reality comes if speeding up since the 1990's, modifying the local landscape. With focus on this problematic, the research objectifies: discuss the Heritage Education public policies and its implantation necessity in a municipal scope, as way to construct an historical culture centered in heritage preservation since the firsts classes of basic education. The modernization process occurred in some Paraíba's cities during the first half of 20th Century is also treated, as a basis to discuss all that happened in Cajazeiras in the same context and period; detaching the buildings identified by IPHAEP (Paraíba Historical and Artistic Heritage Institute) as local historic sites, analyzing the problems concerned to delimitation of Cajazeiras' historical downtown, identifying the conservation current state of these heritage, and arguing the importance of the heritage preservation for memory and local historical culture. This work is integrated to the research line *History Education and Historic Knowledge*, of the Master's Degree Course of History Graduate Program in Federal University of Paraíba, whose area of concentration is *History and Historical Culture*, intending to dialogue with this field of theoretical boarding, using the Oral History methodology.

Keywords: Historical & Architectonical Heritage; Memory; Urban Planning & Educational Public Policies; Heritage Education; City & Modernity.



LISTA DE FIGURAS

Fig. 1 – Prédio da Boutique Evidência, na Rua Pe. Rolim, em estado de deterioração	39
Fig. 2 – Prédio da Boutique Evidência, na Rua Pe. Rolim, estado atual	39
Fig. 3 – Anúncio da Casa Teixeira. Propaganda publicada no periódico <i>O Sport</i> em 1928	70
Fig. 4 – Moveleira Moderna, anúncio publicado n' <i>O Sport</i> em 1928	70
Fig. 5 – Alfaiataria Freire – anúncio publicado no jornal <i>O Sport</i> em 1927.....	71
Fig. 6 – Círculo Operário.....	73
Fig. 7 – Gremio Artístico Cajazeirense.....	73
Fig. 8 – Edifício OK.....	75
Fig. 9 – Igreja Catedral de Nossa Senhora da Piedade.....	76
Fig. 10 – Casarão do professor Crispim Coelho.....	78
Fig. 11 – Casarão do major Epifânio Sobreira.....	78
Fig. 12 – Antiga Casa Ypiranga.....	78
Fig. 13 – Casarão Boa Vista.....	78
Fig. 14 – Antiga Estação Ferroviária.....	90
Fig. 15 – Cajazeiras Tênis Clube antigo.....	91
Fig. 16 – Cajazeiras Tênis Clube atual.....	91
Fig. 17 – Praça Nossa Senhora de Fátima.....	92
Fig. 18 – Coreto da Praça Nossa Senhora de Fátima.....	92
Fig. 19 – Igreja Matriz de Nossa Senhora de Fátima.....	92
Fig. 20 – Praça Ana Albuquerque e Colégio Nossa Senhora de Lourdes.....	93
Fig. 21 – Colégio Diocesano Padre Rolim.....	94
Fig. 22 – Catedral de Nossa Senhora da Piedade.....	95
Fig. 23 – Capela do Palácio Episcopal.....	95
Fig. 24 – Palácio Episcopal.....	95
Fig. 25 – Praça Cardeal Arcoverde.....	96
Fig. 26 – Prefeitura Municipal de Cajazeiras.....	96
Fig. 27 - Monumento do I Congresso Eucarístico Diocesano.....	96
Fig. 28 – Seminário Nossa Senhora da Assunção.....	97
Fig. 29 – Escola Profissional Monte Carmelo.....	98
Fig. 30 – Estátua do Cristo Redentor.....	98
Fig. 31 – Praça Coração de Jesus.....	99



LISTA DE SIGLAS

ACP – Associação Comercial da Paraíba

AMAR – Associação dos Amigos de Areia

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

Copac – Coordenadoria de Patrimônio Cultural do Município de João Pessoa

DPDC – Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural

FAFIC – Faculdade de Filosofia, Ciência, Letras e Arte de Cajazeiras

IENS – Irmãs Escolares de Nossa Senhora

IPHAEP – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IFOCS – Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC – Ministério da Educação

MinC – Ministério da Cultura

NEC – Núcleo de Extensão Cultural

NEP – Núcleo de Educação Patrimonial e Memória

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

PNC – Plano Nacional de Cultura

PROBECH – Coordenadoria de Proteção dos Bens Históricos e Culturais de João Pessoa

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SPHAN – Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura



SUMÁRIO

RESUMO	I
ABSTRACT	VIII
LISTA DE FIGURAS	IX
LISTA DE SIGLAS	X
1 – INTRODUÇÃO	1
2 – PATRIMÔNIO HISTÓRICO: CONCEPÇÕES E PRESERVAÇÃO, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, MEMÓRIA E CULTURA HISTÓRICA	11
2.1 - Patrimônio histórico como conhecimento histórico significativo: entre a cultura histórica e a memória coletiva	12
2.2 - Educação patrimonial: sustentabilidade, cidadania e construção de identidades	23
2.3 - Educação Patrimonial, Ensino de História, Parâmetros Curriculares Nacionais e transdisciplinaridade	28
2.4 - Políticas Públicas de Educação Patrimonial: casos na Paraíba e em Cajazeiras	33
3 – CIDADE E MODERNIDADE: CAJAZEIRAS NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX	42
3.1 – Cidade moderna: “território do desejo”, palco de transformações, emancipação e progresso	43
3.2 – Cidade e Modernidade: considerações acerca desse processo na cidade da Parahyba do Norte	50
3.3 – Interior Paraibano: modernidade e tradição, confronto e convívio nas primeiras décadas do século XX	59
3.4 – Cajazeiras no contexto da modernidade: crescimento urbano e construção de um Patrimônio Arquitetônico	66
4 – MEMÓRIA E CIDADE: PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO DE CAJAZEIRAS, PRESERVAÇÃO E DESTRUIÇÃO	80
4.1 – O Patrimônio histórico e a manipulação da memória coletiva	80
4.2 – O IPHAEP e a delimitação do Centro Histórico de Cajazeiras	88
4.3 – Preservação e/ou destruição do patrimônio arquitetônico de Cajazeiras: discursos e memórias	99
5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
6 – REFERÊNCIAS	120
6.1 – Livros	120
6.2 – Artigos	121
6.3 – Teses e Dissertações	123
7 – ANEXOS	124
7.1 – Anexo A - Decreto n. 25.140, de 28 de junho de 2004	124
7.2 – Anexo B – Minuta de Resolução – PROBECH – 20 jun. 2009, João Pessoa – PB	125
7.3 – Anexo C – Parecer do Conselho Municipal de Educação – 15 dez. 2009, João Pessoa – PB	130
7.4 – Anexo D – Mapa de Delimitação do Centro Histórico de Cajazeiras – IPHAEP, João Pessoa, 2003	132
7.5 – Anexo E – Fotos do antigo Hotel Oriente – Cajazeiras	133
7.6 – Anexo F – Fotos da Lancheonete São Braz – Cajazeiras	134



1 - INTRODUÇÃO

Atualmente tem crescido a discussão no que se refere à proteção do patrimônio histórico e cultural da humanidade. Para François Hartog (2006), no entanto, esse crescimento da preocupação das pessoas com relação ao seu patrimônio teve início na década de 1960, período em que se voltam os olhares na busca incessante pelas raízes e pela memória, movimento que, por conseguinte, inflacionou o campo do patrimônio histórico.

Para o autor, o século XX, que até então tinha vivenciado uma imensa obsessão pelo futuro, chega a seu final com um caráter mais comprometido com o presente. Um *presente onipresente* através do qual é intensificada a preocupação de guardar e preservar. Segundo Hartog, nesse *presentismo* estamos tomados entre a amnésia e a vontade de nada esquecer. Daí vem uma crescente proliferação do *patrimônio* e, por extensão, da *memória* que, para ele, são duas palavras chave consideradas como indícios, ou sintomas da relação do homem com o *tempo*. Nas palavras do autor elas são “formas diversas de traduzir, refratar, seguir, contrariar a ordem do tempo” (HARTOG, 2006, p. 265).

Assim sendo, entende-se que nessa “aflição” em que se encontra o homem do presente, tomado pela premência de preservar e proteger a memória, o patrimônio se torna um requisito básico, visto que, sendo considerado um signo de memória, guarda em sua materialidade ou expressividade lembranças que são suscitadas a cada evocação dos atores sociais. Para Hartog esta proliferação do patrimônio, que ele denomina de *patrimonialização galopante*, tem seu auge nos anos de 1990 e traz à tona a relação tempo/ memória/ patrimônio, colocando este último no topo das ações das políticas públicas direcionadas às causas culturais.

Entretanto, há na visão do historiador francês, ao abordar de maneira crítica esse *boom* patrimonial do final do século XX, também a compreensão de que essa ascensão e valorização das memórias: parciais, setoriais, particulares, ligadas ao patrimônio, serve de fundamento para a construção de histórias de grupos particulares, com base nas memórias preservadas, em detrimento da concepção de uma história-memória nacional dominante. A partir dessa realidade, “O Estado-nação não impõe mais os seus valores, mas preserva mais rápido o que no presente, imediatamente, mesmo na urgência é tido como ‘patrimônio’ pelos diversos atores sociais” (HARTOG, 2006, p. 270).

Tomando por base o pensamento de Boaventura de Souza Santos, é possível afirmar que esse *boom* patrimonial evidenciado por Hartog, está inserido no contexto do processo de globalização cultural, que, para Santos (2002), ganhou um novo fôlego a partir da década de 1980, com a chamada *viragem cultural*. Segundo o autor, essa transformação ampliou os

olhares dos estudiosos das Ciências Sociais no que se refere às explicações para os acontecimentos históricos, ou seja, a partir de agora, além de levar em conta os aspectos socioeconômicos na abordagem desses acontecimentos, também passam a considerar os aspectos políticos e culturais.

Nesse contexto, Santos abre uma discussão acerca desse novo processo de globalização que vem ocorrendo desde as últimas décadas do século XX e que, para ele, não possuem precedentes no que se refere à dinamização das trocas financeiras e de mercadorias, especialmente na aceleração das relações sociais e no intercâmbio de informações circulantes, tanto nos meios tecnológicos quanto através da migração de pessoas, entre os diversos países integrados por um “forçado” consenso econômico denominado de neoliberal¹. No entanto, para esse consenso, os fenômenos culturais só despertam interesses se forem levados à condição de mercadoria, “... que como tal devem seguir o trilha da globalização econômica” (SANTOS, 2002, p. 49).

Outras questões abordadas pelo autor com relação à globalização, dizem respeito à discussão que se coloca entre vários estudiosos acerca de uma possível homogeneização ou diferenciação cultural promovidas por tal processo, bem como sobre a emergência de uma cultura global.

A respeito da questão se a globalização acarreta homogeneização, Santos afirma que a elucidação, no que diz respeito às relações sociais e de poder que surgem da produção tanto de homogeneização quanto de diferenciação, o que se verifica são impasses que ainda não encontram resolução clara na discussão elaborada entre os estudiosos que debatem o assunto. No entanto, destaca que, a partir das colocações de alguns desses autores, é possível dizer que a globalização não promove somente homogeneização, mas também diversidades.

Já com relação à emergência de uma *cultura global* e tendo por base os autores discutidos, Santos, conclui que:

A atenção sociológica concedida a esta idéia nas últimas três décadas tem, contudo, uma base empírica específica. Acredita-se que a intensificação dramática de fluxos transfronteiriços de bens, capital, trabalho, pessoas, idéias e informações originou convergências, isomorfismos e hibridizações entre as diferentes culturas nacionais, sejam elas estilos arquitetônicos, moda, hábitos alimentares ou consumo cultural de massas. Contudo, a maior

¹ “Consenso neoliberal” ou “Consenso de Washington” por ter sido em Washington, em meados da década de oitenta, que ele foi subscrito pelos estados centrais do sistema mundial, abrangendo o futuro da economia mundial, as políticas de desenvolvimento e especificamente o papel do Estado na economia. Nem todas as dimensões da globalização estão inscritas do mesmo modo neste consenso, mas todas são afetadas pelo seu impacto (SANTOS, 2002, p. 27).

parte dos autores sustenta que, apesar de sua importância, estes processos estão longe de conduzirem a uma cultura global. (SANTOS, 2002, p, 47)

Ao fazer essa discussão em torno da construção de uma possível cultura global ele ainda destaca que, neste caso, o papel do Estado Nação é ambíguo, pois, se no campo externo busca defender a autenticidade da cultura nacional, em âmbito interno faz uma homogeneização forçada, impondo uma cultura de cima para baixo que acaba por colocar em extinção diversas culturas locais. Para isso utiliza suas instituições de poder, tais como: a polícia, o Direito, o sistema educacional e os meios de comunicação social.

Meneses (2004, p. 27-28), que também analisa essa crescente valorização dos bens patrimoniais, afirma que a indústria do turismo cultural e a comercialização desses bens, como mercadorias, têm deslocado as populações dos chamados centros históricos das cidades, o que acaba por descaracterizar a vida cotidiana e a cultura local. Segundo o historiador mineiro, essa realidade prejudica a própria indústria cultural. Isso porque a maneira como é feita a exploração de sítios e lugares detentores de bens patrimoniais, bem como a falta de planejamento e de ações que incluam as comunidades locais na exploração turística desse patrimônio nas cidades, pode gerar um esvaziamento desses centros históricos e, conseqüentemente, dos próprios visitantes, que podem perder o interesse por visitar tal lugar.

Para ele, essa situação, além de prejudicar a própria indústria turística e a existência das comunidades que vivem no entorno do patrimônio exposto, coloca em risco a manutenção e preservação desses bens. Por isso, a inclusão social é de fundamental importância no desenvolvimento de uma atividade turística que seja prazerosa para os visitantes e lucrativa para o patrimônio cultural e comunidades locais.

A partir dessas discussões iniciais, é possível observar que o aumento de ações de preservação de patrimônio histórico em cidades tem despertado um crescimento no interesse mercadológico, no que se refere à exploração desse patrimônio nas chamadas “cidades históricas”², bem como em pequenos e médios núcleos urbanos.

Entretanto, nos reportando ao caso de Cajazeiras, especificamente, atualmente, a cidade experimenta um momento de efervescência no que se refere ao crescimento comercial, urbano e imobiliário, processo que vem acontecendo desde os anos 1980 e, especialmente da década de 1990 até o presente. Esse crescimento urbanístico traz, em seu contexto, uma transformação nos interesses de grupos da comunidade local, em relação à preservação ou não de algumas construções arquitetônicas antigas da cidade.

² Sobre isso o autor afirma ser uma expressão equivocada, pois toda cidade é histórica.

A proposta para esta dissertação de mestrado surgiu, portanto, de inquietações provocadas pelo crescente processo de construções e transformações urbanas ocorridas em Cajazeiras, sobretudo em relação à edificação vertical, o que tem acarretado a derrubada e reforma de antigos prédios e casarões da cidade. Esse patrimônio arquitetônico vem se perdendo ao longo do tempo, soterrado por um crescente processo de transformação urbana, no que se refere à edificação de construções “modernas”, o que tem se acelerado desde a década de 90 do século XX e, conseqüentemente, modificado a paisagem cajazeirense. Portanto, a escolha do Patrimônio Arquitetônico como objeto de pesquisa se deu por acreditarmos na importância desses bens para a Memória, a História e a Cultura histórica locais.

Acredita-se, ainda, que a construção dessa dissertação possa contribuir para os debates, em âmbito municipal e estadual, sobre a urgência de uma ação mais enérgica por parte do poder público e da sociedade civil no que se refere às tomadas de decisões e à aplicação da lei com relação à proteção desses bens, pois, mesmo contando com a força dessa proteção, tais prédios estão relegados ao abandono e à sua conseqüente destruição.

A falta de envolvimento da população local e das autoridades, no que se refere à preservação e manutenção de bens arquitetônicos mais antigos da cidade, é outro aspecto problemático dessa realidade de abandono e descaso. Grande parte deste acervo foi destruído, e aquele que se encontra de pé, ou que já foi tombado, vive em agonia e constante risco de desabamento, ou enfrenta reformas desastrosas no que concerne à perda de seus aspectos arquitetônicos originais.

Segundo Cabral e Oliveira (2005), não basta apenas que o bem seja tombado para ser salvo da destruição. A existência de políticas públicas de preservação patrimonial é fundamental para a manutenção desse patrimônio. No entanto, é preciso conjugar essas políticas com interesses da comunidade de seu entorno para que aconteça, de fato, uma preservação consciente e socialmente comprometida. Desse modo, haverá o envolvimento da comunidade com o seu patrimônio histórico. E isto será primordial para a existência de uma vitalidade do mesmo, pois a modernização e utilização dos prédios já tombados são consideradas importantes para sua conservação e sustentabilidade. E a preservação do patrimônio é importante para que o cidadão consiga se afirmar enquanto participante de uma sociedade e de sua cultura.

Embora o que se deseje fazer, nesta pesquisa, não seja uma oposição à modernização da cidade, espera-se com ela promover a reflexão sobre o modo como estão sendo tratadas as edificações arquitetônicas antigas que, com a riqueza de seus estilos, se constituem como

parte indiscutível do Patrimônio Histórico da cidade e, assim, apreender até que ponto e de que maneira isso está presente na memória coletiva da população.

Espera-se, ainda, fazer uma análise acerca da necessidade de implantação de políticas públicas e de Educação Patrimonial, em nível municipal, como possibilidade para a realização de uma preservação desse patrimônio que leve em conta não somente as instituições e órgãos governamentais, mas também a participação efetiva da população cajazeirense que, por meio desse processo educativo, possa (re)descobrir essa riqueza cultural que, indubitavelmente, é parte da memória e história da cidade.

Para Le Goff, “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (1994, p. 476). Assim sendo, o que se percebe na fala do historiador – para quem a memória não é história, mas seu objeto – é que a comunicação entre ambas (história e memória) é fundamental na medida em que o historiador pretende trabalhar na perspectiva de investigar outras possibilidades de trazer à tona outras versões, a partir das experiências individuais e coletivas.

Concorda-se que essa ideia é relevante para uma pesquisa histórica que tenha por objetivo construir saberes históricos diferentes dos já elaborados por uma “História oficial”³, estudando a relação de uma comunidade com seu Patrimônio Histórico, destacando o valor desse patrimônio para a ressignificação da cultura histórica local. Embora esta pesquisa em questão não esteja trabalhando com os excluídos da história, acredita-se que uma outra história pode ser construída com base na investigação das memórias relacionadas com o patrimônio arquitetônico da cidade de Cajazeiras.

Na visão de Halbwachs (1990), apesar da existência de uma memória individual, é sempre a memória coletiva que mais facilmente evocamos quando buscamos dar um suporte mais confiável ao fato lembrado. Entretanto, para ele essa memória coletiva se desenvolve dentro de um quadro espacial, isto é, as lembranças também se conservam no meio material que nos cerca cotidianamente, daí a importância da conservação desse meio material como suporte da memória coletiva.

³ Ao abordarmos a questão da produção de uma história oficial, tomamos por base a análise de DIAS, (1996) ao discutir o processo que culminou com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP e de como os primeiros intelectuais do órgão sentindo a necessidade de se criar uma identidade paraibana – *a paraibanidade*, a partir da produção de um discurso historiográfico, construíram ao longo de suas publicações uma história oficial, que buscava elevar o nome da Paraíba e as peculiaridades do homem paraibano em detrimento dos demais estados da federação. Desse modo o IHGP passou a produzir e divulgar, uma história factual de caráter positivista, que apregoava um aspecto harmonioso no que se refere à formação da sociedade paraibana.

Nesse sentido, é preciso concordar com Rolnik (1995), para quem as construções arquitetônicas de um determinado período guardam muito das experiências e histórias vivenciadas pelas sociedades que as construíram e, por isso mesmo, a preservação da memória coletiva dessas sociedades através da existência desse patrimônio, é uma riqueza que pode ser descoberta através da memória, das imagens e da oralidade das personagens que conheceram essas construções no tempo em que elas *pulsavam* através da dinâmica de seus antigos habitantes. Ainda para Rolnik, “A arquitetura da cidade é ao mesmo tempo continente e registro da vida social [...]” (1995, p. 18).

Entendemos que a questão da preservação do Patrimônio Arquitetônico e Histórico é um meio pelo qual se torna possível a elaboração de narrativas históricas do período de construção desse mesmo patrimônio e de suas posteriores transformações, destacando-se também o valor desses monumentos como lugares de memória e de construção de uma cultura histórica, que se constitui enquanto meio de identidade social de uma população que, a partir da memória coletiva evocada com base na relação com seu patrimônio histórico, constrói outras versões diferentes daquelas apontadas pela História tradicional da qual foi excluída.

Portanto, cabe aos historiadores profissionais, como enfatiza Le Goff, pesquisar e trazer à tona esses significados e essa memória, fazendo com que os saberes históricos produzidos através desse estudo possibilitem aos próprios atores sociais se perceberem enquanto produtores e sujeitos da História. Assim, será possível preservar esse patrimônio, através da formulação de políticas públicas e educacionais, promovendo uma educação patrimonial no intuito de redirecionar o imaginário social e político para a valorização e compreensão da cultura histórica local.

No caso de Cajazeiras, acreditamos que, por meio da implantação de uma Educação Patrimonial, podem ser ampliados os olhares tanto da comunidade escolar, quanto da sociedade em geral, para primeiro conhecer seu patrimônio histórico e cultural e aprender a valorizá-lo como um elemento primordial para a memória e História local.

A cidade de Cajazeiras está localizada no extremo Oeste do Estado da Paraíba. Dista cerca de 475 km da capital, e além de ser um dos pólos comerciais e educacionais do Alto Sertão Paraibano, tem dado uma grande contribuição para a História da Paraíba e do Nordeste, sobretudo, no que diz respeito à Educação, onde vem se destacando, desde a fundação do Colégio Padre Rolim, na primeira metade do século XIX.

É inegável também que a cidade de Cajazeiras possui um rico conjunto arquitetônico que inclui não só o casario das ruas do centro, mas também vários prédios isolados que remontam ao tipo de construções das décadas de 20, 30 e 40 do século XX e mesmo algumas

ainda de fins do século XIX. Alguns desses monumentos, já tombados pelo IPHAEP – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba⁴, vêm resistindo às pressões das reformas e das novas edificações, mas muitos deles, aos poucos, estão sendo destruídos, sem preocupação por parte de seus proprietários, das autoridades e até mesmo da população. Embora já exista, desde 2004, um Decreto do Governo do Estado que normatiza a preservação e estabelece a delimitação do Centro Histórico da cidade, não se questiona sobre o valor que estas edificações possuem para a cultura histórica do município.

Desse modo, acredita-se que fazer uma análise das políticas públicas de educação patrimonial existentes em algumas cidades do Estado, a exemplo de João Pessoa e Areia, seja imprescindível para a discussão da importância da preservação e valorização da História, da memória de Cajazeiras, com relação ao patrimônio histórico local, já que na cidade, a não existência de tais políticas prejudica as iniciativas, tanto por parte de órgãos públicos, como de pessoas que, de maneira particular, lutam em defesa da preservação do patrimônio arquitetônico e histórico e da cultura histórica local.

Em relação ao campo ou domínio da História, essa pesquisa se filia à história cultural, uma vez que aborda questões relacionadas ao estudo de bens culturais, como é o caso do Patrimônio Histórico, tendo a compreensão de que esses bens são possuidores de significados, tanto como cultura material, quanto como signos de memória e lugares de identidade histórica para as sociedades nas quais foram idealizados e construídos.

Insera-se ainda na linha de Ensino de História e Saberes Históricos, pois apropriando-se das ideias desenvolvidas por Flores (2007), de que não somente a história dos historiadores pode ser considerada como cultura histórica, acredita-se que, para se apreender a cultura histórica de um povo, não é necessário recorrer apenas aos compêndios escolares, como afirma Le Goff (1994), mas buscar também, através de outros suportes culturais, como defende Flores, construir saberes históricos significativos. Aqui, se insere o patrimônio histórico que, sendo entendido como um bem destinado ao usufruto de uma comunidade e como signo de memória pode ser objeto de ensino e construção de saberes.

No que concerne ao percurso metodológico, é pertinente destacar que, a fim de responder os vários aspectos que englobam a problematização do objeto de estudo, a pesquisa

⁴ O IPHAEP já catalogou e tombou cerca de uma dezena de construções e delimitou o Centro Histórico de Cajazeiras, mas segundo membros da instituição, uma das dificuldades para o não tombamento de outras edificações antigas existentes se deve ao fato de serem propriedades particulares e pela não concessão dos proprietários. Uma das razões para a não concessão é o valor financeiro dos imóveis que, em sua maioria, estão localizados no centro da cidade. Embora muitos destes imóveis estejam dentro da área delimitada e por isso não possam sofrer nenhum tipo de intervenção sem a autorização do IPHAEP.

se desenvolveu por meio da utilização de diferentes procedimentos, no que diz respeito aos instrumentos de pesquisa e à coleta de dados.

Além de pesquisas bibliográficas a respeito da História de Cajazeiras, nas quais buscamos perceber menções sobre a edificação do acervo patrimonial e arquitetônico existente, também fizemos um levantamento fotográfico atual e antigo das velhas construções da cidade, e, ainda, realizamos entrevistas com representantes de alguns segmentos da sociedade local.

Com relação à análise das imagens fotográficas, a idéia inicial era desenvolver um trabalho de comparação buscando identificar nas antigas construções arquitetônicas, o processo de transformação sofrido pelas mesmas, bem como perceber quais delas foram conservadas, isto é, mantidas em seu aspecto arquitetônico original, e quais foram modificadas ou destruídas, analisando as possíveis causas dessa destruição e/ou preservação. Contudo, a escassez de acervos organizados com datas e em bom estado de conservação foi um obstáculo que em muito dificultou o direcionamento da análise desses dados. Diante desse percalço, optamos por trabalhar com acervo fotográfico apenas como parte ilustrativa, o que a nosso ver não diminuiu a importância das fotografias mostradas no trabalho. Consideramos que as mesmas foram de total relevância, já que falar de um acervo patrimonial arquitetônico implica em possibilitar ao leitor a visualização do que está descrito na narrativa.

No que diz respeito às entrevistas, cabe enfatizar que, devido a dificuldades espaço-temporais, não nos foi possível levar adiante a idéia inicial de fazer uma pesquisa buscando apreender as memórias coletivas de determinados grupos da sociedade cajazeirense, tais como: idosos, herdeiros dos imóveis investigados; funcionários de cartórios, moradores das ruas onde se localizam as antigas construções, autoridades e membros das instituições competentes, no que se refere à infra-estrutura e às políticas públicas de preservação do Patrimônio Histórico da cidade e do Estado.

Desse modo, fomos obrigados a reduzir nosso contingente, optando por trabalhar com depoentes, representantes de alguns segmentos da sociedade, totalizando seis pessoas, dentre elas: um professor universitário - considerado um dos maiores conhecedores da história local, dois empresários do comércio - e que também são proprietários de imóveis tombados, os secretários de Educação e Cultura e o ex-secretário de Planejamento da atual gestão municipal. A escolha dos citados depoentes foi feita por considerarmos que, por meio das informações, colhidas e interpretadas nas oralidades dos mesmos, poderíamos alcançar os resultados esperados e respaldar a problemática que envolve a delimitação do centro histórico inicial da cidade de Cajazeiras, feita pelo IPHAEP em 2003, apreendendo como está sendo

tratado esse patrimônio histórico, por parte de alguns segmentos da sociedade e da administração municipal. Neste sentido, a análise das falas dos respectivos depoentes dão indícios da compreensão desses sujeitos em relação a problemática levantada e se apresenta como bastante significativa no que concerne à forma como externam o tema a partir de seus respectivos lugares sociais, já que sendo pessoas de expressiva representatividade dentro do contexto social, político, econômico e/ou cultural de Cajazeiras, possuem certa influência e, por conseqüência, são formadores de opinião.

Destacamos, ainda, que em meio à análise das falas dos entrevistados, aparece a opinião de alguns taxistas que usam como ponto a Praça Coração de Jesus, no centro da cidade, sem, contudo, haver nenhuma transcrição de fala ou identificação dos sujeitos. Isso porque, embora desde o início da elaboração de nosso projeto, os taxistas tenham sido alvos da nossa pesquisa, sempre que os procuramos, em diversos momentos, eles nos atenderam cordialmente, conversaram sobre o assunto de nosso interesse, mas nunca assinaram o termo de consentimento livre esclarecido, nem permitiram a gravação ou anotações de suas opiniões de maneira individual. Por isso, apenas abordamos a opinião que ficou registrada em nossa memória, quando dos contatos que tivemos com os mesmos, em relação ao problema investigado, sem identificação de nenhum deles.

Tendo por base esta reflexão inicial do primeiro capítulo, trazemos uma discussão em torno das concepções do patrimônio histórico como um bem cultural, de valor significativo, tanto para a memória, quanto para a cultura histórica, como também para a produção de conhecimento no segundo capítulo. Momento em que, também, fazemos um breve trajeto das políticas culturais no Brasil, desde o Decreto n. 25, de 30 de novembro de 1937, conhecido com a Lei do Tombamento, nos contextos das cartas constitucionais de 1946, 1967 e 1988.

Na sequência, o mesmo capítulo faz uma abordagem em torno da concepção de Educação Patrimonial e como essa temática foi desenvolvida no âmbito do Guia Básico de Educação Patrimonial, bem como no contexto da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação e dos Parâmetros Curriculares Nacionais. E finaliza analisando, embora de maneira breve, algumas ações relacionadas a políticas de Educação Patrimonial desenvolvidas no estado da Paraíba, mais especificamente nas cidades de João Pessoa e Areia, buscando traçar uma reflexão acerca de como essa temática está sendo tratada na cidade de Cajazeiras.

O terceiro capítulo discutirá o tema *Cidade e Modernidade* em Cajazeiras nas 3 primeiras décadas do século XX. Inicialmente se discutirá, num contexto mais abrangente, destacando as transformações da cidade moderna na visão de Roche (1998) quando estuda a Paris do século XVIII, passando pelas evoluções advindas com o avanço das atividades

industriais e comerciais surgidas no século XVIII e intensificadas a partir do século XIX, consideradas grandes responsáveis pelo crescimento urbano e populacional dos grandes centros europeus do século XIX e que perpassa para o Brasil adentrando para o século XX.

A partir dessa compreensão e tendo por base leituras e discussões teóricas, procura-se entender como esse processo chega à Paraíba, envolvendo a capital, e se desloca para as cidades do interior, a exemplo de Princesa, e como é recebido em Cajazeiras no início do século passado.

Neste contexto, busca-se entender como esse processo atuou no desenvolvimento e crescimento urbano dessas cidades e, no caso de Cajazeiras, especificamente como possibilitou a edificação do patrimônio arquitetônico aqui estudado.

Já no quarto capítulo, pretende-se desenvolver uma discussão sobre o tema *Memória e Cidade* com relação à preservação e destruição do Patrimônio Arquitetônico e Histórico de Cajazeiras, erguido nas primeiras décadas do século XX. Apresentaremos também, nesse capítulo, alguns exemplares do patrimônio arquitetônico da cidade já tombados pelo IPHAEP, bem como a análise de entrevistas feitas com pessoas representativas de alguns segmentos da sociedade local e representantes do poder público municipal, com relação à compreensão e preservação do patrimônio arquitetônico e histórico local.



2 – PATRIMÔNIO HISTÓRICO: CONCEPÇÕES E PRESERVAÇÃO, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, MEMÓRIA E CULTURA HISTÓRICA

A preservação do patrimônio histórico – que desde o século XIX foi objeto de preocupações de historiadores, arquitetos e cientistas sociais, entre outros estudiosos que abordam esta temática – tem se configurado como algo importante, não apenas como objeto de estudo, mas também, como produção de conhecimento histórico significativo, bem como para a cultura histórica e a memória coletiva da sociedade.

Essa noção acerca de patrimônio cultural, no Brasil, tem sido ampliada, especialmente, desde a Constituição de 1988⁵ e mais ainda, neste início de milênio, quando as discussões a respeito dessa temática têm evidenciado a questão do patrimônio imaterial ou intangível⁶, já reconhecido pela citada Constituição e que ficou, por décadas, fora do alcance da proteção legal, já que, somente os monumentos edificados, isto é, o chamado *patrimônio de pedra e cal*, deveriam ser tombados e preservados.

Contudo, o desafio desse novo século é fazer com que as comunidades que convivem diariamente com esses bens culturais sintam-se responsáveis por eles e descubram o valor que possuem. Isso pode ocorrer a partir da implantação de políticas públicas de Educação Patrimonial que visem tornar a população uma aliada, em potencial, do processo de salvaguarda de um patrimônio que, mesmo entendido como um espaço de construção de significados e representações simbólicas, parece não despertar interesse geral do público que convive em seu entorno. Tal situação ocorreria, especialmente, pela falta de conhecimentos empíricos e teóricos dessa população sobre o assunto.

⁵ Em seu artigo 216, ampliou o conceito de patrimônio cultural e atribuiu formas para sua defesa.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

⁶ Em relação ao patrimônio cultural imaterial, a ideia é contemplar as mais diversas manifestações cotidianas dos grupos sociais do passado e atuais como o caso das festas, danças, religiões, culinárias entre outras, também compreendidas como sendo parte indiscutível da formação da identidade de um povo. Por isso, de acordo com Gonçalves (2003, p. 24): “Diferentemente das concepções tradicionais, não se propõe o tombamento dos bens listados nesse patrimônio. A proposta é no sentido de ‘registrar’ essas práticas e representações e de fazer um acompanhamento para verificar sua permanência e suas transformações”.

A Educação Patrimonial é apontada como um instrumento de “alfabetização cultural”⁷ e uma metodologia de ensino centrada na valorização e preservação sustentável do patrimônio cultural, patrimônio esse, entendido como fonte primária de conhecimento. Outra meta das políticas de Educação Patrimonial é a intensificação dos sentimentos de identidade e cidadania, com base no reconhecimento e valorização do patrimônio local, seja ele material ou imaterial.

2.1 - Patrimônio histórico como conhecimento histórico significativo: entre a cultura histórica e a memória coletiva

Em relação ao patrimônio histórico entendemos que é um bem cultural de significativo valor simbólico e se constitui em esteio da memória coletiva de cada sociedade, daí o porquê da necessidade de sua preservação, pois seus bens funcionam tanto como fontes históricas quanto como lugares de memória, testemunhos do passado, palco de experiências vivenciadas por atores sociais em tempos e espaços diferenciados. Por isso, o estudo desses lugares é significativo para a construção de saberes históricos e como objeto da cultura histórica local. Em seu estudo sobre patrimônio histórico, Françoise Choay afirma:

Patrimônio histórico. A expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma densidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos. (CHOAY, 2001, p. 11)

Nesse sentido se pode afirmar que, na visão desta autora, o patrimônio histórico se constitui, enquanto tal, a partir do momento em que passa a ser reconhecido como pertencente a um passado comum a uma determinada comunidade e, com base nessa concepção, é possível dizer que esses objetos, obras de arte, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir faire* dos seres humanos são signos de uma determinada identidade e de uma memória coletiva, além de alimentarem uma cultura histórica, no sentido em que Jacques Le Goff a compreende:

A história da história não deve se preocupar apenas com a produção histórica profissional, mas com todo um conjunto de fenômenos que constituem a cultura histórica ou, melhor, a mentalidade histórica de uma época. O estudo da literatura e da arte pode ser esclarecedor deste ponto. (LE GOFF, 1994, p. 48)

⁷ Sobre essa ideia ver HORTA; GRUMBERG & MONTEIRO, 1999.

Assim, mesmo considerando que cultura e mentalidade histórica são conceitos sinônimos e que a história dos historiadores seja a única que possui vocação científica, Le Goff não descarta a possibilidade de que a cultura histórica também englobe outros aspectos culturais produzidos em sociedade e, dentre esses, a literatura, as artes e os monumentos são considerados de grande importância “como testemunhas do gosto de algumas sociedades históricas pelo seu passado” (LE GOFF, 1994, p. 48).

É por isso que a preservação do patrimônio histórico não deve servir apenas para alimentar uma indústria turística ou manipular a cultura histórica de uma comunidade, de acordo com o interesse de entidades dominantes, mas sim, estar relacionada com a memória coletiva. E como defende José Newton de Meneses (2004), deve também estar relacionada com um projeto de sustentabilidade que vise promover o desenvolvimento econômico e a inclusão social das comunidades que, ao longo de sua história, tiveram tais monumentos como símbolo de identidade. Dessa maneira, pode-se dizer que o patrimônio, sendo um lugar de memória, deve ser entendido como um aspecto de considerável importância para a constituição das diversas identidades de uma determinada comunidade.

Sobre esse aspecto, Halbwachs (1990) defende que a memória coletiva ajuda na constituição das identidades, na identificação do sentimento de pertença e na construção de saberes. Esta concepção mostra a riqueza e a complexidade da subjetividade da memória que, mesmo não se constituindo numa releitura do passado, tal como ele se produziu, enriquece o estudo das relações passado/presente. Para Halbwachs essas relações são favorecidas quando encontram no meio material um aporte:

[...] não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca. (HALBWACHS, 1990, p. 143)

Desse modo, a memória coletiva, auxilia a confirmar a existência dos fatos presentes em cada memória subjetiva, isto é, quando alguém lembra de alguma coisa, essa lembrança não é total, pois a memória não é capaz de resgatar todas as nuances dos episódios vividos, daí a importância de verificar, na coletividade, outras luzes trazidas através das lembranças de outros atores para que os episódios narrados pela oralidade ganhem a sanção de uma testemunha. Como diz Ecléa Bosi (1994, p. 407), “Somos, de nossas recordações, apenas uma testemunha, que às vezes não crê em seus próprios olhos e faz apelo constante ao outro para que confirme a nossa visão: ‘Aí está alguém que não me deixa mentir’”. Todavia, não se pode

negar o valor da memória individual, pois, na verdade, é cada indivíduo que guarda em sua subjetividade as lembranças passadas.

Entretanto, trabalhar com a memória é uma tarefa árdua, visto que na sociedade contemporânea os acontecimentos são cada vez mais rápidos e passageiros e, a cada dia, novos assuntos ocupam espaços na mídia e no imaginário social. Isso faz com que o olhar sobre o passado se torne mais distante e “fora de moda”. Contudo, o passado entendido como tempo abstrato, presente na memória dos atores sociais, necessita ser lembrado.

Por isso, de acordo com Meneses (1999, p. 15-18), a preservação dos lugares de memória é relevante, não apenas para a recordação de um passado *fetichizado*, mas também para a valorização da memória coletiva, pois esses signos fazem parte da existência de um tempo comum a um determinado grupo social, isto é, as construções antigas dizem muito aos que se lembram sobre um tempo já vivido e que ficou no passado, sobre uma outra história, com outros conflitos e outras tramas sociais.

Segundo Simão (2006), neste início de milênio há um novo olhar em relação à preservação do patrimônio cultural, diferentemente do que ocorreu em décadas anteriores, onde havia a predominância dos valores “iluministas”, com ideias voltadas somente para o futuro, ou seja, a visão de mundo baseada no progresso norteava as mentalidades do homem do século XX.

Desse modo, a questão da preservação de bens culturais antigos sempre esteve em segundo plano, o que pode ser percebido pela destruição de construções arquitetônicas, e antigas ruas quando estavam no caminho das reformas de urbanização e progresso das cidades, algo que comumente ocorreu nas reformas urbanísticas que se deram especialmente entre fins do século XIX e começo do XX.

O movimento modernista, que já despontava na Europa da época, encontrava na voz de Charles-Edouard Jeanneret (Le Corbusier) a defesa da transformação total dos centros urbanos das grandes cidades para que, além de fazê-las progredir, também houvesse um processo de embelezamento das ruas e praças. As ideias de progresso e modernidade eram evidenciadas também por meio do alargamento de ruas e avenidas. Tais concepções tinham origem ainda nas reformas que Georges Eugène Haussmann⁸ fizera em Paris em meados do século XIX.

⁸ Haussmann (1809-91) foi um urbanista francês que extensivamente redesenhou Paris sob o reinado de Napoleão III (1852-70), construindo largas avenidas e bulevares para destacar a modernidade. Também instalou as estações ferroviárias fora da área central, e criou novos parques, dos quais o mais famoso é o Bois de Boulogne. Nesse processo de reconstrução e redefinição dos espaços urbanísticos, extensas áreas medievais de Paris foram demolidas.

Assim, a demolição de edificações antigas se tornou uma atividade bastante executada e tolerada durante o processo de crescimento e evolução dos grandes centros urbanos. Isso se deveu, em parte, aos interesses políticos de grupos sociais que, nos bastidores dessas transformações, buscaram exaltar suas próprias imagens atreladas aos momentos de *progresso e modernização* das cidades, o que acarretou, durante anos, a derrubada de prédios, casarões e até quarteirões inteiros.

Diante disso, parte da herança cultural material deixada pelos antepassados parecia perder seu lugar diante das novas gerações, ávidas pelo progresso e pelos modernismos que tomavam conta do imaginário coletivo no limiar do século XX⁹: “O processo de industrialização gerou transformações sociais e urbanas que incompatibilizaram a convivência entre o passado e o futuro, negando aos núcleos antigos o acesso ao tão apregoado progresso” (SIMÃO, 2006, p. 18).

Ainda de acordo com Simão (2006), mesmo com o advento desse movimento modernista, surgiram também na Europa do século XIX, teorias de preservação do patrimônio histórico, especialmente o arquitetônico. Duas grandes correntes baseadas nas ideias modernas levantam-se em defesa desse patrimônio: uma ligada ao arquiteto francês Viollet-le-Duc, de cunho racionalista, justificava a preservação de monumentos arquitetônicos pela sua importância estilística para o estudo e conhecimento acerca dos mestres antigos, e via na restauração um meio de conservação desses monumentos; já a segunda, ligada ao inglês John Ruskin, fazia oposição ao arquiteto francês e tinha concepções de caráter culturalista, defendendo a preservação dos bens patrimoniais, mas sem fazer nenhuma espécie de interferência na arquitetura original dos mesmos, para que não perdessem sua autenticidade.

Essas duas vertentes, apesar de darem um aspecto contraditório ao movimento preservacionista, foram importantes e influenciaram diretamente os modernistas brasileiros. Por um lado, as novas ideias intelectuais e artísticas pretendiam inserir o país no contexto do desenvolvimento e do progresso e, por outro, buscavam encontrar um modelo cultural para a nação que identificasse mais verdadeiramente o Brasil e o que era “ser brasileiro”.

Encabeçados por Mário de Andrade, intelectuais e artistas brasileiros encontraram nas cidades barrocas coloniais (especialmente as mineiras) a identidade artística que procuravam para o país e iniciaram uma cruzada em defesa da preservação desse patrimônio artístico e histórico. Em meio a esse processo surgiram vários dispositivos legais, como o Decreto-Lei n.

⁹ No entanto vale salientar, que, embora esta pesquisa esteja tratando do início do século XX, a preocupação com a modernidade e o progresso relacionados ao crescimento e transformação dos centros urbanos engloba vários momentos históricos diferentes no tempo e no espaço.

25, de 30 de novembro de 1937 que, com base no anteprojeto encomendado pelo então Ministro da Educação, Gustavo Capanema, ao escritor Mário de Andrade, criou o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, que atualmente recebe o nome de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN¹⁰.

Daí em diante, ao longo década de 30 do século XX, foram tombados diversos imóveis de origem colonial em todo país¹¹. Esse processo foi intensificado no governo Vargas, quando a busca pela construção de uma identidade originalmente brasileira tentava se livrar dos ditames da cultura europeia. Contudo, vale destacar que os primeiros monumentos a serem tombados pelo novo órgão contemplaram construções coloniais, valorizando uma memória histórica tradicional. Todavia, essa opção não deixou de fazer da preservação do patrimônio algo de grande importância para a formação de identidade histórica que se queria construir, inaugurando também a ação de políticas culturais no país. (CURY, 2002, p. 27-28)

Segundo Ângela de Castro Gomes, no capítulo “O Estado Novo e a recuperação do passado brasileiro” de seu livro *História e historiadores*, o Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural – DPDC – expressa a preocupação de Vargas em conscientizar a população e os intelectuais sobre o “espírito nacional” (Gomes, 1996, p. 162). Nesse sentido, a atividade estatal passa a recuperar momentos fundamentais do passado histórico brasileiro, através de ações como a publicação de documentos históricos, a criação do novo regimento do Museu Nacional, e a formação do Conselho Nacional do Livro Didático. Medidas que, entre outras também de caráter nacionalista, ofereceram não só “subsídios” intelectuais para se pensar essas questões, como também “instrumentalizaram” formas para se recuperar o passado, valorizar o presente e impulsionar o futuro da nação brasileira.

Aqui vale lembrar a obra *Intrepida Ab Origene*¹², na qual Dias (1996) afirma que a criação de uma identidade brasileira transitava entre os meios intelectuais e políticos desde a criação do Estado Nacional em 1822. Foi nesse contexto que se deu a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, com a missão de construir uma História do Brasil e, a partir dela, difundir um sentimento nacionalista. Para Dias, no entanto, o IHGB sempre

¹⁰ SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – essa foi a primeira denominação do órgão responsável pelas políticas de tombamento e preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, criado em 1937, e cujo nome foi mudado posteriormente para IPHAN. No entanto, ao longo de sua atuação o instituto recebeu ainda outras nomenclaturas, como Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural – IBPC no governo Collor (1990 – 1992) e DPHAN – Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

¹¹ Para Simão, “A saga da valorização do patrimônio brasileiro inicia-se com intelectuais modernistas, oriundo do movimento denominado ‘Semana de 22’, que encontraram no país colonial as nossas raízes sócio-culturais, o nosso lastro de identidade nacional” (2006, p. 15-16).

¹² *Intrepida ab Origene*: O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a Produção da História Local. Obra lançada em 1996 traz, no título, o lema do brasão de armas da cidade de João Pessoa – PB: *Intrepida ab Origene – heróica desde os primórdios*.

esteve condicionado aos interesses das elites que dominavam política, econômica e intelectualmente o Brasil, e buscavam através dessa história oficial legitimar o Regime vigente e inculcar na população, em geral, a “identidade” oficial do país.

Ao se reportar a esse processo de criação do IHGB e a produção de uma história oficial do Brasil, Dias (1996) passa a discutir o caso da Paraíba, de como surgiu a necessidade de se criar uma identidade paraibana – *a paraibanidade*, em virtude de até então, existir uma fusão histórica entre Paraíba e Pernambuco, além de um forte laço de dependência do comércio paraibano em relação a capital pernambucana. Essa era uma realidade que ofuscava as singularidades do homem paraibano que resolve dar um basta nesta situação e construir uma nova história e, portanto, sua própria identidade.

Esse processo culminou com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano em 1905. De acordo com a autora, essa *paraibanidade*, termo que foi utilizado pelos fundadores do IHGP para identificar de maneira específica o homem paraibano, também revelava a necessidade que os intelectuais do Instituto Histórico tinham em desvincular a Paraíba da História de Pernambuco. Era preciso criar uma história própria que fizesse justiça à *grandeza* do homem paraibano e a seus *atos heróicos* desde os tempos da colonização até o primado da República.

A partir de então, uma história factual de caráter positivista, que apregoava um aspecto harmonioso no que se refere à formação da sociedade paraibana, começou a ser divulgada. Segundo Gonçalves (2007, p. 26), essa tarefa ficou confiada, especialmente, ao poder público, ao sistema educacional e aos meios de comunicação da época, que se tornaram responsáveis pela difusão de uma Cultura histórica baseada nos interesses dos grupos sociais detentores do poder político, burocrático e intelectual do Estado e que, de acordo com Margarida Dias (1996), tiveram grande predominância nos cursos de graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, nas escolas de ensino fundamental e médio, nos meios de comunicação e no senso comum do estado até a década de 1990.

Ainda de acordo com Gonçalves (2007, p. 26), esse interesse em consolidar uma História própria e oficial da Paraíba estava inserida no contexto dos primeiros tempos da República e, conseqüentemente, da federação. Assim, como as demais unidades federativas, a Paraíba precisava construir uma identidade própria. Foi desse modo que, na historiografia oficial do Instituto Histórico e Geográfico, predominou a valorização do homem branco que, desde os primórdios da colonização, se mostrou forte e audaz, características que o diferenciavam dos homens de outras terras.

O que se percebe pela análise dessas afirmações, é que a criação de uma identidade específica não nasce de maneira aleatória, mas é gerada a partir de uma vontade e/ou da necessidade de se construir uma memória e uma história que se queira perpetuar em uma determinada comunidade ou grupo social. A existência de um conjunto de elementos materiais e simbólicos, como o próprio Patrimônio Histórico, também é importante tanto para a socialização como para a transmissão dessa memória identitária às futuras gerações.

Os anos que seguiram ao governo Vargas foram um período de grande turbulência na História do país, que, mesmo as tensões provocadas pela ascensão de redemocratizações e ditaduras, não deixaram de suscitar discussões no que se refere às políticas públicas relacionadas à preservação dos bens culturais brasileiros. Assim, os textos das várias cartas constitucionais elaboradas nesse período, mantiveram a determinação de que o Estado deveria ser o principal responsável pela defesa dos bens patrimoniais culturais.

Em 1946, a Constituição democrática elaborada após o Estado Novo deu um destaque especial à cultura, determinando que, ao Estado, ficava estabelecido o dever de proteger *obras, monumentos e documentos* que possuíssem valor, tanto em âmbito histórico quanto artístico, como também os monumentos naturais, paisagísticos e locais dotados de particular beleza. Esses novos termos utilizados para definir aquilo que seria considerado patrimônio histórico e artístico e, portanto, digno da proteção e preservação por parte do Estado, representaram um avanço em relação às Constituições anteriores.

Um outro avanço relacionado à defesa do patrimônio histórico aconteceu na década de 1960, em pleno regime ditatorial, quando a Carta de 1967 incluiu as jazidas arqueológicas na lista dos bens patrimoniais a serem defendidos e preservados. Já na década de 1970 as discussões estavam voltadas para as ações do governo, no que se refere às políticas culturais, que ganharam novo fôlego com um movimento que se originou no calor da crise do regime ditatorial e seguiu pelos anos 80, tendo como um dos pontos fortes desse processo a criação do MinC – Ministério da Cultura, em 1985 (GAWRYSZEWSKI, 2005, p. 4; TARGINO, 2007, p. 21; CURY, 2002, p. 66).

Entretanto, vale salientar que durante todo esse período, que compreende meados dos anos 70 e a década de 80 do século passado, várias outras ações que incluíram a criação e ampliação de programas, secretarias e diversos órgãos públicos voltados para o desenvolvimento de atividades que objetivassem o reaquecimento de setores ligados à cultura, foram efetivados no âmbito das políticas públicas do governo militar (CURY, 2002).

Com o advento da redemocratização nos anos 80, veio também uma nova Constituição. Promulgada em 1988, esta Carta trouxe uma maior clareza no que diz respeito à defesa da

cultura e dos bens culturais, buscando corrigir as distorções das políticas de preservação que até então vigoravam no país. O conceito de patrimônio histórico e cultural foi ampliado, passando a valorizar a concepção de patrimônio imaterial ou intangível que, a partir de então, incluiu outros elementos formadores da identidade nacional na esfera dos bens culturais que mereciam a proteção legal.

A década de 1990 chega recheada de mudanças nos campos da educação, com a criação e implantação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB¹³ e a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, lançados em 1998. Embora esses dispositivos legais não façam referência *direta* à questão didática relacionada à Educação Patrimonial, eles abrem precedentes para a implantação da disciplina nos currículos oficiais do sistema de educação básica ou como educação informal. Pode-se atentar para a LDB, em sua Seção III, inciso II do artigo 32, quando trata das diretrizes para ensino fundamental, defendendo que “O ensino fundamental, (...) terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: *a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade*” (BRASIL, 1996, p. 12).

Em 1999, foi lançado um *Guia Básico de Educação Patrimonial* pelo Museu Imperial de Petrópolis, com o apoio do IPHAN e do MinC. Segundo os autores, o material foi elaborado com a intenção de servir como um instrumento de orientação para os diversos setores que trabalham com a preservação e divulgação do Patrimônio Cultural e Histórico no país e que desejam tornar esse patrimônio conhecido e protegido.

Já no que se refere à questão da preservação do patrimônio histórico das cidades, a mesma década de 1990 experimentou um processo de mão dupla em que, de um lado predominava a ideia de transformação modernizadora atrelada à aceleração das mudanças advindas com o crescimento urbano e, de outro, os discursos em defesa da conservação da memória e da história das cidades, por meio de seu patrimônio arquitetônico, especialmente nos grandes centros urbanos – embora o movimento tenha se irradiado também para as cidades de porte médio. Um exemplo deste processo e que vem ocorrendo desde décadas anteriores é a revitalização dos centros históricos de cidades como João Pessoa, Salvador, Recife e Fortaleza. Analisando como essas mudanças vêm ocorrendo em relação à cidade de Fortaleza, Barreira afirma:

O crescimento urbano das cidades ou o conjunto de processos convencionalmente nomeados de ‘modernização’ aparecem, [...], acompanhados de investimentos materiais e simbólicos em torno da

¹³ Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

manutenção e restauração de equipamentos, percebidos como expressão do patrimônio das cidades. (BARREIRA, 2003, p. 314)

É pertinente concordar com a autora, visto que, ao destacar esse processo de mão dupla em relação à capital cearense, ela não deixa de suscitar a existência do mesmo, em outros centros urbanos, como o caso de outras capitais nordestinas. Contudo, essa situação pode ser observada na própria cidade de Cajazeiras, que vivenciou não só na atualidade, mas também em outros períodos da sua história, esse desejo de modernidade contraposto à luta pela preservação de sua memória e de seu patrimônio¹⁴.

Com relação a esse processo na Paraíba, embora o IPHAN, desde a década de 1930, já tivesse tombado vários monumentos históricos, um órgão estadual voltado à questão do tombamento e preservação dos bens culturais só foi criado oficialmente em 31 de março de 1971. No entanto, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba - IPHAEP, só passou a funcionar de fato em 1974, e entre avanços e retrocessos, nos anos e décadas que seguiram sua criação, deu continuidade aos tombamentos, bem como à delimitação de centros históricos de cidades sob sua jurisdição, como o caso de João Pessoa, em 1982. Mas, foi somente no século XXI que cidades do interior, mais especificamente do sertão, como Pombal, São João do Rio do Peixe e Cajazeiras, viram-se contempladas pelo projeto de delimitação de seus referidos centros históricos, sendo que, nesta última, este ocorreu por meio de um levantamento de bens imóveis, paisagísticos e naturais feito pela equipe do IPHAEP em 2003. Esse estudo subsidiou o processo de tombamento, homologado pelo governo estadual através do Decreto n. 25.140, de 28 de junho de 2004¹⁵.

Diante do exposto, é possível afirmar que as políticas de preservação patrimonial e o incentivo ao turismo cultural estão, já faz algum tempo, na ordem do dia, mas mesmo assim, os órgãos encarregados desses assuntos parecem manter-se inertes diante dos quadros de destruição e abandono de diversos bens patrimoniais. Outra questão problemática a esse respeito está relacionada à indiferença das populações das cidades que já possuem seu centro histórico delimitado, que parecem não conhecer ou não se sensibilizar acerca do seu valor¹⁶, indiferença que se observa através da não manifestação em defesa da preservação desse patrimônio e também dos obstáculos diversos encontrados pelos grupos que lutam por esses bens para conseguir o cumprimento efetivo dos dispositivos legais de proteção.

¹⁴ Essa questão será abordada no capítulo seguinte, quando trataremos da modernidade em Cajazeiras nas décadas de 1920, 30 e 40 do século passado.

¹⁵ Ver anexo A p. 125.

¹⁶ Buscar-se-á analisar essa problemática em Cajazeiras por meio das entrevistas que serão analisadas no quarto capítulo desta dissertação.

Dentre alguns dos principais obstáculos encontrados pelos órgãos competentes, ou por pessoas que lutam pela defesa e proteção do Patrimônio Histórico e Cultural, está a condição de muitos desses bens serem de propriedade particular e o fato de seus donos reivindicarem o direito de usufruir e dispor dos mesmos como bem entendem. Daí acabarem vendendo tais imóveis, que são comprados com o intuito principal de serem destruídos ou modificados, em nome da exploração comercial imobiliária que dita as regras na dinâmica de transformações urbanas recentes.

Evidentemente, não é possível manter toda uma estrutura urbana antiga, num estado de conservação intacto, visto que transformação, preservação e destruição é parte de um fluxo dialético que permeia a dinâmica das cidades contemporâneas. Assim sendo, a ideia de preservar o patrimônio histórico das cidades não deve servir apenas como um meio de tentar “resgatar” um passado e uma “felicidade” que se perdeu. Em outras palavras, preservar não serve para alimentar uma simples nostalgia, mas sim, para manter um diálogo entre passado e presente como um suporte das memórias e identidades individuais e coletivas de uma sociedade.

Nestes termos, é possível concordar que a discussão acima se aproxima da concepção de Neves (2000/2001, p. 36), que entende a cultura histórica como a “identidade social”. Para a historiadora, essa identidade é construída a partir do autoconhecimento que uma determinada comunidade adquire de si mesma, por meio do conhecimento de sua história. Entretanto, a autora destaca que esse autoconhecimento deve resultar num posicionamento crítico por parte dessa comunidade e de seus indivíduos acerca de sua História, aspecto imprescindível para a construção de uma cultura histórica desejável, que leve a um efetivo exercício de cidadania, permitindo à comunidade e aos indivíduos que a integram compreender e questionar o contexto em que estão inseridos e se situam na contemporaneidade.

Ainda, de acordo com Neves, a memória é determinante para que, tanto os indivíduos como a própria comunidade consigam instituir a imagem que possuem de si mesmos. Nessa acepção, concorda-se ainda com Halbwachs, quando afirma que a memória também necessita da existência de um meio material no qual conserve as lembranças *reconstruídas* no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, em determinado momento, à disposição no conjunto de representações que povoam a consciência atual (BOSI, 1994, p. 55). Desse modo, pode-se dizer que o patrimônio histórico e cultural, sendo um substrato para a memória, é também um fenômeno considerável para a construção e difusão de uma determinada cultura histórica.

No entanto, vale salientar, na concepção de Marc Ferro (1989, *apud* NEVES, 2000/2001, p. 38) essa imagem que uma sociedade pretende ou possui de si mesma está arraigada à construção de uma memória histórica que nem sempre está livre dos ditames do Estado, dos interesses de grupos dominantes ou até mesmo da própria sociedade que, de acordo com as palavras do historiador francês, “censura e autocensura qualquer análise que possa revelar suas interdições, seus lapsos, que possa comprometer” essa imagem.

Já na concepção de Silveira, para se falar na construção e difusão de uma Cultura Histórica, faz-se necessário reportar-se a uma compreensão da própria cultura, entendida como produção e reprodução da existência humana, isto é, as ações desenvolvidas pelo homem inserido num contexto de tempo e espaço, condição sem a qual não se realizaria. Em síntese, a cultura seria o “o conjunto das experiências vividas pela humanidade e os sentidos que os seres humanos dão ao mundo” (SILVEIRA, 2007, p. 42).

De acordo com Silveira, portanto, é preciso entender que, no caminho dessas experiências e dos sentidos que recebem, existe todo um processo de criação e descobertas, tanto no campo material como simbólico que, por sua vez, necessitam de meios de serem socializados e transmitidos. E isso se faz no transcurso de uma Cultura Histórica, já que,

(...) a Cultura Histórica guarda um duplo sentido: um genérico, enquanto produção pela História-processo; outro, mais específico, como História-conhecimento, melhor nomeada, talvez, de Cultura Historiográfica. Portanto, toda Cultura Histórica contém uma Cultura Historiográfica, esta última entendida como o conjunto das representações formuladas sobre as experiências vividas pelas sociedades, os grupos sociais, as pessoas, em uma perspectiva de temporalidade. (SILVEIRA, 2007, p. 42)

Desse modo, para se formular um conceito de Cultura Histórica é preciso, antes, reconhecer e compreender que sendo uma expressão formada por dois termos polissêmicos estes se completam, pois “toda cultura é histórica e tudo que é histórico é cultural” (SILVEIRA, 2007, p. 42). A partir dessa compreensão, Silveira afirma que a Cultura Histórica não pode ser dissociada do conceito de territorialidades, compreendido, não simplesmente como uma delimitação geográfica, mas sim, como demarcações de espacialidades e temporalidades visto que, ao longo de suas existências, as comunidades humanas constituem seus espaços, não apenas de maneira física, mas também em termos simbólicos e culturais.

De acordo com essa compreensão, um conceito de Cultura Histórica não se separa da idéia de Cultura enquanto ação humana, pois a ação do homem e a capacidade reflexiva que

este possui, são os fatores primordiais que possibilitam sua mediação com a natureza para a produção da cultura e de bens culturais, tais como o Patrimônio Histórico.

2.2 - Educação patrimonial: sustentabilidade, cidadania e construção de identidades

Segundo Fonseca (2003, p. 56-59), por se constituir em um bem cultural, o patrimônio histórico não deixa de suscitar conflitos e tensões no que se refere à sua preservação ou destruição. Isto acontece, preponderantemente, devido às concepções existentes no imaginário da sociedade e dos políticos que, em muito se chocam com as concepções de estudiosos naquilo que se refere ao que deve ser considerado ou não, patrimônio cultural e histórico e, conseqüentemente, o que deve ou não ser preservado.

Contudo, Fonseca admite que o valor do patrimônio histórico é de extrema importância para a vida social e mental de qualquer coletividade humana, daí a necessidade de ele ser contemplado em sua totalidade, e não apenas aquele que segue padrões ditados por uma elite; elite esta que deseja ver seus interesses considerados acima da conservação da herança cultural e histórica de uma população maior. Desse modo, a questão da preservação deve ser compreendida, enquanto socialização de saberes que não se impõem, mas sim, são gerados de relações de poder e de correlações de forças que permeiam toda a sociedade.

Diante dessa questão, cabe refletir sobre o que deve ou não ser considerado patrimônio e definir tal recorte não é tarefa fácil. As sociedades que mantêm esses bens culturais durante gerações acabam por criar relações simbólicas e afetivas com os mesmos, o que as tornam marca de identidade e de referencial para a história e para a cultura dessa sociedade. Isso faz com que cada grupo constitua seu patrimônio a partir de laços culturais e históricos que unem seus membros por afinidades e interesses comuns (OLIVEIRA & SOARES, 2006, p. 6).

No entanto, vale observar que a construção de identidades associada à preservação de um patrimônio histórico poderá estar atrelada à busca de construção de sentidos hegemônicos. Ou seja, a escolha do tipo de bens que são tombados e considerados dignos de proteção poderá revelar interesses de determinados setores da sociedade em detrimento de outros. Neste caso, a preservação desse patrimônio revela o interesse na construção de uma memória e identidade que se deseja impor a uma determinada comunidade ou a um grupo social, ou mesmo revelar a imagem que uma sociedade pretende de si mesma, como já se discutiu nesta dissertação.

A partir dessa reflexão é pertinente retomar as ideias de que, preservar o patrimônio é conservar uma cultura e uma identidade atribuídas a uma comunidade ou a um grupo social e que a preservação de um patrimônio histórico e cultural não deve servir apenas para alimentar

saudades de um passado idealizado, mas sim, tentar manter um diálogo entre passado e presente, visando à construção de novos saberes e tendo por base as memórias coletivas.

Considerando o Patrimônio Histórico como de grande valor para a identidade cultural de um povo, Lemos (2006) adverte acerca do perigo que se abate sobre esse patrimônio, devido especialmente, aos avanços de interesses econômicos que, em nome de um desenvolvimento e de um progresso, têm apelado para a destruição ou modificação de elementos significativos desses bens, sobretudo, em seu aspecto arquitetônico. Isso, sem levar em consideração a representação que tais bens possuem como substratos para a memória e a história das sociedades que os edificaram. Essa preocupação se reflete principalmente quando se verificam as artimanhas que envolvem os interesses econômicos em nome desses pretensos desenvolvimento e progresso.

Outra ameaça aos bens patrimoniais, na visão de Meneses (2004, p. 26-27) é aquela referente à exploração comercial, por parte de uma indústria cultural que mantém os interesses econômicos acima de um desenvolvimento sustentável, por meio do qual, as próprias comunidades locais poderiam usufruir de seu patrimônio, enquanto um objeto de memória e como um mecanismo de inclusão social.

Compreender e preservar o patrimônio é conhecer tanto a história como a memória suscitadas, a partir de lembranças evocadas por sua existência. Daí porque é fundamental a participação da população, especialmente quando se trata da questão do tombamento e preservação dos chamados *lugares de memória*, visto que esses devem possuir um sentido para essa coletividade. Em outras palavras, o patrimônio histórico deve ter um papel social e não servir apenas de exaltação aos nomes daqueles que o construíram. Por isso, acredita-se que a metodologia da Educação Patrimonial é importante para aprofundar as discussões sobre essa realidade.

A atuação da Educação Patrimonial como área do conhecimento tem sido evidenciada já a partir das últimas décadas do século XX e início do XXI, momento em que houve uma multiplicação nos olhares em torno do patrimônio cultural. Isso aconteceu devido à procura das pessoas por indícios que possam reafirmar suas identidades locais, para que estas não se diluam em meio aos ditames do processo de globalização, processo em que as identidades particulares são relegadas a um segundo plano, em detrimento das ideias de homogeneidade da chamada sociedade global, visão considerada equivocada diante do pensamento de que cada sociedade é produtora de sua própria cultura e, portanto, possuidora de sua própria identidade.

Outro aspecto que justifica essa multiplicação de olhares sobre o patrimônio cultural é a forte preocupação das pessoas com o legado que deixarão para as futuras gerações. Na contemporaneidade, existe um apelo para que a memória e a identidade se relacionem e se encontrem e, com base em ambas, as pessoas consigam enfrentar os desafios postos pelas transformações rápidas e cada vez mais frequentes dentro desse processo de globalização. Desse modo, acredita-se que somente as políticas públicas de Educação Patrimonial poderão conseguir esse feito.

A Educação Patrimonial é um campo considerado emergente no Brasil, mas tem despertado interesses de pesquisadores e instituições de pesquisa, a exemplo do Núcleo de Educação Patrimonial e Memória – NEP, da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, no Rio Grande do Sul, que visa, por meio de atividades pedagógicas, desenvolver mecanismos que defendam e também promovam a sustentabilidade do patrimônio histórico e cultural da região, ou seja, através de atividades didáticas busca-se conscientizar as pessoas em relação à riqueza, à beleza e à história que se resguardam nos bens patrimoniais e culturais.

Segundo o pensamento de Valecillo (2009, p. 273), a Educação Patrimonial é uma disciplina através da qual se faz possível a aproximação *da comunidade com seu patrimônio*. É a partir desse contato que se pode falar em *sustentabilidade patrimonial*, que seria uma maneira de preservá-lo contando com a parceria direta das pessoas que mais teriam interesse nessa conservação, porque receberiam os benefícios de sua existência através da exploração racional de atividades que promovam a *história local e a valorização de suas identidades*. Desse modo, além de proteção ao patrimônio cultural, se estaria promovendo o incremento da autoestima da população local, ao mesmo tempo em que se possibilitaria aos visitantes a oportunidade de conhecer outras culturas.

De acordo com Horta (1999, p. 5), em termos práticos e conceituais, a Educação Patrimonial foi introduzida no Brasil em julho de 1983, segundo uma vertente inspirada em atividades pedagógicas desenvolvidas na Inglaterra, denominadas de *Heritage Education*. Ainda segundo a mesma autora, que também é uma das organizadoras do *Guia Básico de Educação Patrimonial*, a metodologia da Educação Patrimonial “(...) trata-se de um *processo permanente e sistemático* de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como *fonte primária* de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo” (HORTA, 1999, p. 6, grifo da autora).

Do *Guia Básico de Educação Patrimonial*, é pertinente destacar que, segundo afirma a própria organizadora do livro, a obra também é fruto de experiências e trabalhos sobre

Educação Patrimonial que foram desenvolvidos em diversas regiões do país, seguindo orientações da equipe responsável pela organização do *Guia*.

Segundo a afirmação de Horta (1999), essas experiências foram positivas e trouxeram resultados surpreendentes no que se refere a uma nova visão acerca do Patrimônio Cultural Brasileiro que, a partir daí, ganhou um novo fôlego para ser reconhecido em suas diversas manifestações tangíveis e intangíveis, e a ser visto também como uma fonte primária de conhecimento.

Assim, por meio da disciplina de Educação Patrimonial, que tem por base teórica a abordagem de Paulo Freire na *Pedagogia da Autonomia* e que Horta destaca como sendo um instrumento de *alfabetização cultural*, espera-se que o cidadão perceba o patrimônio como um espaço de convivência dentro do qual ele pode se reafirmar como membro de um grupo, com o qual se identifica e por isso mesmo também é responsável pela construção de uma memória coletiva. Além disso, esse patrimônio cultural torna-se um lugar de interação e construção de cidadania, sendo utilizado de maneira que atenda às necessidades sociais do grupo, a partir de sua preservação.

Nessa perspectiva, *ao aprender a conhecer e a valorizar* seu patrimônio, o cidadão também *estará aprendendo a ler o mundo* que está à sua volta, compreendendo, além dos aspectos socioculturais, todo processo histórico que culminou com a existência do meio que o cerca.

Para Valecillo (2009, p. 273), esse tipo de convivência entre sociedade e patrimônio acontece de maneira satisfatória, tendo por base o que ela chama de paradigma *participacionista*, em que o cidadão tem uma intervenção integral na gestão do patrimônio, isto é, ele participa ativamente das tomadas de decisões atentando para o conjunto de valores, jogos de poder e interesses particulares e públicos que envolvem toda a ação de tombamento e preservação de um bem cultural. Tais ações incluem a questão ambiental, tecnológica, econômica e social; e deve, portanto, se inteirar a respeito de impactos, benefícios e até mesmo prejuízos trazidos à comunidade e ao próprio patrimônio através desse processo.

Valecillo afirma que, quando isso acontece, a população ganha em qualidade de vida e em conhecimento de si mesma. No entanto, o papel da gestão patrimonial, nesse caso, deve continuar sendo firme na aplicabilidade dos dispositivos legais que visem ao tombamento, à restauração e à proteção dos bens patrimoniais, bem como no seguimento do processo educativo das futuras gerações, para que aprendam a se reconhecer como coparticipantes da administração, do usufruto e da defesa e conservação dos bens culturais que possuem.

E por isso também Valecillo defende que quaisquer ações desenvolvidas pelos projetos de Educação Patrimonial devem levar em consideração, em primeiro lugar, as necessidades da população e, em seguida, os bens patrimoniais em si. Isso porque a meta principal dessa metodologia é contribuir para a construção da cidadania, de acordo com a orientação proposta pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO e, no Brasil, pela atual LDB – ou seja, a promoção de uma educação de qualidade plena que forme a pessoa, tanto para a sociedade como para a vida.

Seguindo essa proposta, a Educação Patrimonial busca fomentar uma educação dialética e democrática que consiga dar voz a todos os envolvidos na questão: os atores sociais e as próprias instituições responsáveis pela manutenção do patrimônio, para que, dessa maneira, se possibilite o acesso de todos, à herança cultural recebida de seus antepassados. Desse modo, o patrimônio cultural assume uma função social que contribuirá para a elevação da autoestima dos indivíduos e da comunidade da qual fazem parte.

Retornando à análise de Valecillo (2009, p. 275), para que a Educação Patrimonial seja, de fato, uma área do conhecimento, é preciso que sejam desenvolvidas bases teóricas e metodológicas que possibilitem a aplicação de estratégias e ferramentas adequadas ao nível do alunado, de modo que se possam sistematizar os processos de ensino e aprendizagem referentes ao patrimônio, seguindo as dimensões pedagógicas estabelecidas pela UNESCO: conhecer, compreender, valorizar e atuar.

Neste sentido, acredita-se que tendo por base essas dimensões, os projetos de Educação Patrimonial podem proporcionar uma relação recíproca entre os participantes do processo e o meio social em que estão inseridos, havendo, dessa maneira, uma troca de experiências e aprendizado, num verdadeiro intercâmbio de conhecimentos, por meio dos quais os cidadãos conhecem, compreendem, e passam a valorizar seu patrimônio. Em outras palavras, é preciso proporcionar aos educandos o desenvolvimento dos *recursos cognitivos* (conhecimento), *procedimentais* (habilidades) e *atitudinais* (valores), para que eles possam efetivamente, mais do que simplesmente apreender os conteúdos ensinados, utilizá-los em seu cotidiano.

No *Guia Básico de Educação Patrimonial* Horta afirma que a metodologia da Educação Patrimonial pode ser desenvolvida em quatro etapas: *observação*, *registro*, *exploração* e *apropriação*. Cada uma delas com sua metodologia e objetivos específicos que visam, ao longo do trabalho, levar o aluno a um contato pessoal com o patrimônio estudado. Nesse encontro, busca-se aprofundar e construir conhecimentos significativos que o capacitem a fazer análises críticas, além de valorizar e compreender o patrimônio como um bem que faz parte de sua cultura e, portanto, se constitui como parte de sua identidade.

Este processo objetiva levar o estudante a uma relação de interação com o seu patrimônio e, conseqüentemente, com a comunidade que o compartilha. Dessa forma, o patrimônio histórico se torna um meio de coesão social, através do qual os cidadãos passam a fazer outras leituras do contexto sociocultural de que participam, através de suas experiências compartilhadas e conhecimentos construídos.

Desse ponto, cabe enfatizar que a Educação Patrimonial não deve ser entendida e utilizada como impositora de uma identidade, mas sim, como uma metodologia que vise despertar os interesses da comunidade e de seus indivíduos pelos bens patrimoniais que possuem, trabalhando para que todos os envolvidos no processo educativo (alunos e comunidade em geral) sejam divulgadores da identidade e do patrimônio às futuras gerações.

2.3 - Educação Patrimonial, Ensino de História, Parâmetros Curriculares Nacionais e transdisciplinaridade

No que refere à inserção da Educação Patrimonial como possibilidade para o ensino de História pode-se afirmar que este é um campo que tem solicitado um crescimento no número de pesquisas sobre o tema. Por isso, defende-se a ideia de que a Educação Patrimonial, enquanto metodologia de ensino deve ser uma aliada cada vez mais utilizada na sala de aula para desenvolver um ensino de História pertinente e comprometido em proporcionar aos alunos a capacidade de, além de assimilarem os conteúdos, tornarem-se também produtores de conhecimentos.

Neste sentido, é preciso concordar com a análise de Pinsky e Pinsky:

O grande desafio que se apresenta nesse novo milênio é adequar o nosso olhar às exigências do mundo real sem sermos sugados pela onda neoliberal que parece estar empolgando corações e mentes. É preciso, nesse momento, mostrar que é possível desenvolver uma prática de ensino de História adequada aos novos tempos (e alunos): rica de conteúdo, socialmente responsável e sem ingenuidade ou nostalgia. (PINSKY & PINSKY, 2003, p. 19)

Desse modo, segundo os autores, é preciso fazer com que o aluno sinta a proximidade que a História tem com seu cotidiano e perceba que, mesmo a História já contada nos livros, também foi produzida por pessoas comuns dentro de seus espaços, tempos e contexto sociocultural e, desse modo, “Quanto mais o aluno sentir a História como algo próximo dele, mais terá vontade de interagir com ela, não como uma coisa externa, distante, mas como uma prática que ele se sentirá qualificado e inclinado a exercer” (PINSKY & PINSKY, 2003, p. 28).

Daí a necessidade de os historiadores voltarem cada vez mais os olhos e tomarem para si, a responsabilidade por aquilo que é ensinado nas escolas e para as novas concepções e abordagens da história ali difundidas. Assumir esta postura implica um profundo redirecionamento das práticas em sala de aula, possibilitando que o conhecimento histórico se aproxime das experiências do cotidiano dos alunos sem, contudo, reduzi-lo à mera banalidade. É, dessa forma, que o ensino de História traz à tona seu grande potencial, oportunizando a ‘inclusão histórica’.

A partir disso, pode-se dizer que a proposta da Educação Patrimonial se encaixa nessa nova concepção de ensino de História, principalmente quando ela chama a atenção para a necessidade/importância de fazer com que o aluno mantenha um contato mais próximo com seu próprio contexto sociocultural. Assim, as atividades pedagógicas voltadas para a História local e o trabalho com os bens culturais existentes podem e devem fazer parte desse processo de ensino/aprendizagem, por meio do qual o aluno passa a enxergar o cotidiano como objeto de construção de conhecimento. Desse ponto, avaliamos que o papel dos PCNs é significativo para essa tomada de consciência.

É possível dizer, ainda, que a utilização da Educação Patrimonial no ensino de História, além de possibilitar ao aluno a capacidade de interpretar os acontecimentos históricos de seu contexto sociocultural, político e ideológico, permitir-lhe-á também o acesso à Cultura Histórica local e a percepção de si mesmo enquanto agente da História e como produtor de conhecimento. E, como afirma Neves (2001, p. 36), esse *autoconhecimento* deve resultar em uma postura crítica diante do conhecimento adquirido/construído e um efetivo exercício de cidadania.

Em relação à presença da Educação Patrimonial no contexto dos PCNs para o ensino de História, essa não é uma temática que aparece de maneira direta. Percebe-se, no entanto, que o *Guia Básico de Educação Patrimonial*, lançado após os PCNs, não prevê a utilização dessa metodologia como uma vertente que deve se aplicar apenas ao ensino de História, mas sim, uma área de conhecimento transdisciplinar que busca, por meio de atividades pedagógicas, não somente produzir conhecimentos acerca dos bens culturais estudados, como também, sensibilizar a sociedade frente à sua História e memória, promovendo um desenvolvimento sustentável do patrimônio e da população em seu entorno.

Entretanto, vale ressaltar que não é pretensão desse trabalho fazer uma análise aprofundada acerca dos PCNs, mas sim, buscar compreender, nas entrelinhas desse documento, a forma como a Educação Patrimonial se encaixa na proposta apresentada, pois, mesmo não havendo de maneira direta a colocação dessa disciplina como um dos eixos

temáticos que orientam os conteúdos a serem desenvolvidos para o ensino de História, entende-se que na proposta do documento, a Educação Patrimonial não fica excluída. É o que se observa na leitura dos Parâmetros referentes aos 1º e 2º ciclos (de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental), no qual, inserido nos conteúdos do eixo temático *História Local e do cotidiano*, abre-se um leque de possibilidades para o trabalho com a Educação Patrimonial, nas aulas de História Local:

A preocupação com os estudos de história local é a de que os alunos ampliem a capacidade de observar o seu entorno para a compreensão de relações sociais e econômicas existentes no seu próprio tempo e *reconheçam a presença de outros tempos no seu dia-a-dia*. (BRASIL, 1997, p. 40, grifos nossos)

Diante dessa proposta, os objetivos definidos nos PCNs visam fazer com que o aluno possa, a partir desse contato pessoal com o meio que o cerca, constatar a existência de outras maneiras de compreender o presente e sua relação com o passado. A ideia é que, a partir de estudos do presente, os alunos possam desenvolver estudos acerca do passado e, desse modo, consigam distinguir mudanças e permanências no meio social em que convivem. Nesse sentido, as experiências passadas poderão ser observadas por meio de vestígios deixados no espaço que se estuda no presente, e aqui está a importância do patrimônio histórico e cultural. É o que aponta o texto do próprio documento:

Como se trata de estudos, em parte, sobre a história local, as informações propiciam pesquisas com depoimentos e relatos de pessoas da escola, da família e de outros grupos de convívio, fotografias e gravuras, observações e análises de comportamentos sociais e de obras humanas: habitações, utensílios caseiros, ferramentas de trabalho, vestimentas, produção de alimentos, brincadeiras, músicas, jogos, entre outros (BRASIL, 1997, p. 40).

Tomando por base a análise de Barbosa (2005, p.104-105), acerca dos Parâmetros Curriculares Nacionais e o ensino de história local, concorda-se que as atividades desenvolvidas em sala de aula, nessa proposta, devem ser entendidas como promoção de um raciocínio histórico, onde o aluno possa desenvolver a capacidade de perceber não somente sua individualidade, mas também as relações sociais que permeiam a coletividade na qual está inserido. Para alcançar essa realidade, a autora destaca que o trabalho do professor e o uso de fontes disponíveis na própria localidade, tais como livros, músicas e poesias, fotografias, e o patrimônio histórico material e imaterial, entre outros, dão sentido e significado ao conhecimento que se pretende construir com esse ensino de História.

Já em relação ao Ensino Fundamental de 5^a a 8^a¹⁷ séries (3º e 4º ciclos) nas orientações e métodos didáticos para o *quarto ciclo*, mais precisamente no item *visitas a exposições, museus e sítios arqueológicos*, o texto dos PCN's também evidencia a preocupação com o Patrimônio Histórico e Cultural. Ele reafirma a importância de se estabelecer o contato dos alunos com tais *espaços especiais de preservação*, visando promover a participação dos mesmos nos debates sobre a preservação dos bens patrimoniais. Possibilitando ainda, ao aluno, o entendimento de que esses bens documentam a História de uma sociedade e também são fontes de pesquisa e de conhecimento, e que por meio do estudo do patrimônio é possível estabelecer diálogos com outras épocas, visto que esses bens remetem à historicidade do homem e suas relações com os mesmos, ao longo do tempo.

Seguindo a orientação dos Parâmetros, questões relacionadas à preservação da memória e à identidade social de grupos, e sobre o que deve ou não ser considerado patrimônio, também devem fazer parte das discussões e metas planejadas para as atividades didáticas realizadas durante as visitas aos museus, monumentos, sítios arqueológicos e instituições/monumentos similares.

No que diz respeito ao Ensino Médio, ao abordar o item *o que é e como ensinar História*, os Parâmetros Curriculares fecham essa discussão, falando da importância da preservação da memória, em detrimento do presente contínuo, que acelera as transformações do mundo contemporâneo. Segundo o documento, é preciso salvar as futuras gerações da *amnésia social, que compromete a constituição de suas identidades individuais e coletivas*. O documento aborda ainda o fato de que o direito à memória é imprescindível ao exercício pleno da cidadania. Daí a importância do Patrimônio Cultural e Histórico como aporte da memória social e nacional, atentando para as inúmeras diversidades existentes.

Introduzir na sala de aula o debate sobre o significado de festas e monumentos comemorativos, de museus, arquivos e áreas preservadas, permeia a compreensão do papel da memória na vida da população, dos

¹⁷ Sob a jurisprudência da Lei n. 11.274/2006, o Ensino Fundamental passou a ter por obrigatoriedade a duração de 9 anos:

Art. 3º O art. 32 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 32. O ensino fundamental obrigatória com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

- I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, a tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

vínculos que cada geração estabelece com outras gerações, das raízes culturais e históricas que caracterizam a sociedade humana. Retirar os alunos da sala de aula e proporcionar-lhes o contato ativo e crítico com as ruas, praças, edifícios públicos e monumentos constitui excelente oportunidade para o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa (BRASIL, 2000 p. 27).

Já nos Temas Transversais, a questão da Educação Patrimonial é evidenciada quando se trata de chamar a atenção para que, no processo educativo, sejam desenvolvidas bases para que os alunos aprendam a respeitar e a valorizar a diversidade cultural e étnica que compõem o alicerce da formação de sua identidade, enquanto membro de um grupo e como povo brasileiro. Dessa maneira, o documento oficial propõe, ainda, que as comunidades consigam, por meio da educação, reconhecer a pluralidade cultural na qual estão inseridas, e superar as discriminações, vislumbrando um novo horizonte.

Reconhecer e valorizar suas riquezas culturais e, dentre essas, o patrimônio histórico, bem como sua História e memória, são passos importantíssimos para que o aluno se reconheça enquanto indivíduo pertencente a uma coletividade. Provocar esse tipo de (re)conhecimento entre o aluno e o patrimônio histórico, constitui-se em um importante suporte para se pensar as identidades individuais e coletivas de cada comunidade, tendo como base a educação (processo de ensino/ aprendizagem).

Assim sendo, pode-se afirmar que a metodologia da Educação Patrimonial, em termos teóricos e metodológicos, também se encaixa no contexto da proposta dos Temas Transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais, podendo ser desenvolvida como uma prática transdisciplinar a ser potencialmente inserida nos currículos escolares, numa proposta de educação para a cidadania que leve os alunos e a comunidade a reconhecer que, preservar o patrimônio é valorizar sua própria memória e sua identidade, fortalecendo o sentimento de pertencimento a seu lugar social e à sua cultura.

Cabe refletir ainda, que não é possível atribuir à Educação Patrimonial uma missão salvadora do patrimônio, visto que, mesmo se propondo uma disciplina transformadora, ela dependerá da maneira como vai ser utilizada em sala de aula, pois, como ressalta Barbosa (2005, p. 125), as pessoas que estão ligadas diretamente com o processo educacional – técnicos, pesquisadores e professores – nem sempre estão abertas ou até mesmo preparadas para trabalhar de maneira satisfatória com essas novidades. Daí ser necessária uma constante formação do professor, no sentido de lhe dar condições e capacitação, tanto para a implementação das novas concepções, metodologias e disciplinas, como é o caso da Educação

Patrimonial, como para o reconhecimento do importante papel social que possui tanto na formação de cidadãos quanto na construção de saberes.

2.4 - Políticas Públicas de Educação Patrimonial: casos na Paraíba e em Cajazeiras

Na Paraíba, algumas ações com relação à Educação Patrimonial têm sido desenvolvidas, como é o caso de João Pessoa, onde a atuação do IPHAEP, além de promover tombamentos e a preservação dos bens culturais e históricos, também demonstrou interesse em promover a Educação Patrimonial por meio da elaboração de cartilhas (2002 e 2003) educativas acerca do patrimônio arquitetônico, paisagístico e natural da cidade.

Segundo Targino (2007)¹⁸ a proposta da primeira versão da cartilha, datada de 2002, pode ser considerada como uma ação pioneira no Estado, por trazer a inclusão de conhecimentos acerca da história local e a preservação dos bens patrimoniais já tombados e incluídos dentro da delimitação do centro histórico inicial. A cartilha, que foi distribuída em escolas públicas e privadas, teve na disciplina de História sua maior utilização, como um instrumento didático, embora tenha seguido a linha da transdisciplinaridade sugerida pelo sistema educacional vigente à época.

Outro aspecto destacado por Targino, a qual realizou uma pesquisa sobre esta temática para a elaboração de sua dissertação de mestrado defendida em 2007 junto à UFPB, ressalta que o projeto inicial de elaboração e de distribuição das referidas cartilhas ocorreu na década de 1980, ou seja, ainda sob a vigência da LDB de 1971 e, embora atendendo aos apelos constitucionais daquela lei, ao ser lançada somente em 2002, não deixou de atuar como um suporte educativo de grande utilidade para a promoção e preservação da área do centro histórico da capital, servindo ainda de modelo e incentivo para ações preservacionistas a serem desenvolvidas em outras localidades.

Ainda de acordo com a autora, existem falhas e omissões na produção das cartilhas. Contudo, elas permanecem como um aprendizado útil e válido, uma vez que são um material didático de considerável importância para a efetivação de uma Educação Patrimonial que visa a despertar interesses nos alunos tanto pelo patrimônio como pela História local, como também assegurar resultados positivos no que se refere à valorização e preservação desse patrimônio. Isso foi o que ela evidenciou em sua pesquisa.

Já com relação à segunda versão, lançada em 2003, a *Cartilha do Patrimônio de João Pessoa* traz no texto de apresentação a proposta de servir como um projeto que visa a

¹⁸ Maria Ivonilde Targino era membro do conselho executivo do IPHAEP quando da elaboração das cartilhas e foi responsável pelos textos e revisões dos mesmos.

conscientizar a população estudantil sobre a importância e o valor do patrimônio histórico, paisagístico e artístico-cultural da cidade, ao mesmo tempo em que se coloca como um instrumento que empresta à educação um sentido prático, no intuito de construir uma ponte de afetividade entre o passado e o futuro, pela porta do presente.

Diante do exposto, é possível afirmar que a *Cartilha do patrimônio de João Pessoa*, de fato, constitui-se em um suporte didático interessante, quando se trata do trabalho com a Educação Patrimonial. No entanto, é preciso concordar com a própria autora no que diz respeito às omissões e falhas existentes nos textos e que, em possível nova versão, poderão ser corrigidos. Sobre tal ponto, Cury e Virgínio (2009) consideram que, além de o texto da cartilha manter um aspecto tradicional no que se refere a uma concepção linear para os acontecimentos históricos e manter em evidência a elite branca portuguesa como conquistadores e construtores da cidade, ele destaca os monumentos históricos como se tivessem sido erguidos numa mesma época, incorrendo num grave anacronismo. Apesar disso, as autoras afirmam que o referido material didático não deixa de ter os seus méritos, especialmente por se constituir como pioneiro no que se refere ao trabalho com Educação Patrimonial, e até o momento, o único sobre o tema na cidade. Contudo, as autoras também alertam:

Parece-nos que mesmo assim é preciso lidar com elas [as cartilhas] de forma crítica e estabelecendo um diálogo no sentido de problematizá-las e possibilitar outras produções oriundas da cultura histórica escolar que podem ser produzidas a partir do olhar, por exemplo, dos próprios alunos ou da população que habita o centro histórico de João Pessoa (CURY & VIRGÍNIO, 2009, p. 6).

No município de João Pessoa, existe um projeto de Resolução da Secretaria de Educação que, fundamentado na Constituição Federal, na LDB e na própria Lei Orgânica Municipal, visa à implantação da Educação Patrimonial, no ensino fundamental, no âmbito da rede pública. Trata-se de uma proposta do Conselho Municipal de Educação em parceria com a Secretaria de Educação e a Coordenadoria de Proteção dos Bens Históricos e Culturais de João Pessoa – PROBECH¹⁹ em diálogo constante com as unidades de ensino e demais segmentos envolvidos, como a UFPB e o IPHAN.

¹⁹ Atual Copac – Coordenadoria de Patrimônio Cultural do Município de João Pessoa, o órgão tem por finalidade reger as ações de preservação do patrimônio da cidade. Dentre os principais objetivos do órgão está a busca por firmar parcerias, convênios, acordos, compromissos e ajustes de condutas com pessoas físicas e jurídicas, públicas e privadas, nacionais e internacionais com vistas à proteção, conservação, requalificação e restauração de bens imóveis de valores histórico, artístico, urbanístico, arquitetônico, paisagístico e arqueológico do município. Disponível em: <www.portalcorreio.com.br/noticias/matler.asp?newsId=136128>. Acesso em: 8 dez. 2010 e <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/probech/asecretaria/>>. Acesso em: 10 dez. 2010.

Acreditamos que a parceria firmada entre estes órgãos possa garantir um apoio fundamental para a implantação, não somente da Educação Patrimonial, mas também de qualquer outra política pública relacionada com a preservação do patrimônio histórico no município, visto que tal parceria asseguraria, em tese, a fundamentação teórica da iniciativa, bem como os recursos não somente financeiros, mas também humanos necessários para o desenvolvimento do projeto.

No documento analisado (Minuta PROBECH), observa-se que há, nas diretrizes traçadas, uma distribuição de tarefas, através das quais, cada um dos órgãos citados e envolvidos no projeto fica responsável por uma parte do seu desenvolvimento, de acordo com a competência que possui. Segundo a proposta da minuta analisada, a inserção da Educação Patrimonial na rede municipal de ensino de João Pessoa está em consonância com o Plano Nacional de Cultura²⁰ e objetiva ampliar o olhar da população no que se refere à valorização tanto da memória como do patrimônio local.

Seguindo ainda a perspectiva da multiculturalidade, já preconizada nos temas transversais dos PCNs, uma das metas da minuta é aplicar a Educação Patrimonial em caráter transdisciplinar, abrangendo todo o currículo, mas especialmente as disciplinas Artes, Língua Portuguesa, Literatura, História e Geografia brasileiras, que ficam obrigadas a incluir em suas atividades pedagógicas o estudo e ensino de conteúdos referentes a tal temática.

Contudo, é pertinente salientar que, embora de maneira superficial, a análise da minuta de Resolução PROBECH a que se teve acesso, mostra que as diretrizes traçadas no documento inserem-se nas metas da Educação Patrimonial apresentadas e discutidas ao longo deste capítulo, especialmente quando se trata da ideia de que, por meio de atividades educativas, é possível ampliar o olhar da população estudantil e, conseqüentemente, de toda a sociedade envolvida, naquilo que se refere ao valor do patrimônio histórico e cultural. Isso possibilita aos envolvidos no processo, através do contato e estudo desses *lugares de*

²⁰ **O Plano Nacional de Cultura (PNC)** tem por finalidade o planejamento e implementação de políticas públicas de longo prazo voltadas à proteção e promoção da diversidade cultural brasileira. Diversidade que se expressa em práticas, serviços e bens artísticos e culturais determinantes para o exercício da cidadania, a expressão simbólica e o desenvolvimento socioeconômico do País. Previsto na Constituição Federal desde a aprovação da emenda 48 em 2005, o PNC encontra-se em fase de sistematização das diretrizes elaboradas e pactuadas entre Estado e sociedade, por meio da realização de pesquisas e estudos e de debates e encontros participativos como a 1ª Conferência Nacional de Cultura, Câmaras Setoriais, Fóruns e Seminários. O processo de construção do PNC é realizado em parceria pelos poderes executivo e legislativo do governo federal e visa à aprovação do projeto de lei do PNC, que tramita na Câmara dos Deputados desde 2006. As atividades conclusivas da etapa preparatória para a aprovação do PNC abrangem uma série de Seminários Regionais e discussões promovidas pela internet. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/categoria/politicas/plano-nacional-de-cultura/>>. Acesso em: 16 out. 2010.

memória, manter um constante diálogo entre passado e presente, buscando a construção de conhecimentos históricos significativos.

Depois de feita esta discussão faz-se necessário destacar também que a Minuta de Resolução a que se teve acesso para esta análise parcial é uma versão inacabada do documento pretendido, datada de 20 de junho de 2009. Entretanto, cabe ressaltar que numa primeira tramitação junto ao Conselho Municipal de Educação do município de João Pessoa, a proposta da resolução apresentada recebeu parecer desfavorável no dia 15 de dezembro de 2009. A PROBECH e a Secretaria de Educação recorreram, mas ainda não tivemos acesso a nenhum resultado em relação ao andamento do processo.

No que concerne ao parecer negativo para a inclusão da Educação Patrimonial como disciplina nas escolas municipais de João Pessoa, os membros do Conselho Municipal de Educação da cidade alegaram que não é preciso incluir Educação Patrimonial, nem como disciplina nem como tema transversal, porque ela já estaria dentro do tema da educação ambiental no contexto dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Ainda no que se refere à implantação de políticas públicas de Educação Patrimonial na Paraíba, outro caso analisado neste capítulo é o da cidade de Areia. Localizada no Brejo Paraibano, Areia já é reconhecida pelo IPHAN como Patrimônio Cultural Nacional desde 2005, possuindo um belo complexo urbano e paisagístico tombado e preservado.

Com o apoio de instituições locais, nacionais e internacionais foi publicada, na cidade, uma cartilha educativa que, de acordo com o texto da apresentação:

(...) buscou implementar ações voltadas não só para a conservação e dinamização da cidade, mas também fomentar junto aos seus moradores, principalmente os *escolares*, o conhecimento e reconhecimento do patrimônio cultural da cidade, que teve tombado em 2005 pelo IPHAN, o seu Conjunto Histórico, Urbanístico e Paisagístico como Patrimônio Nacional (FÉLIX, 2008, p. 5)

De acordo com a análise desta cartilha, que tem como título *Cidade de Areia: Patrimônio Cultural um Passeio pela História*, observa-se a falta da participação do IPHAEP como órgão gestor do material, como no caso de João Pessoa, sendo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, em sua seção paraibana, apontado como o principal responsável pelo desenvolvimento do projeto que contou ainda com a parceria da Associação dos Amigos de Areia – AMAR da Prefeitura Municipal de Areia e com o

patrocínio da Representação da UNESCO no Brasil, do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, do Programa Monumenta²¹, IPHAN, MinC e Governo Federal.

Em relação à cartilha em si, percebe-se que, de modo semelhante à de João Pessoa, buscou-se caracterizar a linguagem textual de maneira lúdica, voltada para jovens e crianças, em idade escolar, através de diálogos. Os personagens envolvidos nos dois casos são crianças e adultos (professores e parentes mais idosos) sendo que a cartilha da capital preferiu a linguagem das histórias em quadrinhos permeadas por ilustrações e fotomontagens e, no caso de Areia, a história se desenrola em um texto dialogado e explicativo acerca do que está sendo tratado com ilustrações de mapas, paisagens rurais e urbanas, demonstrando o potencial turístico da cidade.

Voltando à Cartilha de Areia, percebe-se ainda o entrelaçamento da História Local com a Educação Patrimonial. Entretanto, não se acredita que seja possível realizar atividades pedagógicas de uma dessas áreas sem trabalhar com a outra – como foi analisado no item anterior deste capítulo, quando se abordou os PCNs e a Educação Patrimonial.

O patrimônio cultural da cidade é evidenciado na cartilha por meio do destaque de monumentos arquitetônicos e do Museu da Rapadura, que traz vestígios da história dos ciclos econômicos da cidade. Também são destaques no texto personalidades consideradas de singular importância para a História e desenvolvimento local. A luta e persistência também são evidenciadas como características marcantes de identidade do areense, que sempre dá a volta por cima ao enfrentar as diversas crises econômicas pelas quais o município passou entre o séculos XIX e XX.

Segundo a autora, a história contada ao longo dos textos foi elaborada a partir da participação e interesse dos próprios alunos e professores de escolas públicas e privadas, urbanas e rurais da cidade, – o próprio público alvo do material. Contudo, é relevante destacar que, embora a narrativa historiográfica contada nas páginas da cartilha seja interessante, não deixa de suscitar questionamentos acerca do ponto de vista de quem elaborou esses relatos, pois se trata de uma História produzida com base em moldes tradicionalistas.

Isso é percebido quando se atenta para a linearidade com que são sequenciados os fatos e datas, bem como o destaque de vultos históricos que são largamente utilizados em várias

²¹ O Monumenta é um programa estratégico do Ministério da Cultura. Seu conceito é inovador e procura conjugar recuperação e preservação do patrimônio histórico com desenvolvimento econômico e social. Ele atua em cidades históricas protegidas pelo IPHAN. Sua proposta é de agir de forma integrada em cada um desses locais, promovendo obras de restauração e recuperação dos bens tombados e edificações localizadas nas áreas de projeto. Além de atividades de capacitação de mão-de-obra especializada em restauro, formação de agentes locais de cultura e turismo, promoção de atividades econômicas e programas educativos. Disponível em: <http://www.monumenta.gov.br/site/?page_id=164>. Acesso em: 15 out. 2010.

passagens do texto/ diálogo entre os personagens, no sentido de, segundo a própria cartilha, “engrandecer” a História da cidade.

Outro aspecto que se pode questionar nesse ponto, diz respeito à divisão da História feita com base numa concepção economicista, na qual os ciclos econômicos – do algodão, da cana, do café e do sisal – se tornam marcos importantes nas mudanças de temporalidades em relação à História local.

É perceptível também que o apelo ao turismo é bastante latente, como uma maneira de valorização da História e cultura locais, como também para a própria sustentabilidade econômica da cidade. É possível daí intuir que a participação do SEBRAE na elaboração do material foi decisiva não só nessa questão, mas também é preciso observar que a exploração do patrimônio cultural e histórico de maneira racional e sustentável, especialmente pela atividade turística, é primordial para a promoção de ações de desenvolvimento e preservação desses lugares para as futuras gerações, sendo essa uma das metas da Educação Patrimonial, ou seja, o reconhecimento e valorização, por parte da população, de seu patrimônio cultural e histórico, e o usufruto do mesmo para o desenvolvimento e a inclusão social.

Considera-se ainda que, tanto a Cartilha de Areia como a de João Pessoa, são instrumentos didáticos de considerável importância no trabalho com a Educação Patrimonial, contudo, é preciso reportar novamente à concepção de Cury e Virgínio (2009), de que é necessário analisar tais materiais de maneira crítica, problematizando o conhecimento e a cultura histórica que divulgam, para não incorrer no risco de impor saberes, mesmo dentro de uma proposta pedagógica que se pretende inovadora como a Educação Patrimonial.

Já com relação às políticas públicas de Educação Patrimonial desenvolvidas em Cajazeiras pode-se afirmar que, para essa área específica, ainda não se tem nada concretizado na cidade. Embora já exista um trabalho de fiscalização, por parte das Secretarias de Cultura e de Planejamento do município, da área delimitada pelo IPHAEP, no sentido de procurar controlar reformas em prédios comerciais e/ou residenciais na localização da área tombada, percebe-se que obras desse tipo ocorrem com frequência na região do centro histórico da cidade, onde os interesses financeiros, por meio da especulação imobiliária, têm colocado à venda diversos imóveis históricos.

Este é o caso do atual prédio da Boutique Evidência, na Rua Pe. Rolim, que foi comprado e totalmente reformado sem nenhuma consulta ao órgão competente – no caso o IPHAEP – no que diz respeito à preservação do imóvel, já que ele se encontra na área delimitada e sendo um bem de preservação rigorosa, não podia sofrer o tipo de reforma que sofreu. Também não houve nenhuma atitude por parte da prefeitura no sentido de embargar a

obra a tempo. Em julgamento nos primeiros meses deste ano, o Ministério Público municipal condenou a proprietária do imóvel a pagar multa no valor de cinquenta mil reais pela ação de reforma do prédio.



Fig. 1 – Prédio da Boutique Evidência na Rua Pe. Rolim, em estado de deterioração.

Foto: José Carlos Alves Freitas, 2007.



Fig. 2 – Prédio da Boutique Evidência, na Rua Pe. Rolim, estado atual.

Foto: acervo da Secretaria de Planejamento do Município. S.d.

Analisando a documentação da Secretaria de Planejamento feita na época da visita do IPHAEP para o levantamento dos bens patrimoniais da cidade, não foi encontrado nenhum documento que objetivasse a implementação de políticas públicas de Educação Patrimonial, sendo o mesmo observado também na Secretaria de Educação Municipal, onde não existe nenhum tipo de material sobre o tema, a exemplo do *Guia Básico de Educação Patrimonial*, por exemplo.

Contudo, após conversas com membros das referidas secretarias sobre os objetivos desta dissertação, houve a manifestação de interesse por parte dos mesmos pela temática, já que, segundo informação coletada na Secretaria de Educação, haverá reformulação nos currículos das escolas municipais, na gestão atual, e a Educação Patrimonial, possivelmente, poderá ser inserida nos debates. Em relação à Secretaria de Cultura cogitam-se interesses para a implantação de um museu, que é algo desejado atualmente na cidade por alguns segmentos, para acolher obras e objetos referentes à História de Cajazeiras e do Padre Rolim.

Entretanto, vale salientar que já em visitas à Secretaria de Cultura feitas nos meses de abril e maio de 2010, houve a constatação de que nenhum desses projetos saiu do papel, mas em conversas com os membros da secretaria, foi afirmado que estava sendo elaborado um Sistema Municipal de Cultura. Esse sistema, segundo consta, buscará seguir as orientações do Plano Nacional já citado anteriormente e prevê, ainda, o desenvolvimento dos projetos relacionado à instalação do museu.

Outro aspecto que chamou a atenção durante esses últimos contatos foi que o Conselho Municipal de Cultura, entidade ligada à referida secretaria e que tem se reunido regularmente para discutir questões dessa área na cidade, não tem inserido o patrimônio histórico em suas discussões. Estas foram palavras do próprio secretário da época, o que nos leva a entender que a falta de interesse pelo patrimônio histórico e a memória por ele suscitada, tão percebida pela população de uma maneira geral, na cidade, tem respaldo no descaso que as próprias instituições competentes manifestam em relação ao mesmo.

Já no que se refere à atuação do IPHAEP em Cajazeiras, esta é uma questão problemática no município, o que é demonstrado tanto pelos membros da Secretaria de Cultura como pelos da Secretaria de Planejamento. Um dos fatores que tem contribuído para tal situação é o aspecto centralizador da política do órgão que detém, para si, a competência de fiscalizar e punir os agressores do patrimônio, ações que não consegue realizar, de uma maneira satisfatória, na cidade, porque, além de estar fixado em João Pessoa, cerca de 475 Km distante de Cajazeiras, não dispõe de pessoal qualificado suficiente para atuar nos municípios sob a sua jurisdição.

De acordo com o secretário de cultura na época²² a Secretaria estava em processo de negociação com o IPHAEP para um possível treinamento de pessoal da própria Cajazeiras para agir no sentido de fiscalização de obras e catalogação do patrimônio histórico da cidade, algo que até o momento não se concretizou. No entanto, o que aconteceu, de fato, foi a mudança de cargo na pasta de cultura do município, o que, a nosso ver, poderá acarretar mudanças de direcionamentos das políticas culturais na cidade, onde muitos projetos poderão nunca sair do papel. Contudo, ainda não tivemos contato com o novo secretário, para constatarmos a real situação.

Na opinião da chefe de setor da Secretaria de Planejamento do Município, a Prefeitura fica sem autorização para agir diante das reformas que estão existindo na cidade, porque ao IPHAEP, fica delegado o poder de ação, inclusive na cobrança de multas com relação aos desrespeitos aos limites impostos pela Lei. Tais recursos, segundo a servidora, não ficam na cidade e, o que é pior, toda reclamação e insatisfação da população são despejadas na Secretaria de Planejamento, já que não há como os cidadãos reclamarem diretamente ao IPHAEP, cuja sede fica na capital do Estado.

Outro problema apontado pela funcionária diz respeito à Lei Orgânica do Município, que deveria ser reformulada, já que foi aprovada em 1993, antes ainda do tombamento do

²² Cabe destacar que o Secretário de Cultura de Cajazeiras na época da realização das visitas referidas no texto, já não ocupava mais o cargo na época da defesa desta dissertação acontecida em 30 de agosto de 2010.

centro histórico da cidade. Por tal motivo, não consta em nenhum de seus artigos uma preocupação efetiva com a preservação desses bens patrimoniais. Para a servidora, essa reformulação não acontece especialmente por questões econômicas, sem contar que, segundo o secretário de cultura já referido anteriormente, existe uma ação da sociedade cajazeirense (leia-se empresários do comércio e de imobiliárias) para se levar até a Câmara de vereadores um projeto de Lei que reveja a demarcação do perímetro do Centro Histórico da cidade, ação que, na verdade, foge das atribuições do legislativo municipal, pois tais questões são decididas nas esferas estadual e federal, através dos órgãos de preservação patrimonial (IPHAEP e IPHAN).

Com base nas exposições acima, percebe-se que, embora Cajazeiras possua um centro histórico formado por monumentos reconhecidos por seu valor, enquanto obras arquitetônicas e históricas, a preocupação com políticas públicas em relação à defesa desse patrimônio ainda é tímida, quer seja por questões financeiras ou imobiliárias, como também por divergências políticas que opõem grupos e cidadãos interessados em preservar a História e a memória da cidade. Isso fica evidente pelo atual estágio de reformas, abandono e pelos discursos de empresários que cogitam até mesmo a diminuição do alcance da Lei, no que diz respeito à proteção de imóveis do centro histórico da cidade.

Assim sendo, acreditamos ser de caráter urgente a criação, na cidade, de ciclos de debates que visem à parceria de órgãos públicos e privados, para o desenvolvimento e implantação de políticas públicas de Educação Patrimonial que busquem o envolvimento da comunidade escolar e da sociedade, em geral, com o patrimônio histórico e cultural que a cidade possui valorizando, desse modo, a memória, a História e a cultura histórica locais.



3 – CIDADE E MODERNIDADE: CAJAZEIRAS NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Segundo Simão (2006), foi a partir do processo de avanço da industrialização que se iniciaram, no mundo, as transformações que modificaram o perfil social e urbano das cidades modernas, levando a um aceleração, sem precedentes, no que se refere à edificação de novas construções e à demolição de antigas. Esta realidade desencadeou também o aceleração das ações em torno da proteção do patrimônio arquitetônico histórico, já que ainda no século XIX, as teorias de preservação foram responsáveis por espalharem pelo resto do mundo a preocupação com o seu patrimônio histórico edificado e pela salvaguarda da memória suscitada por meio desse patrimônio.

As ideias de modernidade que despontaram na Europa, em meados do século XIX, surgem como grandes aceleradoras das transformações ocorridas nos grandes centros urbanos, não somente para modificação/melhoria dos aspectos estéticos, mas também para dar um ar de salubridade às cidades. As reformas de Haussmann em Paris, um dos marcos dessa nova mentalidade, adentram no século XX com força total e rompem as fronteiras do velho continente se espalhando pelo mundo.

No Brasil, o processo de transformação urbana seguiu essa mesma lógica. Teve início com as reformas de Pereira Passos, que modificou o centro do Rio de Janeiro, e se irradiou pelos demais centros de maior expressividade urbana do país, como o caso de São Paulo, Recife, Salvador, Fortaleza, Belo Horizonte. Já a capital paraibana, que também seguiu de perto o ideário civilizador da modernização, ao longo das primeiras décadas do século XX passou por uma gama de melhoramentos como alargamentos de ruas, abertura de avenidas, construção de parques e praças públicas e ainda a edificação de incontáveis imóveis públicos e privados de acordo com os padrões arquitetônicos em vigor na época.

Seguindo o exemplo de sua capital, as demais cidades do interior paraibano também vivenciaram, no início do século passado, transformações significativas no que concerne aos seus aspectos urbanos, sobretudo, com relação à chegada dos novos equipamentos considerados como ícones da modernidade que perpassavam as mentalidades da época. Foi neste contexto que Cajazeiras experimentou um significativo crescimento urbanístico/populacional na década de 1920 e ganhou uma série de inovações como a chegada da luz elétrica, do cinema, do trem de ferro, do telefone e do telégrafo, da impressão de jornais locais, da prática do futebol que somados a uma série de melhoramentos urbanos e à

construção de grandes casarões e prédios nas ruas centrais deixavam um ar de modernidade e de civilização, na cidade.

Assim sendo, ressaltamos, que ao tratarmos do patrimônio arquitetônico de Cajazeiras a nossa escolha com relação à abordagem deste capítulo “Cidade e Modernidade: Cajazeiras nas primeiras décadas do século XX” se deu, por entendermos que, de maneira mais enfática, foi nessa época que se construiu a maioria dos imóveis por nós pesquisados nesse trabalho, dos quais, muitos permanecem com suas características arquitetônicas originais e são parte do acervo catalogado e tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Paraibano – IPHAEP. Edificações que, com a riqueza de seus detalhes, evidenciam certa maneira de se viver em Cajazeiras, em épocas passadas.

3.1 – Cidade moderna: “território do desejo”, palco de transformações, emancipação e progresso

Ao longo da História da Humanidade as cidades têm sido palco privilegiado das transformações cotidianas da vida das sociedades. Entretanto, quando se fala em “privilégios”, não se quer fazer uma supervalorização das cidades, em detrimento de outros espaços onde também se desenvolveram as tramas sociais e históricas, tais como vilas, fazendas, ou o mundo rural em geral, mas sim compreender a cidade como lugar de buscas incessantes das aventuras e anseios de liberdade, desenvolvimento e ascensão social, conquistas tão desejadas pelo homem moderno, que passa a ver na urbe a possibilidade de encontrar as mais variadas formas de satisfazer suas necessidades de lazer, habitação, educação, bem como outros aspectos que representam para ele, em tese, uma melhoria de sua qualidade de vida e onde se encontram os bens materiais e serviços necessários à sua sobrevivência.

Segundo Silva Filho:

A cidade é território do desejo, da pulsação humana, da utopia, lugar onde se constroem as identidades; lugar da elaboração das formas de consciência, lugar da razão nos planejamentos e intervenções técnicas; da irracionalidade da multidão explosiva; cenário da modernidade; território do sagrado e do profano, lugar onde estão os sujeitos históricos, os atores sociais. (SILVA FILHO, 2005, p. 81).

Desse modo, pode-se afirmar que as cidades são um complexo material que aglutina diferentes pensamentos e ideias. Ideias “que criam, transformam e modificam” a vida das pessoas que habitam os centros urbanos. Pode-se dizer também que as cidades, como todos os lugares habitados pelo homem, são palco dos conflitos sociais e históricos e, portanto, é

possível estudá-las e entendê-las como parte de um conjunto de fatores que estão à espera de pesquisas e descobertas.

Essa ideia ainda é reforçada por Daniel Roche (2004, p. 63), quando analisa a realidade da cidade moderna do século XVIII, ao afirmar que “[...] a cidade não é inteiramente desaculturadora [sic]: ela retém e transforma os homens, fornece-lhes modelos novos de comportamento alimentar e indumentário, propicia-lhes novas oportunidades de instruir-se e de sonhar”. O autor faz essa afirmativa para mostrar as oposições existentes entre os cidadãos e as populações migrantes recém-chegadas às cidades. Esta população composta especialmente por camponeses, trazem em suas bagagens, além de um perfil típico de sua condição de trabalho, comportamentos e hábitos que se chocam com os costumes dos cidadãos já adaptados aos ritmos impostos pela vida urbana.

Para Roche, essas diferenças conflitantes, são constantes no interior da urbe já que as migrações também são permanentes. Outro aspecto a se considerar, neste caso, é a realidade de pobreza e más condições de vida com as quais os novos habitantes, em geral, se deparam, ao iniciar suas vida nas cidades. Contudo, o historiador analisa também que esta mudança não pode ser entendida somente sob ótica negativista, pois a adaptação aos novos hábitos e ritmos cidadãos, poderá possibilitar oportunidades de certa melhoria de vida, que geralmente é o desejo dos que chegam nessas ondas migratórias.

Neste caso, é possível falar que o espaço material da cidade também se transforma, em função das necessidades de uma população migrante que, cotidianamente, chega a ela na ânsia de alcançar melhorias financeiras ou pessoais. Isso faz com que o espaço urbano cresça e se transforme, devido ao aumento dessa população, muitas vezes, sem qualificação para o trabalho ou preparo para os ritmos acelerados da vida urbana, o que leva muitos à marginalidade ou mendicância. Assim, a cidade também é palco de diversidades sociais e culturais. É nesse sentido que autor fala da Paris do século XVIII:

De maneira geral, nas salas dos albergues, nos cárceres da cidade como nas casas, nos palacetes e nas pensões do centro e dos subúrbios vamos reencontrar populações variegadas procedentes das mesmas regiões, levadas pelo fascínio da cidade, pela atração da liberdade anônima, pela esperança de um trabalho seguro e de uma ascensão social que permita a competição dos talentos urbanos. (ROCHE, 1998, p. 56)

É nas cidades, portanto, que o homem procura a luz do progresso, pois modernidade e desenvolvimento econômico são os ícones inseparáveis no imaginário dos atores sociais, quando se trata da questão do crescimento e transformações dos centros urbanos, seja através de empreendimentos financeiros e comerciais, seja na construção de prédios modernos e

residências luxuosas. Edificações estas que visam exibir a riqueza de seus proprietários e dar um ar de desenvolvimento, tanto para os habitantes como para os forasteiros que a visitam em busca de negócios, conforto e novos conhecimentos.

A partir do crescimento e desenvolvimento da cidade moderna, muitas questões foram colocadas com relação aos problemas que as mesmas traziam em seu contexto, devido, especialmente, ao crescimento populacional e à falta de infraestrutura para acolher essa população. Falta de moradia e emprego, problemas de saneamento básico, proliferação de doenças, aumento da miséria, da mendicância, da prostituição e, sobretudo, da criminalidade são alvos dos discursos de uma gama de profissionais e estudiosos que buscaram ao longo do século XIX e XX soluções para toda essa problemática (BRESCIANNI, 2007, p. 243).

Assim, pode-se dizer que o crescimento de muitas cidades se deu de forma desordenada, o que colocava em risco sua própria existência, daí a necessidade das ações de intervenção por parte do poder público através de políticas de urbanização, embelezamento e saneamento das urbes. Ações que, até as primeiras décadas do século XX, foram responsáveis pela transformação, desenvolvimento e expansão de muitos dos pequenos núcleos populacionais no Brasil, pois eram sinais da chegada do progresso. A instalação de indústrias e ferrovias também são aspectos importantes nesse sentido (BRESCIANNI, 2007, p. 239).

Com base nas exposições acima, é possível afirmar que a evolução de muitas das cidades modernas está diretamente ligada ao avanço das atividades industriais e comerciais surgidas no século XVIII e intensificadas a partir do século XIX; processos que foram os grandes responsáveis por inserir, nesses centros sociais urbanos, o gosto pelas novidades, o modismo, além de uma miríade de serviços, tais como: transportes, abastecimento d'água, iluminação pública e rede de esgotos, comodidades que, em muito, atenderam e estimularam o anseio de consumo e de melhoria de vida de seus moradores.

O crescimento e desenvolvimento das cidades modernas, o avanço do consumo e, conseqüentemente, o crescimento industrial, intensificou a acumulação de capitais suficientes para investimentos em outros bens patrimoniais, especialmente na edificação de imóveis para alugar ou palacetes para morar e ostentar as riquezas adquiridas. Então, para o homem de negócios, nada era mais proveitoso do que se instalar nas cidades e nelas praticar suas atividades econômicas, pois a vida nas urbes inspirava conforto, elegância e modernidade. A cidade torna-se, desse modo, um espaço diferenciado, um lugar de consumo (ROCHE, 2000, p. 54).

Nesse sentido, o processo de industrialização acelera a urbanização e os novos equipamentos advindos desse processo industrial fazem também acelerar a vida das

populações urbanas, que passam a se adequar aos novos costumes ditados pela tecnologia presente em seu cotidiano. Sobre isso, Nicolau Sevcenko afirma:

O século XIX foi um período de avanços científicos prodigiosos, durante o qual campos completamente novos da ciência surgiram [...] O desenvolvimento tecnológico também foi espetacular – talvez mais ainda do que o científico na mente do grande público. Transporte, eletrificação, indústrias químicas, controle de doenças – a lista é infinita – estavam alterando a sociedade de modo profundo e irreversível. (SEVCENKO, 1998, p. 514).

Entendendo que a cidade também pode ser vista como um complexo texto não verbal, à espera de leituras e interpretação coerentes, Lucrécia Ferrara faz uma reflexão interessante, enfatizando que essa modificação dos costumes nas cidades é feita em vista do avanço das tecnologias e da industrialização:

A substituição da força manual pela máquina, a divisão social do trabalho para permitir a reorganização da produção, a fábrica, que centraliza o sistema de produção em massa e antiartesanal, a especialização, a organização e a racionalização dos processos de produção, a linha de montagem, a automação mecânica e eletrônica, tudo isso induziu o desenvolvimento tecnológico, a velocidade da informação, a criação de uma forma industrial de vida e de percepção: veloz, fragmentada, simultânea, antitemporal e antilinear. (FERRARA, 1988, p. 12)

Sem dúvida, a introdução de novas técnicas influenciou a dinâmica das cidades e o impacto dessa transformação ocasionou inevitáveis mudanças nos mais simples hábitos da vida cotidiana de seus habitantes, em virtude da aceleração dos novos serviços e produtos oferecidos à população e também da necessidade e desejo premente de usufruir os mesmos. Como já foi dito, a cidade é lugar de consumo e o avanço do consumo dos bens produzidos transforma os costumes da população.

Assim sendo, é possível afirmar que este ritmo frenético da cidade grande é característica anunciadora de novos tempos em que a expansão capitalista e o domínio da burguesia industrial passam a ditar as regras e os novos códigos de vivência e sobrevivência nos centros urbanos. Tudo vai se modificando de acordo com as novas necessidades instaladas no imaginário da população.

Desse modo, também são constantes, nas cidades, as mudanças de valores éticos e morais, valores esses que vão se adequando ao avanço cultural e tecnológico dentro dos espaços urbanos, pois além de se constituir em um complexo material, a cidade também é um complexo cultural. E é na vivência cotidiana que seus habitantes criam, modificam, copiam ou mesmo rejeitam costumes e valores éticos e morais, quando estes passam a ser

considerados ultrapassados, ou mesmo as novidades, quando estas parecem ousadas demais para os costumes locais.

No que diz respeito às transformações materiais ocorridas no espaço urbano como reformas e/ ou construções de imóveis públicos e privados, é possível dizer que tais mudanças ocorrem, sobretudo, em vista de atender à demanda populacional, que constantemente chega às cidades, bem como intensificar o processo de embelezamento e modernização que se concretizava através das obras de saneamento básico, urbanização de praças, edificações verticais, derrubadas de casarões velhos, alargamento de ruas e reformas de fachadas. Tais empreendimentos foram acelerados de meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX e colocavam as cidades na categoria de modernas e civilizadas. Em contrapartida, muito da história e memória dos habitantes locais era perdida ou levada ao esquecimento proposital, em nome do progresso vindouro. Lucrécia Ferrara destaca este aspecto, quando afirma que a preservação de espaços de memória é importante para a compreensão da cidade moderna:

O registro dos traços deixados pelo tempo, pela história e pela memória é fator relevante na compreensão da semiose do signo ambiental. A comparação entre traços, marcas, usos designativos da qualidade de um espaço ambiental são resgatados estrategicamente pela lembrança, a fim de realçar a secundidade [sic] ambiental, reforçar o instante, o aqui e o agora da sua compreensão. (FERRARA, 1988, p. 26)

É neste contexto de ruptura com o passado que se institui a necessidade de construção de uma nova memória nacional, por meio da seleção, tombamento e proteção de um patrimônio histórico, movimento que se iniciou na França revolucionária, onde as reformas Haussmann sob o reinado de Napoleão III foram responsáveis por dar a Paris os traços de uma metrópole moderna a inspirar o mundo. Foi de lá, também, que foram difundidas as primeiras ideias com relação às políticas de tombamento, proteção e preservação do Patrimônio Histórico ameaçado diante dessas transformações.

No caso do Brasil, estas ideias de modernidade, associadas ao ideário da República, constituem um momento de confronto “quando muitos planos são realizados e efetivados, conformando novos padrões urbanísticos”. Foi neste contexto, por exemplo, que Belo horizonte assumiu o posto de capital do estado de Minas Gerais “..., negando a Ouro Preto sua condição política e social, por representar o passado, e não o ideal de futuro proposto pela nova ordem” (SIMÃO, 2006, p. 27).

Contudo, é preciso ressaltar que:

Para os modernistas nacionais, o Brasil adentraria no mundo moderno através da busca de sua identidade própria e civilizando-se. Buscar essa tradição, conhecer a nação significava estabelecer vínculos para a arte brasileira. E nas cidades antigas mineiras eles encontraram aquilo que procuravam. Monumentos e núcleos urbanos coloniais abandonados, mas que mantinham sua integridade estilística original, contavam a história e refletiam a tradição almejada. (SIMÃO, 2006, p. 28)

Diante do exposto, cabe refletir sobre o aspecto singular no que concerne às ideias que perpassavam o imaginário modernista em relação à escolha e preservação de um patrimônio artístico e histórico nacional visto que: “Para os modernistas, o motivo maior da causa patrimonial era construir uma identidade artística para o país e não somente salvar um acervo histórico ameaçado de destruição” (SANT’ANNA, 1977 *apud* SIMÃO, 2006, p. 28).

Assim sendo, pode-se afirmar que, para os artistas, arquitetos, intelectuais e outros profissionais envolvidos no processo, havia a necessidade de implementação de novos símbolos que remetessem a uma identidade nacional, longe das influências europeias, cujas expressões artísticas e, mais especificamente, por meio da arquitetura eclética²³, eram as que mais influenciavam o processo de modernização nas cidades brasileiras nas primeiras décadas do século XX.

Dessa maneira, foi a partir da ação dos modernistas que as primeiras políticas relacionadas ao patrimônio histórico começaram a ganhar contorno no Brasil e, mais especificamente na década 1930 com a publicação do Decreto-lei n. 25/37, que passou a orientar e reger todo o trabalho de catalogação, tombamento e preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Contudo, de acordo com Chuva (2009) questões relacionadas à convivência entre o tradicional e o moderno devem ser levadas em consideração, quando se trata de analisar a introdução das políticas de preservação patrimonial, no Brasil, e da consequente construção de uma identidade nacional. Para a historiadora, a Semana de Arte Moderna de 1922, a fundação SPHAN – Serviço do Patrimônio e Histórico Nacional em 1937 e, por consequência, das políticas de catalogação e tombamento do patrimônio histórico e artístico brasileiro foram fatos de fundamental importância na construção dessa identidade.

Para a autora, a constituição do patrimônio histórico e artístico nacional, nas décadas 1930 e 1940, esteve intimamente ligada à política nacionalista do governo Vargas, através da qual se pretendia construir uma memória nacional. Daí as políticas centralizadoras do SPHAN

²³ Dentre o conjunto de bens a serem consumidos e exibidos como signo de *status*, estavam as obras de arte e também de arquitetura – momento em que teve enorme sucesso no Brasil a chamada arquitetura eclética, no começo do século XX, caracterizada por reinterpretar antigos estilos e realizada pelos “acadêmicos”, como eram chamados os arquitetos ligados à Escola de Belas Artes (CHUVA, 2009, p. 95).

se tornaram hegemônicas no que se refere ao processo de tombamentos que se seguiu. Nesse sentido, a ruptura com o “passado imediatamente anterior ao tempo presente que se queria negar” (p. 48) buscava, nas raízes coloniais, a originalidade para a nova História do Brasil que, a partir de então, seria escrita e divulgada.

A escolha do que se pretendia identificar como constituinte da nação resultou na seleção de bens que representassem uma história remota e originária, inscrita num ‘tempo homogêneo e vazio’, revelando a construção de uma história da nação fundada na possibilidade de construir heróis nacionais que deviam informar as ações no futuro e conter as diferenças no presente, distanciando-se dele. O processo de embelezamento dos monumentos, sua restauração e o enorme empenho em mantê-los conservados da deterioração corresponde à metáfora desse processo de ‘embelezamento’ da história. (GOUVEIA, 1985 *apud* CHUVA, 2009, p. 48)

Tomando por base a discussão apresentada pode-se afirmar que apesar de um discurso oficial que surgiu em defesa da preservação, o governo buscou por meio do patrimônio preservado, um aliado em potencial para a constituição da nova identidade que se queria inserir no imaginário populacional do país. A utilização do ideário modernista foi bastante significativa nesse ponto.

Entretanto, é necessário ressaltar que os critérios estabelecidos para escolha e preservação de um patrimônio cultural nacional estavam voltados para um passado colonial, do qual muitas cidades brasileiras, sobretudo as do interior, como o caso de Cajazeiras – PB, não possuíam um acervo. Pelo contrário, o que se percebe em relação a essas cidades é que as mesmas estavam passando por um processo de modernização levadas pela efervescência das ideias modernistas das primeiras décadas do século XX.

O que nos leva a observar que, mesmo não possuindo um acervo arquitetônico colonial de acordo com os padrões estabelecidos pela recém inaugurada política de preservação no país, Cajazeiras já possuía um acervo arquitetônico advindo do início de seu povoamento que data dos tempos do Império. Contudo, sua emancipação política era recente (se tornou cidade somente em 10 de julho de 1876), fato diante do qual, acreditamos que, tanto para Cajazeiras como para as demais cidades do interior da Paraíba, a modernização era mais importante, tendo em vista o momento de expansão urbana e populacional pelos quais estavam passando. Destacamos ainda, que com a exceção da capital do estado não percebemos nas fontes analisadas, nenhuma menção com relação à preocupação das autoridades e da população cajazeirense com a preservação do patrimônio histórico na época. Acreditamos que essa realidade acabou influenciando de certo modo a atual visão da população local, acerca do que é ou não antigo e por conseqüência, o que é ou não patrimônio histórico.

No caso de Cajazeiras, especificamente, o patrimônio arquitetônico que se encontra atualmente sob a proteção do IPHAEP - órgão estadual responsável pelo setor na Paraíba, são construções que datam basicamente das primeiras décadas da República. Muitos desses imóveis, já contando com idade de cem anos, aproximadamente, ou mais que isso, não são vistos como bens de valor para a memória e história da cidade por toda população local, e acreditamos que isso pode ser fruto justamente da ideia tradicional de que patrimônio histórico no Brasil são somente os bens arquitetônicos coloniais, especialmente conservados em complexos urbanísticos, ruas e quarteirões inteiros como o caso do centro histórico de João Pessoa. Já que, até mesmo o centro histórico de Cajazeiras, como área de preservação patrimonial, também parece não ser reconhecido. Isto é o que apontamos em uma primeira análise dos dados coletados nas entrevistas que serão esmiuçadas no próximo capítulo.

No que se refere ao processo atual de modernização urbana pelo qual a cidade tem passado, talvez esta possa ser a mesma visão que possui a maioria dos proprietários, quando, ocupados em reformar ou derrubar, não acham o imóvel tão antigo, ou que o mesmo deva ser preservado, por ser parte do centro histórico da cidade. Sendo vistos apenas como velhos casarões, tais prédios necessitam de reparos ou de uma transformação completa para receber uma maior valorização no mercado. Quando não conseguem realizar tal empreendimento, os proprietários os abandonam para que se deteriorem ao ponto de cair, pois dessa maneira podem vender o terreno se torna bem valorizado, já que muitos desses imóveis se encontram bem localizadas no contexto da área urbana.

3.2 – Cidade e Modernidade: considerações acerca desse processo na cidade da Parahyba do Norte

A modernidade se expressa por meio de um ritmo acelerado, que impulsiona a vida das sociedades ocidentais, sobretudo, a partir da Revolução Industrial, e traz consigo uma nova relação do homem com o tempo, em virtude das novidades/modernismos, tais como o cinema, o trem, o automóvel, o telefone, etc. – que transformam hábitos cotidianos e influenciam a dinâmica da vida material e simbólica das populações citadinas. Questões relacionadas com o processo de embelezamento e saneamento de ruas e praças, o combate a doenças, a instalação de indústrias, também são parte dessas transformações, que intensificaram o fluxo cotidiano das populações urbanas na virada do século XIX para o XX. Tudo isso torna possível a visão de estudiosos como Silva Filho (1999), de que a cidade é o cenário da modernidade por excelência.

Desde as primeiras décadas do século XX, as cidades da Paraíba, sobretudo as do interior, iniciam seu processo de modernização. Contudo, foi na década de 1920 que esse processo se esquadrinhou de maneira mais acentuada, naquilo que se refere às transformações urbanas, com a introdução de ícones modernos nas referidas cidades. Para Silva Filho (1999, p. 18) os anos de 1920 se constituíram numa década singular no que concerne às perdas e ganhos das populações das referidas urbes que, envoltas num contexto crescente de mudanças, tendem, de um lado, a aceitar as modernidades e, de outro, a nutrir sentimentos de transgressão e de nostalgia, pela tradição, surgindo daí, uma relação de forças, resultado do choque entre o arcaico e o moderno.

Sobre esta questão, Mariano (2010) destaca que um dos motivos geradores de choques e, por consequência, essas contradições nos projetos de modernização das cidades, está relacionado com as políticas de urbanização e higienização. Uma proposta problemática que causou muitas tensões, especialmente, porque se tratava de um conjunto de ações governamentais que visavam sanear as áreas urbanas por medidas aplicadas, muitas vezes, com ações autoritárias por parte dos sanitaristas. Esses especialistas, impulsionados pelas políticas saneadoras, geralmente, adentravam de maneira autoritária o espaço das residências, causando descontentamento, sobretudo por parte da população pobre e desinformada das cidades, principal alvo de tais medidas.

O objetivo de tais investidas era justificado por se tratar de combate a doenças e a costumes julgados insalubres, visando melhorar as condições de vida das populações locais. Dentre essas investidas estavam as campanhas de vacinação obrigatórias, através das quais se buscava controlar as epidemias que ainda dizimavam grande quantidade de pessoas por todo o país. Entretanto, mesmo reconhecendo a importância de tais medidas, Mariano, tendo por base o pensamento de Rezende analisa que por trás dessas ações estava “o olhar disciplinador do Estado, [...] procurando transformar o trabalhador num cidadão útil e dócil” (REZENDE *apud* MARIANO 2010, p. 26-27).

Ainda no que se refere à modernidade, é necessário ressaltar que, de acordo com a análise de Aranha (2005) em seu trabalho sobre esse processo ocorrido em cidades da Paraíba entre 1880 a 1925, é preciso ter atenção quanto àquilo que os estudiosos convencionalmente denominam de cidade moderna, na historiografia de uma maneira geral e, a partir dessa consideração, percebe-se que, nem de longe, o processo de modernidade das cidades do espaço/ tempo por ele estudado pode ser comparado com o mesmo ocorrido nos grandes centros europeus, a exemplo de Londres e Paris. Para ele, mesmo a cidade do Rio de Janeiro,

embora possa ser considerada a moderna metrópole brasileira da época, se comparada aos centros europeus não alcança o mesmo *status*.

Um dos aspectos que caracteriza a modernidade em Londres e na Paris do século XIX, é o fenômeno da agitação da multidão que, incorporada à vida cotidiana dessas grandes centros, se condensa nas ruas, num ritmo frenético, em virtude também de uma aceleração tecnológica e industrial que passa a marcar o tempo dos cidadãos das urbes no ir e vir das ruas onde se esquivam e se esbarram (BENJAMIM, 1994, p. 73).

Walter Benjamim analisa o fenômeno da multidão das metrópoles da era moderna através do olhar de Baudelaire, mostrando o choque do poeta diante do ritmo acelerado imposto ao cotidiano social de Paris no limiar dos novos tempos, quando os vestígios da vida privada desaparecem em meio à multidão alarmante que se comprimia num vai e vem incessante pelas ruas e galerias da cidade. Entretanto, tanto para Baudelaire como para outros artistas e pensadores da época, a multidão exerce um fascínio, e acaba se tornando uma personagem a inspirar e a conduzir seus pensamentos e criações artísticas no contexto da metrópole.

Imerso na multidão, somente o *flâneur* consegue vislumbrar as nuances que existem por trás do ir e vir dos transeuntes, que na rudeza dos encontros não se apercebem enquanto semelhantes. As multidões isolam, no seu interior, os interesses privados, as pessoas se veem, mas não se olham, não dirigem a palavra umas às outras, perdendo, desse modo, sua individualidade e se tornando apenas massa amorfa de trabalhadores, mão de obra do mercado em que cada um segue seu curso, de acordo com as novas regras do capitalismo industrial que com suas teias avançava no domínio do mundo civilizado (BENJAMIM, 1994, p. 38).

Não somente a multidão, mas toda a dinâmica da modernidade que se percebia na grande cidade era causadora de choques para o poeta, daí porque a utilização da alegoria do *flâneur*, que se apresentava como uma forma de resistência diante da imposição do tempo matematizado da indústria e da divisão do trabalho.

Esse processo de modernidade, evidenciado por Benjamim no que concerne à Paris do século XIX, ocorre também nas demais metrópoles europeias. Além das mudanças com relação aos aspectos culturais, estas ocorriam também no meio material das cidades, através das transformações urbanas que eram efetivadas por intermédio da derrubada e reformas arquitetônicas, construção de novas edificações, alargamento e embelezamento de ruas para abrigar esses novos edifícios, a construção e urbanização de praças e avenidas voltadas, sobretudo, para o passeio e o lazer das populações locais, etc.

A implantação desses melhoramentos, sendo uma característica das metrópoles europeias, dadas às devidas proporções, não deixa de ser vivenciado nas cidades paraibanas, como é o caso da capital e até nas pequenas cidades do interior, como Princesa e Cajazeiras, embora num ritmo bem diferenciado. No entanto, seguindo as novidades da época, também essas cidades desejavam criar um visual novo que determinasse a aceitação dos novos ícones da modernidade, o que causou diversos impactos no cotidiano e na vida de seus habitantes.

De uma maneira geral, as transformações que iniciaram o processo de modernização das cidades no Brasil ocorreram do final do século XIX para o início XX, e tiveram seu maior expoente nas reformas urbanas, feitas, primeiramente, em São Paulo e Rio de Janeiro e que, posteriormente se estenderam aos demais centros urbanos do país, tais como Recife, Fortaleza e João Pessoa. A idealização de cidades planejadas, a exemplo de Belo Horizonte, também se incluem nesse contexto.

No final do oitocentos, a cidade da Parahyba do Norte²⁴, em muitos aspectos que caracterizavam a modernidade dos centros europeus ou mesmo do sul do Brasil, deixava bastante a desejar. Ruas por calçar, falta de saneamento, áreas insalubres, predomínio da arquitetura colonial, nas ruas estreitas e tortuosas da cidade. No entanto, esse quadro já começava a mudar, do ponto de vista de uma “ética do melhoramento”, através da qual, essas melhorias eram feitas “por atos de vontade vinculados a uma ordem econômico-social, gerando, por sua vez, uma perda de identidade com o passado colonial, e, por outro lado, uma aquisição dessa mesma identidade, pela construção de um outro cenário para *a cidade*” (SILVA FILHO, 1999, p. 118).

Assim, impulsionados pela introdução dessas melhorias, os governos que se sucederam no comando do Estado, vão movimentando os mecanismos administrativos, na busca de garantir a implantação de serviços que permitissem a entrada da civilização e de conforto aos habitantes da capital paraibana das últimas décadas do século XIX e das primeiras do XX.

Os serviços de abastecimento d’água, de saneamento básico e coleta de lixo eram alguns dos principais anseios no que concerne às melhorias das condições sanitárias exigidas no início do século passado, especialmente pelo processo de combate às epidemias que assolavam as populações citadinas, a exemplo do cólera e do impaludismo²⁵.

²⁴Parahyba do Norte era o antigo nome da capital do estado, João Pessoa, que passou a ter esse último após a Revolução de Trinta, em homenagem ao ex governador do Estado e candidato a vice-presidente do Brasil ao lado de Getúlio Vargas na chapa da Aliança Liberal, assassinado em 26 de julho de 1930.

²⁵ Malária ou impaludismo - Infecção causada por protozoários do gênero *Plasmodium* transmitida pela picada de mosquitos do gênero *Anopheles*, e que se caracteriza por calafrios e febre (AULETE Digital, s.d.).

No entanto, eram as mais difíceis de se efetivar, principalmente pelo déficit dos cofres públicos, em virtude de uma crise econômica que parecia não dar tréguas. Essas crises associadas a períodos de seca emperravam mais ainda a execução de tais serviços. Mas essa realidade não impossibilitou um notável desenvolvimento da cidade. Em 1905 a capital já contava com o transporte público que era um notável avanço – a locomoção de forma rápida de um ponto a outro da cidade fazia com que a população tivesse um maior controle sobre o tempo e o espaço (SILVA FILHO, 1999, p. 174).

Outros desafios enfrentados pela cidade da Parahyba era com relação à produção algodoeira, principal produto e fonte de riqueza, na época, não somente para a capital, mas para todo Estado. O principal problema era devido à falta de tecnologia, situação que colocava os produtores locais em desvantagem com relação ao comércio exterior e dificultava mais ainda o equilíbrio das finanças públicas e a obtenção dos recursos para as obras modernizadoras. Sobre a competição com o mercado exterior se fazia necessária a modernização da produção, por meio de aquisição de maquinário, bem como de incentivos fiscais que permitissem ao produtor fazer esse tipo de investimento e ainda a construção de um porto de grande porte e de linhas férreas para o escoamento dos insumos dos locais de produção ao porto com maior rapidez.

A implantação das primeiras indústrias têxteis no país, em 1880, trouxe benefícios aos produtores de algodão da Paraíba, que se viram obrigados a se modernizar para poder acompanhar o ritmo das fábricas, com a aquisição de máquinas modernas, movidas a vapor, para descaroçar e processar o produto, acelerando desse modo o serviço que até então era feito por meio das boladeiras com tração animal²⁶.

Inserida nesse contexto, a cidade da Parahyba também implantou, já nas últimas décadas do século XIX, certo número de indústrias e fábricas de diversos segmentos, desde têxteis até produção de cigarros. No entanto, essas eram incipientes e inexpressivas diante da competição que enfrentavam com outras regiões, especialmente com Recife. Entretanto, o que realmente foi decisivo no tocante à entrada do capital necessário ao desenvolvimento da modernidade, na Parahyba, foi a atividade exportadora de algodão que ganhou uma acentuada melhoria da produção e beneficiamento no início do século XX, o que dinamizou os negócios nesta área e, conseqüentemente, o processo de crescimento e melhoria nas cidades, tanto da capital como no interior (SILVA FILHO, 1999, p. 125). Nesse ponto a década de 1920 foi

²⁶Máquinas utilizadas para descaroçar o algodão que na época geralmente eram movidas por tração animal. Em Cajazeiras, existia a famosa boladeira do Coronel Peba localizada no lugar onde hoje está a agência do Banco do Brasil.

bastante significativa, tendo em vista que foi neste período que o algodão alcançou uma grande expansão, a exportação permaneceu firme, mesmo com o fim da 1ª Guerra Mundial, redirecionando-se as vendas da matéria-prima para o Sudeste do Brasil.

Foi assim que os primeiros anos do século XX trouxeram ricos benefícios à capital paraibana, com a implantação de reformas e embelezamento de vias públicas, melhoria de transportes e no incremento das finanças tão necessárias ao Estado, o grande patrocinador dessas mudanças. O alargamento e arborização de ruas e calçadas voltadas para o passeio público instauravam no cotidiano da cidade um ar de conforto e beleza, em que até a maneira de se vestir atendia aos novos padrões de forma elegante e moderna com a adoção de “*fraques e cartola* que faziam surgir de maneira eventual, *dandis* pelas vias urbanas” (SILVA FILHO, 1999, p. 179).

Sobre esse processo de urbanização e melhoria das vias públicas, na cidade da Parahyba, é possível nos reportarmos ao caso do Rio de Janeiro, onde a política de Regeneração de Pereira Passos, inspirada no modelo parisiense, desencadeou uma febre reformadora, dando um caráter brutal ao processo, que provocou grandes insatisfações e resistências por parte das parcelas mais pobres da população e cuja Revolta da Vacina foi um dos episódios mais significativos. Excluídas das condições de acesso às modernidades, grandes levas de moradores eram expulsos dos cortiços das ruas centrais da cidade e obrigadas a se aglomerar em casebres improvisados pelos morros, onde as condições de vida eram mínimas ou inexistentes. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que estabeleciam novos padrões de comportamento e de salubridade, as reformas geravam uma cisão social profunda (SEVCENKO, 1998, p. 541).

Com relação à cidade da Parahyba, esses novos padrões estabelecidos, também vão inspirar, no imaginário dos habitantes, uma expectativa de adquirir uma melhoria nas condições de vida, ou seja, ter acesso às novidades e usufruir dos benefícios advindos dos novos aparatos modernos, tais como a eletricidade e a vacina, imagens e desejos que vão permear os anseios da população local com a inserção de novos costumes e novos hábitos em seu cotidiano.

Outras questões relacionadas com o saneamento da cidade dizem respeito a algumas posturas assumidas por membros de determinadas camadas da população. Esses comportamentos, considerados insalubres, eram evidenciados especialmente por moradores das zonas mais pobres das cidades, que geralmente sem moradias adequadas e sem trabalho, se entregavam à vadiagem, ao consumo de álcool, à prostituição e ao fumo, entre outros atos que contrariavam os novos padrões de *civilidade e higiene* estabelecidos e desejados pelas

autoridades e populações mais abastadas. Por isso, os moradores das zonas mais pobres eram vistos como transgressores da ordem e necessitavam de disciplina por meio da submissão às leis sanitárias vigentes. Daí também esses grupos serem os principais alvos das campanhas de vacinação obrigatória, já citadas anteriormente.

Mesmo diante de tantas adversidades, no início da década de 1920, a capital paraibana se encontrava com uma nova plástica que refletia a fisionomia do moderno. Nas ruas do centro, essas mudanças eram vistas com um maior destaque, já que era nessa localidade onde as referidas transformações aconteciam mais intensamente: iluminação e bondes elétricos, prédios públicos bem situados e com arquitetura planejada e bem elaborada; praças ajardinadas, verdadeiros convites para os passeios públicos e encontros sociais; casarões residenciais requintados e construídos com a minúcia da arquitetura moderna da época com boa iluminação e bem arejados. Esses ícones davam à cidade da Parahyba *um aspecto de cosmopolitismo e civilidade* tão apregoados pelos novos tempos (SILVA FILHO, 1999, p. 197-198).

Com relação ao comércio, desde o início do século XX, esse vai se tornando cada vez mais próspero e se adaptando às novas exigências da população, aos novos gostos adquiridos pelos modismos e modernismos dos novos tempos. A Rua Maciel Pinheiro era o coração comercial da cidade, onde estava o termômetro e a pulsação da vida urbana da capital – era “onde se propagavam os modernismos e seus ícones, possibilitando ao habitante, ser moderno, pela aquisição de objetos novos, de seus ícones, de seus emblemas” (SILVA FILHO, 1999, p. 208).

Entretanto, para este autor, o comércio da capital só ganha, de fato, uma maior notoriedade com a fundação da Associação Comercial da Paraíba (ACP), órgão que passou a agregar um considerável número de membros ligados às mais variadas atividades comerciais e financeiras. Um dos principais objetivos da ACP era a defesa e solidificação do comércio local e o intercâmbio deste com o restante do Estado, sendo que um dos principais requisitos para isso seria a ampliação da linha férrea e a modernização do Porto de Cabedelo que só se realizaria em 1935.

Outras questões relacionadas ao advento da modernidade, na cidade da Parahyba, dizem respeito aos embates entre o desejo de preservação da tradição e os anseios de progresso e desenvolvimento postos no imaginário social pela adoção do moderno. Se, por um lado, as ações de embelezamento e saneamento da cidade geram empolgação diante das melhorias que começam a se sobrepôr, nas ruas, por outro, geram também gritos de protesto e negação que passam a ser ouvidos por parte daqueles que se colocaram contra a derrubada de antigas

construções para realizar tais medidas. Essa realidade é analisada por Mariano (1999, p. 46), por meio de um artigo publicado na revista *Era Nova* que circulava na capital pela década de 1920.

Isso ocorria pelo fato de que o processo de remodelação da cidade, ao mesmo tempo em que proporcionava evidentes melhorias em termos de urbanização da capital, também era responsável pela derrubada de incontáveis construções arquitetônicas coloniais, consideradas como verdadeiros monumentos históricos que iam se perdendo sem receber dos habitantes, e tampouco das autoridades locais, o devido valor estético e/ou simbólicos e históricos que possuíam (SILVA FILHO, 1999, p. 228-238).

Sobre esse fato é possível estabelecer uma comparação com a análise de Chuva (2009) acerca da problemática em torno desenvolvimento do ideário modernista com relação às políticas de tombamento e de preservação do patrimônio nacional. Isso porque, segundo os expoentes do modernismo, para ser considerado parte do patrimônio histórico e artístico nacional e, portanto, dignos de preservação, os imóveis antigos deveriam ser referenciados como construções ou obras de arte da época colonial, pois somente a partir desse reconhecimento poderiam ser considerados como acervos definidores de uma identidade nacional.

Esse conflito entre tradição e modernidade evidenciava uma relação de forças em torno da questão da preservação ou destruição de uma identidade já estabelecida. A capital paraibana passava por um momento de transformação, em que se buscava o rompimento com um passado colonial de dependência política e comercial em relação ao Recife. No entanto, para os atores que tinham crescido na cidade antiga, a convivência com as velhas construções era um aporte simbólico bastante representativo, e, por isso, desejavam manter essa memória. Entretanto, não era o que pensavam os empreendedores do moderno para quem esta era uma memória que precisava ser apagada, para que uma nova identidade pudesse ser construída.

Retomando a análise de Dias (1996), é possível afirmar que a construção de uma nova identidade – *a paraibanidade*, era não somente um desejo, mas também uma necessidade que a sociedade paraibana, representada especialmente por seus intelectuais e políticos, almejava no início do século XX. Desse modo, o anseio em construir uma nova história estava em voga nas décadas iniciais da República. A própria consolidação da República coincidia com a entrada do moderno na Parahyba do Norte, ao mesmo tempo em que representava um desligamento comercial e histórico com Recife, cidade à qual o estado tinha sido submetido por longo interregno no período colonial. Assim, as ações governamentais que remodelavam a

cidade eram, portanto, um meio através do qual os governadores perpetuavam sua memória e contribuíam para a construção de uma nova identidade paraibana.

Ainda com relação a esse processo de modernização, a própria arquitetura concebida como moderna, predominante na época, dava um caráter de monumentalidade às novas construções e reformas empreendidas em prédios públicos, e nas residências dos coronéis do algodão. Isso era um fator de importante simbologia para o imaginário social, que tanto os governantes, como as elites econômicas queriam ostentar (SILVA FILHO, 1999, p. 245-247).

As elites econômicas do Estado, representadas, sobretudo pelas oligarquias agrárias que, por deterem o poder econômico, tinham total influência no comando político também atuavam em todos os setores da vida social das cidades, ocupando as principais posições de destaque em cada um desses segmentos, inclusive culturais e filantrópicos, e podiam exercer o controle e o poder de mando a toda sociedade local. Era essa elite agrária que, em muitos casos, se tornava a grande empreendedora à frente do projeto de melhorias e desenvolvimento nas cidades onde atuavam²⁷, uma vez que sendo o algodão o produto de maior expressão no que concerne à entrada de capital na Paraíba, naquele momento, era também o provedor dos recursos necessários para tais empreendimentos.

Essa realidade evidenciava também o embate entre a chamada classe comercial, as elites agrárias e o poder público, em meio ao advento da República. Esse novo Regime político legitimou as pretensões de poder que as velhas oligarquias algodojeiras tanto almejavam, selando, desse modo, um apoio recíproco entre o novo regime e os grupos políticos que, por sua vez, estavam ligados a essas elites agrárias, consolidando, dessa forma, um Estado paraibano que possuía vida e identidade próprias, e que tinha nas mãos de seus políticos a força para fazer frente junto ao governo estadual e federal (SILVA FILHO, 1999, p. 241).

Com a expansão da produção algodojeira na década 1920, a exportação do produto para a Inglaterra foi fundamental na arrecadação de divisas orçamentárias que vieram, em boa hora, atender às necessidades que o poder público possuía para a conclusão das obras de melhorias urbanas. Os serviços de iluminação pública o saneamento básico, o abastecimento de água e os transportes coletivos seriam, assim, os grandes beneficiados desses recursos.

Com a criação de um código de posturas foi possível regulamentar e controlar todo o processo de construções e reformas, alargamento de ruas, bem como as atividades mercantis e industriais, as medidas de higiene, as feiras, pesos e medidas, enfim todas as atividades

²⁷ Como veremos com relação ao caso de Princesa e o domínio do Coronel Pereira e de Cajazeiras que teve, à frente do governo municipal, vários coronéis da cidade: Coronel Sabino, Justino Bezerra, Coronel Matos, Coronel Juvêncio Carneiro.

funcionais que viessem a ocorrer no âmbito da cidade. Esse foi um momento culminante no processo de modernização na cidade da Parahyba, que, em 1927, já tinha alcançado satisfatoriamente suas metas de embelezamento e de geração de serviços públicos, que lhe davam o aspecto de modernidade e civilidade almejadas (SILVA FILHO, 1999, p. 269).

3.3. Interior Paraibano: modernidade e tradição, confronto e convívio nas primeiras décadas do século XX

Com relação às cidades do interior da Paraíba do início do século XX, Aranha (2005) destaca que, mesmo não possuindo o gigantismo populacional das metrópoles europeias²⁸, a modernidade nas cidades do interior se deu a partir da chegada de algumas conquistas materiais que perpassavam o imaginário social como símbolos do moderno. Sobre isso, o historiador afirma que aquisição desses aparatos urbanos, com suas tecnologias, trouxe encanto às populações locais e causou profundo impacto no cotidiano das sociedades que receberam tais “modernidades”, como o trem de ferro, a luz elétrica, o telégrafo, o telefone e os jornais impressos, novidades sensacionais de um novo tempo e que atestavam que, enfim, *o progresso e a civilização* estavam chegando ao interior. Por menores e mais “atrasadas” que fossem essas cidades, ao conseguirem tais equipamentos podiam se colocar no patamar de modernas e civilizadas.

Outrossim, há a considerar que essas conquistas materiais se instituem por toda parte como símbolos modernos de valor universal, significando, com isto, que qualquer contato com um ou outro desses símbolos, independentemente do porte da cidade que realiza a conquista, possibilita que esta cidade possa ser considerada moderna ou cidade em sintonia com o mundo *civilizado*. (ARANHA, 2005, p. 80)

Para o autor, portanto, esses equipamentos urbanos evidenciavam uma profunda transformação no que diz respeito à comunicação desses centros com outras regiões do país e até mesmo do mundo. A chegada do trem, por exemplo, não significou apenas a aceleração nos transportes, mas também a dinamização do comércio das comunicações e até mesmo de notícias e correspondências entre os vários municípios paraibanos e Estados vizinhos. Um dos exemplos bem evidentes dessa dinamização diz respeito à imprensa escrita, que foi amplamente favorecida pela linha férrea.

Os jornais da época circulavam em número considerável nas cidades, pois tanto no interior como na capital eram muitos os títulos publicados. Em Cajazeiras, por exemplo, entre

²⁸ Recife, considerada a metrópole de referência para toda a região, só atinge o número de 200 mil habitantes em 1920; e a cidade da Parahyba em 1910 contava somente com cerca de 30 mil habitantes (ARANHA, 2005, p. 86).

as décadas de 1920 e 1930 eram publicados: *O Pátria jornal*, *O Rebate*, *O Sport*, *O Rio do Peixe*, *o Estado Novo* e a revista *Flor de Liz* (SOUZA, 1981, p. 187-189), fora os periódicos que vinham de cidades vizinhas, da capital do Estado e de Fortaleza.

No entanto, os jornais que vinham das capitais sofriam com a morosidade dos transportes, o que atrasava em vários dias as notícias neles veiculadas. Com o advento do trem, esses atrasos foram amenizados, o que colocava o sertanejo a par dos acontecimentos da capital do estado, do país e do mundo, em questão de horas. A própria imprensa, considerada também como um dos signos da modernidade e do progresso, quando aliada à velocidade do trem, abalava de maneira considerável, a vida cotidiana nas cidades em que chegava.

Em Cajazeiras, nos idos de 1910, as notícias procedentes, tanto da capital da Paraíba como de Fortaleza, só chegavam dez dias após sua publicação, realidade que muda, profundamente, com a chegada do trem de ferro que passa a interligar a cidade ao estado vizinho em 1925. A partir de então, os jornais da capital cearense tendem a chegar com, no máximo, um dia e meio de atraso, o que era visto com entusiasmo pelo sertanejo, em vista da situação de outrora. Até mesmo as últimas novidades da moda vinham por intermédio do trem, nas publicações de figurinos de revistas especializadas do Rio de Janeiro e de Paris (COSTA, 1986, p. 61).

Da mesma forma que as populações sertanejas são beneficiadas com a chegada e circulação de notícias, de maneira mais rápida, também o são com as comunicações postais que, assim como os jornais, ganham mais velocidade com a implantação da ferrovia que se torna via de correspondências, na parceria firmada com as agências de correios e telégrafos.

É inegável que a presença do trem causou, nas cidades em que esteve presente, profundo impacto no cotidiano e na dinâmica social local. Segundo informações colhidas com Dona Marilda Sobreira²⁹ (*in memoriam*) há alguns anos, a chegada do trem a Cajazeiras era um acontecimento: a estação da cidade se tornava um ambiente de sociabilidade e diversão, onde a juventude do interior se apresentava com esmero e se aglutinava para recepcionar o trem e as novidades com ele chegadas – esta era uma prática extensiva a todo Brasil. Inclusive o rolo do filme que iria ser projetado no Cine Moderno a cada semana, de acordo com Dona Marilda, também era esperado com ansiedade na estação do trem.

²⁹ Dados colhidos em conversa com Dona Marilda Sobreira entre os meses de setembro e outubro de 2007. Falecida em janeiro de 2009 a depoente era filha do Major Epifânio Sobreira, comerciante de grande influência em Cajazeiras nas primeiras décadas do século XX. O major também foi o empreendedor do Cine Moderno, inaugurado na cidade em 1923. Dona Marilda permitiu anotações da conversa que ocorreu em caráter informal ainda na etapa de levantamento de dados para a elaboração do projeto, posteriormente submetido ao PPGH – UFPB, que se transformou nesta dissertação.

Ainda sobre a importância do trem no aceleração de notícias e correspondências, Aranha relata que:

(...) a dobradinha estrada de ferro-correios, ou estrada de ferro-imprensa, provoca um enorme impacto no cotidiano das pequenas comunidades. Se as capitais de Província contam, ainda, no Império, não só com jornais diários, mas com jornais diários aparelhados com serviços telegráficos, através do qual pode-se acompanhar, no dia-a-dia, o que vai pelo Brasil e pelo mundo, a realidade é bem diferente pela vastidão do interior. Aqui esse acompanhamento só é possível até onde chega o trem de ferro. (ARANHA, 2005, p. 96)

Outras novidades modernas destacadas pelo mesmo autor em sua pesquisa dizem respeito ao telégrafo e ao telefone que também podem ser considerados como duas “maravilhas dos novos tempos”. Sobre esses dois aparatos, o autor destaca que sua utilização nas cidades do interior do Norte também esteve atrelada à linha do trem, visto a facilidade que possibilitava a instalação dos cabos e fios telegráficos seguindo os trilhos, embora tenham existido casos como o da cidade de Areia, no Brejo Paraibano, que já, em 1896, contava com o telégrafo, mas que nunca contou com uma linha férrea. Em Cajazeiras, a instalação dos fios telegráficos data de 1911, segundo afirma Costa (1986, p. 36).

O telégrafo, em seu tempo, representou um grande avanço, no que se refere à rapidez na comunicação de longa distância: foi o primeiro aparelho a permitir a comunicação com o uso dos fios e da eletricidade. Este aparelho foi inventado em 1837 pelo norte americano Samuel Morse. Foi grande o espanto e admiração dos novos usuários diante de tamanha tecnologia, talvez só superada com a invenção do telefone. Os dois aparelhos foram contemporâneos. O Brasil pode utilizar essas modernidades de maneira quase imediata depois de serem apresentadas ao mundo. As primeiras linhas telefônicas do Recife, por exemplo, foram implantadas, apenas, seis anos após a apresentação feita por Graham Bell, nos Estados Unidos em 1877.

No que se refere à iluminação artificial, a trajetória que esta modernidade fez nas grandes cidades do mundo, desde as últimas décadas do século XIX até o início do XX, esteve atrelada a fatores como a necessidade de prolongar alguns ritmos da atividade do trabalho diário, especialmente, questões relacionadas à segurança, decisivas no desenvolvimento de equipamentos e da energia necessária para iluminar as ruas das metrópoles da época: “A idéia de luz artificial moderna, com destaque para o gás num primeiro momento, assume tanto mais importância quanto mais se torna visível que escuridão e vida metropolitana são incompatíveis” (ARANHA, 2005, p. 122).

Esta afirmação se baseia nas preocupações dos cidadãos com o aumento da criminalidade nas metrópoles europeias da época, em consequência do agigantamento dessas cidades, fator que desencadeava todo um processo desordenado de aumento da população urbana e, com ele, advinham diversos problemas de infraestrutura e de segurança, sendo um dos mais graves, a violência que se tornava mais evidente durante à noite, quando a escuridão dominava as urbes.

Na análise de Walter Benjamim (1994, p. 47), o aumento no número de lampiões a gás no reinado de Napoleão III, deu uma maior sensação de segurança à população de Paris, possibilitando a dinâmica da multidão, nas ruas, também durante a noite. Esta realidade se intensifica com o advento da luz elétrica, que era vista de maneira crítica pelos escritores e poetas, no que se refere ao prolongamento das atividades diárias de trabalho, feito em nome de uma exploração capitalista que não permitia aos comerciantes das ruas principais da cidade fechar as portas antes das dez horas da noite.

Dessa maneira, a substituição da iluminação a gás, pela elétrica, torna-se bastante significativa neste ponto. O choque provocado pela uniformidade com que a luz elétrica é acionada para iluminar as ruas da cidade é um contraste brutal com o ritmo dos antigos acendedores de lampião a gás, que iam de poste em poste, seguindo a velocidade de sua própria condição humana, a iluminar as galerias e a inspirar os poetas (BENJAMIM, 1994, p. 47-48).

Contudo, a iluminação elétrica também causa encanto e sedução que acaba por conquistar os parisienses, para quem a ostentação e o exibicionismo marcaram o desenvolvimento desse novo sistema, que já em 1900 contava com 350 mil lâmpadas elétricas, número ainda insuficiente para iluminar toda a cidade, mas que para a Exposição Universal de Paris daquele ano já era suficiente para causar orgulho e eleger a eletricidade como signo do moderno por excelência (ARANHA, 2005, p. 25-26).

Entre os anos de 1900 e 1920, a iluminação elétrica era vista, não apenas como um equipamento necessário, mas também como algo maravilhoso, no sentido de admiração e embelezamento de praças e vias públicas, mesmo que essa iluminação não tenha atingido, de imediato a toda cidade. Por isso a ostentação de quem tinha a luz elétrica iluminando a residência ficava mais evidente. Assim sendo, a utilização da luz elétrica podia ser vista como um bem supérfluo, um aparato decorativo que servia para ornar e abrihantiar casas de espetáculos, especialmente nos teatros, hotéis, mas também, estações ferroviárias e repartições públicas (ARANHA, 2005, p. 26).

Já com relação à Paraíba da mesma época, a iluminação artificial, de fato, só começa a tomar corpo a partir de 1920, quando passa diretamente do sistema lampião de querosene para o de luz elétrica, sendo que as primeiras experiências com essa energia datam do ano de 1912, na cidade de Itabaiana e na capital do Estado. Na cidade de Princesa, a luz elétrica chegou em 1925 (MARIANO, 2010, p. 69). Em Cajazeiras, na década de 1920, a iluminação da cidade ainda era feita com base na utilização de lâmpadas a querosene, mas já existia interesse por parte do prefeito local em implantar a iluminação elétrica para a cidade, reconhecida como uma grande melhoria para a população da cidade. Isso pode ser observado em nota de um jornal da época:

LUZ ELÉTRICA

Consta que se acham bastante adiantadas as negociações do Sr. Prefeito, com um electricista que se encontra, actualmente, entre nós, attinentes a um contracto de instalação completa para illuminação, a luz electra, da nossa estremecida cidade.

Merece os nossos mais francos e calorosos applausos, esse gesto de benemerência do Sr. Prefeito, procurando levar a effeito um dos melhoramentos de que mais necessitamos satisfazendo, desta maneira, ás mais ávidas aspirações do nosso povo, que deseja ver Cajaseiras dotada de tudo que faz jus, afim de conquistar o lugar de destaque, que lhe está reservado entre as mais adiantadas cidades deste Estado e dos limitrophes.³⁰

Seguindo uma visão semelhante, a respeito de como a modernidade foi recebida na cidade de Princesa, Sertão paraibano, nas primeiras décadas do século passado, Mariano afirma que, se houve ou não, um modernismo na cidade, em comparação àquilo que ocorreu nas grandes metrópoles da época, é difícil estabelecer esse parâmetro. Para a autora, no entanto, mesmo Princesa não possuindo “(...) as dimensões econômicas, sociais e populacionais que se viam nos grandes centros” (MARIANO, 2010, p. 2), e mesmo que a população local não tenha experimentado de maneira tão profunda o processo de transformação urbana e social, em se comparando a conjuntura local a centros como São Paulo e Rio de Janeiro, não significa que Princesa não tenha sentido o impacto das mudanças provocadas pelo advento das modernidades que adentraram seu território, sobretudo na década de 1920.

Modernidades como a luz elétrica, o telégrafo, a melhoria de vias públicas, ou ainda a chegada de símbolos do moderno como o futebol, o automóvel e o cinema, não passaram

³⁰ Pátria Jornal. Orgam Independente e Noticioso. Redator: Julio Moesia Rolim. Estado da Parahyba, End. Telegraphico:...“PATRIA”; ANNO I, Cajaseiras, 24 de novembro de 1923. Numero 2 (SILVA FILHO, 1999, p. 309).

despercebidos pelos habitantes da cidade. Pelo contrário, foram motivo de celebração e de adoção de novos costumes pela população local, pelo menos em sua parcela mais abastada, que podia pagar para ter acesso às novidades. Mas, mesmo com essas restrições, segundo a autora, esses modernismos alteraram, de certo modo, o ritmo cotidiano dos princesenses.

Outro aspecto evidenciado por Mariano (2010, p. 61) mostra que esse surto modernista em Princesa, no período por ela estudado, entre 1920 e 1930, coincide com o auge da cultura algodoeira, na qual a cidade se destacava, não somente, pelas transações comerciais dentro do próprio estado da Paraíba, à época um dos maiores produtores do Brasil, mas também com os vizinhos Rio Grande do Norte e Pernambuco. A importância de dar essa ênfase ao algodão produzido na cidade, de acordo com Mariano, é porque foram justamente os recursos advindos da produção e do comércio do produto que possibilitaram os investimentos necessários à introdução de melhorias e aquisição dos equipamentos considerados símbolos da modernidade e do progresso (MARIANO, 2010, p. 61).

Como já foi visto nas análises de Silva Filho, o algodão foi fonte de imensa fortuna para o Estado da Paraíba e para os produtores sertanejos, trouxe a eles, status social e grande prestígio político junto ao governo estadual e até mesmo federal. Segundo Mariano, tal processo não foi diferente na cidade de Princesa. Com o dinheiro trazido por meio do comércio do algodão foi possível o desenvolvimento de uma série de outros empreendimentos, nunca vistos na cidade, como a implantação de indústrias e a ampliação do comércio local. Sobre tal conjuntura, a historiadora relata:

Os comerciantes prosperavam com o dinheiro trazido pelo algodão. As lojas, situadas na rua principal, não fechavam mais para o almoço, como antigamente, aproveitavam a onda crescente de consumo de novidades. Na cidade, estavam instaladas uma usina elétrica e uma usina de beneficiamento e prensagem do algodão. Já em Patos do Irerê, distrito de Princesa, o que se tinha era um verdadeiro parque industrial com fábricas de bebidas – ali eram fabricados, a seu tempo, os famosos vinhos Embaixador e o Velho de Fructas – usinas de açúcar, descaroador de algodão e máquina de despolar café. (MARIANO, 2010, p. 61 - 62)

Outro fator que também favoreceu o desenvolvimento da cidade de Princesa na década de 1920, foi a ação da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas – IFOCS, órgão criado ainda em 1909, mas que só atuou com mais intensidade na gestão de Epitácio Pessoa como presidente da República (1919-1922), não somente na referida cidade, mas em todo o Estado. A atuação do IFOCS em muito contribuiu para a geração de emprego e renda nas cidades do interior da Paraíba, dentre as quais Princesa foi bastante beneficiada. Dentre essas obras, a construção e melhoramentos de estradas e açudes foram as mais importantes. O

melhoramento nas estradas possibilitou uma maior dinamização da cidade facilitando seu intercâmbio com os municípios vizinhos, tanto da Paraíba como de Pernambuco, o que possibilitou um grande desenvolvimento para o comércio local (MARIANO, 1999, p. 67).

Entretanto, para a historiadora, o processo da modernidade na cidade de Princesa, na década de 1920, também precisa ser analisado de forma crítica, visto que a convivência entre o tradicional e o moderno é evidenciada através dos meios pelos quais a cidade recebeu tais benefícios.

Inserida no contexto da República Velha, Princesa se encontrava sob a influência do Coronel José Pereira que, de posse dos poderes políticos e econômicos locais, foi um dos grandes patrocinadores dos melhoramentos urbanos que a cidade recebeu, tais como: calçamento e ampliação de ruas e avenidas, construção de prédios públicos e privados, melhoramentos de estradas e iluminação elétrica. Um progresso que se tornou possível graças à riqueza do *ouro branco* (algodão) e ao prestígio político do próprio coronel (MARIANO, 2010, p. 107).

Como um típico coronel da República Velha, José Pereira esteve com o controle político da cidade de Princesa durante vinte e cinco anos, e sendo deputado estadual por quatro mandatos, gozava de grande prestígio, não somente local, mas em nível nacional. Era um forte aliado da oligarquia epítacista, seguindo o velho esquema da troca de favores e de votos, o que possibilitou a implementação das muitas melhorias no que se refere às obras de urbanismo da cidade, conquistas pelas quais foi descrito como *homem progressista* (MARIANO, 2010, p. 114).

Contudo, essa realidade não invalida “os sinais indicativos das mudanças materiais que ocorreram na cidade e no imaginário social” (MARIANO, 2010, p. 121), advindos como signos do moderno que chegaram à cidade de Princesa na década de 1920 e trouxeram a imagem do novo, embora nem todos os habitantes tenham convivido com ela de uma mesma maneira.

A exclusão social resultante da não acessibilidade da maior parte da população em relação aos chamados ícones da modernidade, também evidencia a convivência entre o moderno e o tradicional na cidade de Princesa. Sobre esse aspecto, a autora destaca o exemplo do jogo de futebol, pois se hoje este é um esporte ligado, sobretudo às comunidades mais carentes das cidades brasileiras, ao ser implantado no Brasil, é primeiro incorporado como uma prática desportiva das elites, fator que vai se repetir ao chegar às cidades paraibanas, ainda nas primeiras décadas do novecentos, como é o caso de Princesa, onde em 1918, logo

foram formados dois times, compostos por membros da elite princesenses da época (MARIANO, 2010, p. 43).

Mesmo assim, é inegável que o futebol causou impactos consideráveis entre a população local gerando, de um lado, uma grande aceitação, por parte da juventude, que se preparava aos domingos com suas melhores roupas para ir ao campo ver os times locais ou visitantes se enfrentarem, como na mudança de comportamento devido à participação das mulheres, que “saíam de suas casas, do espaço privado, e passavam a frequentar e a se divertir com a novidade no espaço público” (MARIANO, 2010, p. 41-42). Segundo a autora, o esporte também gerou descontentamentos e preconceito por parte dos mais conservadores, que o consideravam imoral, sendo um dos motivos para tal concepção o tipo de vestimenta usada pelos jogadores – calções que deixavam muito em evidência os corpos dos atletas.

O cinema também é outro exemplo destacado por Mariano em sua pesquisa como uma novidade que causou encantamento na população princesense. Instalado na cidade em 1924, de acordo com a narrativa da autora, o filme antes de ser exibido para a sociedade local fazia um grande percurso. Partindo de trem do Recife ia até a atual cidade de Arco Verde, no sertão pernambucano de onde prosseguia de automóvel até Princesa. Em alguns casos, o cinema também foi motivo de escândalo e de rejeição: isso se devia à ousadia de muitas cenas dos filmes exibidos que, embora cortadas pelo operador da máquina, eram suficientes para que alguns pais de família chegassem a proibir que as filhas os assistissem (MARIANO, 2010, p. 53).

Para a historiadora, todo esse processo de melhoramento e embelezamento da cidade de Princesa sofreu uma forte ruptura com o advento dos embates provocados pela chamada Revolta de Princesa, um conflito que se iniciou com questões políticas e se tornou um movimento armado, contrapondo o então Governador do Estado, João Pessoa, e o Coronel José Pereira. Este evento trouxe decadência à economia local, muitos comerciantes fugiram para as vizinhas cidades de Pernambuco ou fecharam as portas diante da crise que se abateu sobre o município. As indústrias existentes ficaram arrasadas por falta de investimentos e também abriram falência, e até mesmo a vida cultural da cidade enfrentou prejuízos e ficou estagnada. (MARIANO, 2010, p. 142)

3.4 – Cajazeiras no contexto da modernidade: crescimento urbano e construção de um Patrimônio Arquitetônico

Sob o olhar da historiografia oficial, a cidade de Cajazeiras tem suas origens ligadas à fundação de uma instituição de ensino, obra empreendida pelo Pe. Inácio de Sousa Rolim que,

em 1829, teria iniciado suas atividades com uma pequena escolinha localizada no Sítio Serraria no extremo oeste da cidade. Este estabelecimento logo teve sua fama espalhada por toda a região devido à qualidade do ensino que ali era ministrado. Em decorrência dessa fama, houve uma grande procura pelos serviços educativos que o religioso prestava. Em 1843, a escola foi transferida para uma área maior e, posteriormente, conseguindo a autorização do então Presidente da Província, o Padre Rolim transformou o estabelecimento em um Colégio de instrução secundária.

Segundo Antonio de Sousa, na obra *Cajazeiras nas crônicas de um mestre escola*, há uma notável intenção de afirmar a existência de um caráter diferenciado no que se refere à história sobre a origem da cidade, especialmente em relação aos demais municípios da Paraíba, do Ceará e de Pernambuco. A construção dessa imagem das origens da cidade equipara-a apenas, ao exemplo da cidade de São Paulo, cuja origem também se deu em torno de um colégio. Seguindo essa compreensão, Cajazeiras possui uma singularidade a que nenhuma outra de seu estado se iguala (SOUSA, 1981, p. 15).

De acordo com a mesma historiografia, na década de 1860 o Colégio do Padre Rolim atinge seu auge, com um currículo que mantinha o ensino de Latim, Francês e Geografia para 85 alunos³¹. Assim, o lugarejo foi crescendo e se desenvolvendo em torno desse colégio, sendo em 1863 elevado à categoria de Vila e sede do município, o qual foi instalado em 20 de junho de 1864, subindo à categoria de cidade, somente em 10 de julho de 1876.

No Colégio Padre Rolim – que só passou a ser conhecido com esse nome em 1903, mas que, segundo a historiografia oficial de Cajazeiras, é a continuação da escolinha construída na primeira metade do século XIX – foram educadas várias personagens de destaque na História do Nordeste, como na própria História recente brasileira, dentre os quais se podem citar: Padre Cícero Romão Batista; Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcante (o Cardeal Arcoverde); Des. Peregrino de Araújo (Governador da Paraíba de 1900 a 1904); Dr. Irineu Joffily (historiador, jornalista, advogado e Deputado Provincial) e Tomás Duarte Rolim (herói da Guerra do Paraguai)³².

³¹ Informação coletada em Documento de 1976, alusivo ao primeiro centenário de Cajazeiras, comemorado naquele mesmo ano. Entretanto, o documento a que tivemos acesso foi publicado na edição histórica comemorativa dos 80 anos do jornal *O Rio do Peixe: Orgam litterario, noticioso e de orientação catholica*, que circulou na cidade pela década de 1920 e 1930 e foi editado em 22 de agosto de 2004 pelo professor Aguiinaldo Rolim como parte das comemorações alusivas ao dia da cidade.

³² Dados encontrados na Revista – Cajazeiras, 199 anos depois. Publicação da comissão Especial do Bicentenário do Padre Rolim em 22 de agosto de 1999.

Devido a esses acontecimentos, Cajazeiras ficou inscrita no imaginário da sociedade paraibana como *a cidade que ensinou a Paraíba a Ler*³³. Uma identidade impressa e divulgada por uma cultura histórica que busca exaltar o nome de seu fundador, Padre Rolim, entre outros vultos históricos da cidade, como o poeta Cristiano Cartaxo e o professor Antonio de Souza, pois, segundo a compreensão de Antonio José de Souza Sobrinho, no prefácio da obra *Cajazeiras nas crônicas de um mestre-escola*, a maneira mais significativa de se conhecer a história de uma cidade é através de suas personagens.

Como já foi apontado anteriormente, em relação a outras cidades paraibanas analisadas nessa dissertação, foi também na década de 1920 que Cajazeiras começou a conhecer mudanças significativas na vida material e cultural, que denotam a chegada de ícones e ações de modernidade. Por essa época, o comércio já era uma atividade importante, que dinamizava a vida da população local e das cidades vizinhas com as quais os comerciantes cajazeirenses mantinham transações. Entretanto, os grandes negócios do algodão eram feitos com praças mais desenvolvidas, como a capital cearense ou a pernambucana ou ainda com Mossoró, no Rio Grande do Norte. O intercâmbio com a capital do estado de início era dificultado pelas condições de acesso, que só vão melhorar a partir da chegada do trem em 1923 e o melhoramento das estradas de rodagens já na década de 1930 (LEITÃO, 1999, p. 34-35).

Como em outras cidades, a produção de algodão era bastante significativa no que se refere ao desenvolvimento comercial e industrial de Cajazeiras, que mesmo assim, ainda lutava para se firmar, enquanto centro urbano promissor. Durante as primeiras décadas do século XX, o principal obstáculo para o crescimento urbano da cidade eram as dificuldades financeiras, devido à baixa arrecadação fiscal, situação que piorava muito durante os anos de seca (SILVA FILHO, 1999, p. 287).

A seca, que era considerada como uma constante vilã na vida dos sertanejos – chega a ser apontada pelo cronista Costa (1986) como um mal necessário ao sertanejo para que, por meio dela, o governo federal se sensibilizasse e olhasse para o sertão nordestino e lhe dispensasse favores por meio das obras do IFOCS³⁴. Neste sentido, a institucionalização da seca como problema que precisa ser combatido, sobretudo, a partir da intervenção estatal, acabava dando sustentabilidade à chamada *indústria da seca*. Foi a partir da compreensão que se fundamenta na ideia de que o aspecto climático é responsável pelos dramas vividos pela atividade produtiva e pela a pobreza da região nordeste que, na década de 1920, Cajazeiras

³³ Frase de Alcides Carneiro em reconhecimento aos méritos do Padre Inácio de Sousa Rolim e a Primazia de Cajazeiras na educação da Paraíba.

³⁴ Instituto Federal de Obras Contra a Seca.

recebeu o primeiro conjunto de serviços empreendidos pelo IFOCS, dentre os quais a construção de grandes reservatórios de água e a abertura e melhoria de estradas de rodagem foram os mais executados. Essas obras tiveram grande respaldo no cotidiano local, movimentando a cidade em suas esferas política, social, econômica e cultural.

A construção do Açude de Engenheiro Ávidos, por exemplo, atraiu trabalhadores de várias localidades do Nordeste, o que proporcionou um aumento populacional e também gerou emprego e renda para a cidade. Contudo, mesmo que as obras do IFOCS tenham tido sua importância, o progresso chega a Cajazeiras, sobretudo, pela produção do algodão. Era o *ouro branco*, o grande responsável pela geração da riqueza que possibilitou a renovação do perfil material do município, com as primeiras transformações urbanas. O algodão era até visto como a flor da cidade (SILVA FILHO, 1999, p. 292).

Em anos de boa safra do algodão era grande a euforia, e o progresso se fazia sentir em Cajazeiras. Em períodos de alta no preço do produto, o dinheiro circulava abundante e possibilitava a ostentação das riquezas conseguidas. A compra de automóveis era um desses luxos, os Ford modelo T eram exibidos nas ruas da cidade pelos coronéis locais que, no entanto, não abriam mão de suas montarias tradicionais, nas quais desfilavam, aos sábados, na feira (COSTA, 1986, p. 62).

Ainda com relação às obras do IFOCS é necessário destacar que não somente a construção do Açude de Engenheiro Ávidos, mas também de Pilões, em São João do Rio do Peixe e São Gonçalo, em Sousa, trouxeram uma grande dinamização tanto para Cajazeiras como para toda a região polarizada por essas cidades, que fazem fronteira com o município e também foram bastante beneficiadas pelas obras de construção desses grandes reservatórios.

A engenharia para tais empreendimentos ainda não existia no Brasil, por isso, foi contratada uma empresa norte-americana denominada Dwight P. Robinson. A chegada dos estrangeiros e os novos hábitos por eles introduzidos foram fatores de grande impacto comercial e cultural para Cajazeiras, inclusive sendo vistos como a chegada da civilização à cidade (COSTA, 1986, p. 53-57). No entanto, mesmo que alguns desses novos costumes sejam vistos de maneira positiva, a chegada dos norte-americanos impulsionou outras atividades de aspectos contraditórios, considerados perniciosos para a cidade como o aumento do número de cabarés, fato esse destacado pelo cronista como as *desvantagens da civilização* e da modernidade da qual, a juventude cajazeirense deveria ser desviada. Para isso, a prática desportiva do futebol foi bastante incentivada até mesmo pelo bispo católico da época.

O futebol também recebeu influência dos norte-americanos, que foram responsáveis pela difusão das regras do esporte na cidade, organizando campeonatos. Contudo, os

primeiros times cajazeirenses, entre os quais existia uma verdadeira rivalidade, foram os Pitaguaras Football Club e o Guarany Sport Club que, embora com a presença de nomes indígenas, a identificação dos *team* em inglês, dá uma demonstração da influência da língua do país de origem do futebol e de quanto era recente sua prática no país.

Ainda com relação à chegada dos estrangeiros, os comerciantes tiveram que se adaptar a uma nova clientela de gostos diferenciados o que acabou por influenciar a população local. A procura por mercadorias como conhaques e vinhos finos, comida enlatada e as novidades da moda obrigavam os cajazeirenses a se abastecerem desses produtos em Fortaleza ou no Recife. As propagandas publicadas nos jornais da época nos dão uma demonstração do interesse dos comerciantes em divulgar as novidades adquiridas. Era o indício de uma nova dinâmica econômica e cultural na cidade. Os anúncios abaixo nos dão o exemplo.

O SPORT

Novidades em sêda

Recebidas pela **CASA TEIXEIRA**

CREPE «2164» ultima novidade para	—	15\$000
Sêda lavavel, dez côres para	—	9\$000
Tecido inglez «2086», cinco côres para	—	4\$500

Artigos de moda. Em côres de gosto
NOVIDADES!!! NOVIDADES!!!
RUA VIDAL DE NEGREIROS—CAJASEIRAS.

pendente, *Litterario e Noticioso*, n. 113, 7 out. 1928.

Fig. 3 - Publicado no jornal *O Sport* - *Orgam Independente*

O SPORT Cajazeiras, 25-3-1928

Movelaria Moderna

RUA 7 DE SETEMBRO, NO PRÉDIO ONDE FUNCIONOU A REDACÇÃO D'«O REBATE».

Se V. S. necessitar de uma mobília perfeita, ou se quiser fazer aquisição de um mobiliário moderno e chic, não é mais necessário arregar-se de Cajazeiras, basta procurar os senhores

Eduardo Costa & Cia.

e fazer suas encomendas. Os trabalhos são garantidos. Dispõe de catalogos onde o freguez escolherá a vontade.

PAU SRTIM, PAU MULATO, CUMARU E CEDRO tudo V. S. encontrará na **Movelaria Moderna**

OUTROSIM—Prepara-se ataudes de todos os typos e feitiços

Cajazeiras — Parahyba.

Fig. 4 - Publicado no jornal *O Sport* - *Orgam Independente, Litterario e Noticioso*, n. 85, 25 mar. 1928.

ELEGANCIA

— E —

bom gosto no vestir,
sò se adquire indo á

ALFAIATARIA
«FREIRE»

ONDE SE EXERCUTA COM
PERFEIÇÃO TODOS OS
TRABALHOS CONCERNEN-
TE A ARTE.

CAJASEIRAS — PARAHYBA

Fig. 5 - Publicado no jornal *O Sport* - *Orgam Independente, Litterario e Noticioso*, n. 68, 27 nov. 1927.

Outro fator que contribuiu para isso foi o crescimento populacional, com a chegada de pessoas de outras localidades, em busca dos empregos nas obras do IFOCS. Segundo Leitão (2000, p. 40), houve uma expansão urbana bastante significativa na década de 1920, em Cajazeiras. O autor afirma, em *Inventário do Tempo: memórias*, que no início de 1928, a cidade já despontava como importante centro comercial da região. Para o cronista, esse crescimento se deu, especialmente, pela atuação das instituições de ensino, que atraíam estudantes de todo o Sertão paraibano e do Cariri cearense e também devido à já existente rede rodoviária, que ligava a cidade a quase todas as regiões do Nordeste, e a presença da linha férrea, que possibilitava aos comerciantes locais se abastecerem das novidades, nas praças do Recife e de Fortaleza (LEITÃO, 2000, p. 34-35).

Este contato com os grandes centros da região, incluindo a capital paraibana, foi responsável por incutir no imaginário sertanejo os anseios de modernidade que circulavam nos discursos empreendidos pelas autoridades, pelos periódicos e pessoas da sociedade local que almejavam o progresso da urbe. A aquisição de ícones como automóveis, cinema, futebol, jornais, clubes recreativos e o crescimento urbano com a construção de imóveis, calçamentos de ruas e construção de praças, entre outras, eram mudanças que davam às pessoas da cidade a sensação de novidade que perpassava o imaginário coletivo como uma renovação civilizadora (SILVA FILHO, 1999, p. 298).

Assim, Cajazeiras foi adquirindo os traços da modernidade, com as limitações próprias de sua condição de cidade do interior e sem as proporções das grandes metrópoles já discutidas anteriormente. Contudo, as preocupações com relação à questão da higiene e do saneamento também se fizeram presentes nos discursos de autoridades e de pessoas mais esclarecidas que lutaram por medidas para resolver o problema.

Nas primeiras décadas do século XX, a principal preocupação dos cajazeirenses com o saneamento dizia respeito à permanência de uma grande área de pântano localizada no centro da cidade. Tal pântano, segundo consta, era alimentado pelas águas do Açude Grande³⁵, até hoje existente no município e altamente contaminado, mas que na época servia para abastecer a cidade de água potável, daí o porquê da preocupação constante (SILVA FILHO, 1999, p. 301).

As atividades realizadas nas margens do açude, como a lavagem de roupas e bebedouro de animais, eram motivo de protesto, por serem consideradas insalubres e comprometerem a qualidade da água por ele oferecida. Além disso, o local também era visto como um foco de

³⁵ O Açude Grande atualmente é área de preservação e se encontra dentro da linha demarcatória do centro histórico da cidade.

proliferação de miasmas³⁶, na época, entendidos como responsáveis pela difusão de doenças e de epidemias entre a população.

A coleta de lixo era outro problema que necessitava de urgente solução, embora existindo desde a gestão do prefeito Sabino Rolim (1913-1929), um serviço desta natureza, este era bastante precário, sendo feito por intermédio de uma carroça puxada por boi. Segundo Costa (1986, p. 61-62), esses resíduos eram depositados não muito distante da área do centro, e sim, em terrenos próximos ao sangradouro do próprio Açude Grande.

Outro acontecimento que marcou a presença de novas ideias no imaginário cajazeirense na década 1920, foi a fundação de associações de trabalhadores, como o Grêmio Artístico Cajazeirense, em 5 de junho de 1925 e o Círculo Operário São José, em 31 de maio do mesmo ano. Sobre o Grêmio Artístico, Costa (1986, p. 64) fala em suas memórias que este, teve influência das ideias trabalhistas já presentes no imaginário sertanejo e visava organizar trabalhadores de diversas categorias tais como alfaiates, carpinteiros, mestres de obra e guarda livros, entre outros, para reivindicar melhorias, como o fechamento do comércio aos domingos. Esta ação foi conseguida em parceria com a Associação dos Trabalhadores do Comércio, também recentemente criada.



Fig. 6 - Sede do Círculo Operário
Foto: José Carlos Alves de Freitas
Junho de 2010



Fig. 7 - Sede do Grêmio Artístico Cajazeirense
Foto: José Carlos Alves de Freitas
Junho de 2010

Ainda em relação ao Grêmio Artístico, Silva Filho destaca que, em sua pesquisa, constatou que uma das preocupações da associação era fornecer educação ao trabalhador, bem como a tomada de medidas assistenciais como ajuda financeira, à família dos mesmos, em caso de doenças. (SILVA FILHO, 1999, p. 308-309)

³⁶ A teoria dos miasmas se tornou bastante popular no século XVIII para explicar não apenas as enfermidades dos pântanos, mas todas as doenças produzidas por cheiros de coisas estragadas e podres. A limpeza não é um problema estético: é uma questão de saúde, ou seja, de higiene (no sentido original da palavra). E o melhor guia para se livrar das doenças é a orientação do nariz. No século XIX, essa teoria continuou a orientar as autoridades sanitárias e médicas com relação a prevenção de doenças e seu contágio. Segundo a teoria as doenças estavam associadas à putrefação e a maus odores, podiam se propagar pelo ar, e podiam ser evitadas por substâncias que impedissem a putrefação. Segundo a teoria dos miasmas, os vapores nocivos poderiam ocasionar qualquer tipo de doença (eram causas não específicas) (MARTINS, s.d.).

No que se refere ao Círculo Operário, este teve como discurso impulsionador de sua fundação a voz do bispo diocesano, D. Moisés Coelho. Assim, sendo um órgão de orientação católica, agremiava o restante dos trabalhadores que não participavam das demais associações. Em suas atividades, além de pregar aos membros os fundamentos da doutrina católica, visando mantê-los na retidão do comportamento e longe dos vícios, também via a necessidade de fornecer instrução aos trabalhadores, entendida como uma causa humanitária diante da estatística do analfabetismo que afligia as sociedades sertanejas. Entretanto, vale ressaltar que o principal objetivo era afastar os trabalhadores das ideias socialistas em grande evidência na época. Isso pode ser afirmado com base tanto nas memórias de Costa como na pesquisa de Silva Filho.

As duas instituições, mesmo possuindo características diferenciadas com relação às ideias que serviram de base para sua fundação, acabavam seguindo o ideário cristão católico, que influenciava a sociedade de uma maneira geral. Segundo o professor José Antonio de Albuquerque, não havia, de fato, uma luta trabalhista movendo as ações de nenhuma das duas instituições, era mais uma maneira de agremiar os trabalhadores para discussões das questões políticas e sociais recorrentes na época e a realização de algumas ações humanitárias e assistencialistas, como por exemplo, a posse de um jazigo no Cemitério Coração de Maria para os membros do Círculo Operário³⁷.

Com relação à participação da Igreja Católica no desenvolvimento de Cajazeiras, é possível afirmar que essa instituição tinha uma forte influência no cotidiano da sociedade local e que isso acabou se refletindo na construção da cultura histórica local. É o que podemos observar em Leitão (1999), para quem a implantação da Diocese de Cajazeiras em 1914, foi um fato que em muito contribuiu com a chegada do progresso na cidade. Para ele, este acontecimento foi o grande responsável pelo primado cultural que projetou Cajazeiras dentre as demais cidades da região.

Diante da visão do autor, percebe-se a questão da convivência entre tradição e modernidade na chegada das ideias que povoaram o imaginário da população de Cajazeiras, nas primeiras décadas do século XX. Em muitas passagens das obras dos autores cajazeirenses a que tivemos acesso (COSTA, 1986; LEITÃO, 1999; SOUZA, 1981) percebe-se referências à Igreja Católica e à participação que as autoridades eclesíásticas tinham nas

³⁷ Informações coletadas em conversa informal com o professor José Antonio de Albuquerque – da UFCG – Campus de Cajazeiras realizada para confirmação de alguns dados obtidos por meio de leituras acerca da história de cidade. A autorização para colocar tais informações e citar o nome do seu autor foi concedida. Sendo que o mesmo também é um dos depoentes das entrevistas gravadas que serão analisadas no próximo capítulo.

decisões políticas, sociais e culturais da cidade. Segundo Costa (1986), a festa da padroeira era um grande momento para a cidade: celebrada em agosto, trazia grande animação e entusiasmo, sobretudo para a juventude local e mais ainda quando o ano tinha tido bom inverno e boa safra.

No entanto, segundo o mesmo cronista, a realidade de festa e alegria não era sempre corriqueira: o sertão quase sempre castigado pela seca também conheceu outro tipo de tragédia. Foi o que ocorreu em 1924, ano de um inverno bastante rigoroso que causou muitas inundações e prejuízo para as plantações, também foi o ano em que foram canceladas as obras do IFOCS, por ação do então presidente da República Arthur Bernardes. Com isso, muitos dos grandes empreendimentos ficaram inacabados, como o açude de Engenheiro Ávidos, concluído apenas em 1936, quando os serviços do órgão federal foram reabertos no Nordeste sob a gerência do Ministro da Viação e Obras Públicas, José Américo de Almeida, período em que o Brasil já contava com tecnologia e engenharia necessárias para tais construções, dispensando desse modo a assistência dos norte-americanos (COSTA, 1986, p. 59).

A década de 1930 também foi promissora para Cajazeiras. Com a reabertura das obras contra as secas, a cidade recebeu grandes injeções de verbas federais que somadas aos anos de boas safras de algodão – respectivamente nos anos de 1933, 34 e 35 – possibilitaram o embelezamento urbano com o melhoramento de ruas, a construção de *palacetes* e outros imóveis, sendo um dos destaques, o *Edifício OK*. Erguido na Avenida Presidente João Pessoa, no centro da cidade, este empreendimento foi considerado de grande ousadia para a época, teve sua planta elaborada pelos engenheiros do IFOCS. Sua inauguração, em 1936, com um baile, a rigor, onde o smoking foi traje obrigatório, estiveram presentes o então presidente do Estado, Argemiro de Figueiredo, e o jornalista Assis Chateaubriand (COSTA, 1986, p. 109).

Obra de grande aceitação pela sociedade cajazeirense, o empreendimento foi definido pelo bispo diocesano D. João da Mata como espaço de diversões sadias capazes, sobretudo de desviar a juventude masculina de ambientes de promiscuidades. O *Edifício OK* era composto pelo *Cine Teatro Éden* no andar térreo e no piso superior, por um clube dançante chamado *Excelsior Clube*. Até o início da década de 1990 o Cine Éden mantinha sessões regulares de cinema na cidade.



Fig. 8 - Estado atual do Antigo Edifício OK
Foto: José Carlos Alves Freitas.
Junho de 2010

A preocupação mostrada no parágrafo acima, com relação a ambientes de promiscuidade, também era parte das questões relacionadas aos discursos em prol do saneamento da cidade. A criação do Posto de Higiene de Cajazeiras, também ocorrido da década de 1930, foi considerada uma grande conquista nesse sentido. Diante dos males que ainda eram significativos e contribuíam para o alto índice de mortalidade, especialmente infantil, não somente em Cajazeiras, mas também em todo Sertão, a criação de um posto de higiene era uma importante passo para a cidade, que se pretendia moderna e civilizada. Mas, Cajazeiras só contaria com um Hospital, na década seguinte.

A instalação de usinas de algodão também se configurou como grande propulsora para a economia e o desenvolvimento urbano da cidade na década de 1930. Usinas de beneficiamento de grande porte, como a Sociedade Algodoeira do Nordeste do Brasil – SANBRA, e a multinacional Anderson Clayton, trouxeram emprego e renda para o município. No entanto, é necessário destacar que a cidade já possuía um empreendimento desse porte, desde a década de 1920. Era a Usina Santa Cecília, pertencente ao coronel Joaquim Matos, que exportava seus produtos pelo Porto de Fortaleza. O coronel Matos também foi prefeito da cidade de 1935-1937.

No que se refere aos melhoramentos urbanos ocorridos na década de 1930 em Cajazeiras, alguns foram empreendidos durante a gestão do coronel Matos, como a construção de um novo Açougue Público, localizado no centro da cidade, a compra de terreno para a construção do futuro Hospital Regional, remodelação dos cemitérios, calçamento de ruas com paralelepípedos e a melhoria da iluminação pública, com a substituição do motor a gás para um movido a óleo diesel, algo que possibilitou a extensão no tempo de iluminação das ruas até as 23 horas (COSTA, 1986, p. 121).

Em relação aos investimentos comerciais, a cidade já contava com concessionária da Chevrolet e com uma agência da Ford. Uma agência do Banco do Brasil também já tinha sido instalada na cidade, o que evidenciava certa demanda de capitais que necessitavam de investimentos.

Com a presença sempre constante de ações da Igreja Católica em Cajazeiras, a década de 1930 foi encerrada com um evento considerado um dos marcos na memória da população local. Um Congresso Eucarístico, celebrado no mês de junho de 1939 sob a presidência do bispo D. João da Mata contou com a presença de clérigos de várias cidades e estados nordestinos. Para homenagear o Congresso e perpetuar na memória a força da fé católica em Cajazeiras, no mesmo ano o médico, Dr. Silvino Bandeira, doou uma réplica da estátua do Cristo Redentor do Rio de Janeiro para ser colocada no alto do Serrote do Cruzeiro, nome que identificava o atualmente conhecido Morro do Cristo Rei³⁸.

Outro marco dessa década foi o início das obras para a construção da futura Igreja Catedral em 1937, atualmente considerada como uma das edificações mais belas da cidade e que teve suas atividades de paróquia iniciadas somente em 1957. Recentemente, a igreja que é parte do acervo tombado como patrimônio histórico da cidade sofreu reformas em seu interior.



Fig. 9 - Catedral de Nossa Senhora da Piedade
Fotos: José Carlos Alves Freitas.
Junho de 2010

³⁸ Tanto o Morro do Cristo como a estátua que lhe dá o nome estão presentes na lista dos bens tombados como patrimônio histórico de Cajazeiras, mas atualmente críticas e debates são constantes no que diz respeito ao abandono e descaso das autoridades e órgãos competentes para com a manutenção do lugar. A estatua está praticamente escondida por antenas e a construção de casebres nas encostas do morro também apontam para possíveis tragédias futuras.

A construção de muitos imóveis, que atualmente se constituem como parte do patrimônio arquitetônico e histórico da cidade de Cajazeiras, ocorreu durante esse processo de expansão, sobretudo na década de 1920, e continuou até 1930, sendo a principal contribuição para isso, a atividade algodoeira, que teve com a instalação da linha férrea em 1922, um grande impulso no que se refere ao escoamento do produto até as áreas portuárias de onde era exportado, especialmente para a Europa.

De acordo com Cabral Filho (2004), a riqueza que se conseguia por meio do algodão possibilitava a configuração arquitetônica que caracterizava a constituição das casas residenciais, sobretudo das ruas do centro da cidade. Os casarões assobradados eram/são construções sóbrias de alvenaria, cuja abundância e qualidade do material demonstravam/demonstram o tipo de relações econômicas e sociais que seus moradores mantinham com a população de uma maneira mais ampla e com a própria família: “Eram casas subdivididas em muitos cômodos, com muitas portas e janelas abrigando os setores emergentes da sociedade local” (CABRAL FILHO, 2004, p. 41).

Já com relação às áreas periféricas da cidade, o mesmo autor vai dizer que as condições das residências aí localizadas se contrastavam em muito com as do centro. Não passavam de casebres de taipa, feitos com material precário e de condições rústicas que, na maioria das vezes, não excediam o número de três cômodos e, onde as relações da vida coletiva em família não se completavam (CABRAL FILHO, 2004, p. 41). Acerca desse último aspecto, o autor analisa que esta é uma realidade vista de certa maneira como positiva, pois na falta de uma vivência familiar efetiva, na privacidade do lar, esta se transferia e se completava nas ruas, favorecendo, desse modo, o desenvolvimento de uma sociabilidade mais ampla. De acordo com Cabral Filho, foi desse modo que se forjou a vida coletiva das áreas periféricas, que por sua vez solidificou os laços da coletividade entre os núcleos populacionais da cidade nas primeiras décadas do século XX.

Embora a existência dessa divisão de territórios delimitados entre ricos e pobres, é inegável que a cidade de Cajazeiras vivenciou um tempo de prosperidade econômica observado, especialmente, pelo aumento da quantidade de imóveis, no centro e pela expansão das periferias.

Construções como o casario das ruas centrais da cidade, a exemplo da Rua Pe. Rolim, de onde se destacam a residência do Professor Crispim Coelho³⁹ e o casarão Boa Vista que foi

³⁹Segundo Deusdedit Leitão, Crispim Coelho foi um renomado educador cajazeirense que no final da década de 1920 administrou uma das primeiras escolas públicas de Cajazeiras que funcionou também na Rua Padre Rolim, próximo a residência do professor.

residência do coronel Peba⁴⁰, entre outras construções, se pode observar os traços arquitetônicos da época. Na Rua Epifânio Sobreira⁴¹, onde se encontra o casarão do Major que deu nome à rua e o prédio da Antiga Casa Ypiranga, empreendimentos das primeiras décadas do século XX, pode-se perceber, na ostentação e no capricho dos detalhes, que são obras de grande investimento e, como afirma Silva Filho, não foram feitas por qualquer pedreiro sem formação e sim, por bons estucadores.



Fig. 10 - Casa do Professor Crispim Coelho
Foto: José Carlos Alves Freitas- junho de 2010



Fig. 11 – Casarão do Major Epifânio Sobreira
Foto: José Carlos Alves Freitas – outubro de 2007



Fig. 12 – Antiga Casa Ypiranga atual Danielly Fashion (Boutique de Vilmar)

Fotos: José Carlos Alves Freitas – outubro de 2007



Fig. 13 – Casarão Boa Vista, residência do Coronel Peba.

Diante do exposto, é possível afirmar que, embora Cajazeiras tenha vivenciado outros momentos de expansão e transformação de seu perfil material urbano, como o que tem ocorrido nos últimos anos, por exemplo, o desenvolvimento que a cidade conheceu nas

⁴⁰O coronel Peba, nascido em 1872, é considerado como um dos grandes empreendedores de Cajazeiras e construiu uma das maiores fortunas de todo sertão paraibano do início do século passado, foi produtor e negociante de algodão, e atuou também no campo político como vereador em várias gestões.

⁴¹Epifânio Sobreira foi um dos comerciantes mais abastados de Cajazeiras no início do século XX. Devido ao contato corriqueiro com centros mais desenvolvidos, buscou investir na modernidade local. Além do casarão onde residiu, também construiu o prédio onde foi instalado o primeiro cinema da cidade.

décadas de 1920 e 1930 do século passado é bastante significativo, no que diz respeito às ideias de modernidade e civilização que perpassavam o imaginário social local, da época e onde foram erguidas a maior parte das obras arquitetônicas constituintes do patrimônio histórico estudado nesta dissertação.



4 - MEMÓRIA E CIDADE: PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO DE CAJAZEIRAS, PRESERVAÇÃO E DESTRUIÇÃO

4.1. O Patrimônio histórico e a manipulação da memória coletiva

Segundo Albuquerque Júnior (2007, p. 199), a memória tem se tornado cada vez mais uma importante fonte para o historiador. No entanto, ele também adverte o profissional que deseja desenvolver trabalhos de pesquisa visando à investigação de memórias individuais ou coletivas, o necessário aprimoramento, no que se refere aos problemas da relação entre História e Memória, conceitos amplamente distintos e que, por isso mesmo, demandam um melhor preparo com relação aos fundamentos teóricos e metodológicos que sustentam a construção do conhecimento histórico.

Para o mesmo autor, o trabalho de manipular memórias é uma atividade inerente ao ofício do historiador, e por isso, este profissional deve compreender que muitos são os perigos de creditar aos depoimentos dos indivíduos uma verdade absoluta. Mesmo que seja um contraponto em relação à história oficial, o pesquisador incorre num equívoco ao entender os discursos dos indivíduos como se fossem realidades individuais absolutas. Albuquerque Júnior faz essa reflexão tendo como referência os trabalhos de pesquisas que envolvem a História Oral como fonte. Desse modo, o autor concorda com a visão de Halbwachs, para quem as memórias individuais devem ser entendidas como um ponto de vista sobre a memória coletiva, ou seja, para o sociólogo durkheimiano, apesar da existência de uma memória individual, é sempre a memória coletiva que mais facilmente evocamos quando buscamos dar um suporte mais confiável ao fato lembrado:

Assim, os fatos e as ações que temos mais facilidade em lembrar são do domínio comum, pelo menos para um ou alguns meios. (...) e é por podermos nos apoiar na memória coletiva dos outros que somos capazes, a qualquer momento, e quando quisermos, de lembrá-los. (HALBWACHS, 2004, p. 53-55)

Para Halbwachs, o quadro material de uma cidade nos ajuda a reconstituir as lembranças que estão adormecidas/ esquecidas, contudo elas não podem ser entendidas como um retrato fiel do passado, pois estão sujeitas às influências do modo como percebemos o que nos rodeia na contemporaneidade. Dessa maneira, necessitamos apoiar nossa lembrança na do outro para termos uma maior confiança na exatidão de nossas impressões sobre o passado.

Na concepção de Halbwachs (2004, p. 30), embora não contando com a presença física de outros, o nosso interior abriga uma quantidade de pessoas que não se confundem. Com essa afirmação, o sociólogo francês atesta que, ao trazermos uma memória à tona, esta sempre vem carregada de muitos aspectos alheios à nossa própria personalidade e, mesmo que não percebamos, todas as conversas que tivermos com os mais variados tipos de pessoas, todas as leituras acerca do objeto lembrado serão bastante significativas para a nossa recordação.

Desse modo, por mais que permanecessem no nosso íntimo como lembranças individuais, estas memórias seriam, na verdade, sempre coletivas, pois somos capazes de recompor a imagem do passado somente com a força de uma semente, de um traço de rememoração trazido pelos depoimentos de outros. Por outro lado, o afastamento ou a falta de contato com o grupo do qual fazíamos parte e com cujos membros tínhamos contato implica em uma perda de referência em relação ao passado comum que possuíamos e que nos unia como grupo (HALBWACHS, 2004, p. 33).

A memória individual não é uma condição imprescindível para o reconhecimento da memória coletiva, mas Halbwachs afirma:

Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre o fundamento comum. (2004, p. 38)

Assim, é preciso que os indivíduos continuem a fazer parte ou manter amarrados os laços de afetos, para que as lembranças que os conservam enquanto grupo possam ser reconstruídas pela memória coletiva que sustentam. É por isso que, para Halbwachs, a memória coletiva dura enquanto existir o grupo.

Segundo Oliveira (2002, p. 21), o campo da memória se apresenta como uma área interdisciplinar que perpassa as de outras ciências sociais como Antropologia, Sociologia e a própria História. Entretanto, com relação à produção do conhecimento histórico, é preciso ter em mente que este é feito a partir de interesses pessoais e ainda sofre influências das crenças e juízos de valor que são criados/construídos a partir do lugar social do seu autor/produzidor: “É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhe serão propostas, se organizam” (CERTEAU, 2002, p. 66-67). Por isso, para não comprometer ainda mais esse conhecimento, faz-se necessário ao historiador ter a clareza de que, nessa relação entre História e Memória

não se pode deixar-se seduzir pela nostalgia de um passado idealizado, mas sim, estudá-lo de forma crítica para não incorrer no risco de alimentar tradições.

Mesmo assim, Oliveira (2002, p. 24) destaca que nesse início de milênio um dos papéis reservados à história – e de bastante relevância - é o estudo da memória relacionada com a preservação do Patrimônio histórico já estabelecido, não importando, desse modo, qual a concepção de história que o determinou como tal, mesmo entendendo que a memória suscitada e preservada no meio material de um patrimônio histórico deve ser vista como decorrente de escolhas intencionais e pré-estabelecidas, feitas para alimentar uma história que se deseja inculcar no imaginário social.

Fazendo uma análise acerca da visão de Pierre Nora, Oliveira destaca que a memória fica enraizada no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto, e desse modo, é possível afirmar que o patrimônio histórico, seja ele material ou imaterial, é sustentáculo de memórias, e como tal, incorpora fragmentos e sentimentos experienciados socialmente pelo indivíduo e a coletividade em espaços e tempos determinados (OLIVEIRA, 2002, p. 27).

Concordamos com a visão dos autores, mas achamos necessário ressaltar que a memória preservada por intermédio de bens patrimoniais preservados nem sempre é tão significativa para o grupo que convive em seu entorno, quanto o é para o grupo que a estabeleceu como tal, ou seja, para as instâncias de poder que dominam essa comunidade política e intelectualmente. De acordo com a visão de Pollak (1993) isto é o que podemos denominar como sendo o enquadramento da memória.

É por isso que, segundo Pollak, a compreensão de Halbwachs é equivocada na medida em que o sociólogo afirma ser a Nação a forma mais acabada de um grupo e que a memória nacional é a forma mais completa de uma memória coletiva. A esse respeito, Pollak (1989, p. 9) defende a existência de todo um quadro de violência simbólica imposta a uma comunidade ou grupo social pelos que manipulam a memória, mantendo-a como um instrumento de poder. De acordo com o pesquisador, uma memória coletiva que é fortemente constituída como nacional pode evidenciar uma intenção, por parte do Estado, em manter uma coesão, um sentimento de pertencimento de um grupo dominante aos demais membros da sociedade.

Assim, uma das funções essenciais da memória coletiva é manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum. Desse modo, para o autor, o uso do termo *memória enquadrada* seria mais adequado que *memória coletiva*. Pollak ainda afirma que o enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela História e, neste sentido, o papel do historiador é bastante significativo, especialmente quando se trata da produção de uma História oficial ou nacional, por exemplo.

Longe de ser apenas um trabalho das instâncias de poder, o enquadramento da memória pode ser feito pelo próprio grupo ao qual a memória pertence, e isso se realiza pela necessidade que o grupo possui de manter a ordem, a unidade e a continuidade dessa memória alimentada em seu interior, bem como a própria imagem que possui de si mesmo (POLLAK, 1989, p. 10).

Para esse efetivo enquadramento da memória, Pollak destaca também que os objetos materiais, tais como monumentos, museus e bibliotecas, são espaços privilegiados, porque solidificam as memórias. Desse modo, o autor também destaca o papel do patrimônio histórico como de fundamental importância na função de resguardar uma memória predominante. São como pontos de referência que dão indícios de uma época passada.

Sobre esses lugares de memória é pertinente destacar o pensamento de Pierre Nora, para quem o que chamamos de memória na contemporaneidade, não passa de um material gigantesco de arquivos de coisas que nos é impossível lembrar (NORA, 1993, p. 15). Para o historiador francês, a partir do momento em que a história começa a agir sobre as memórias dos grupos, ou seja, ao engajar uma sociedade-memória na historicidade, esta passa a sentir a necessidade do trabalho de um historiador, que imediatamente começa a interferir e, conseqüentemente, a fazer desaparecer as memórias em sua forma natural. Dessa maneira, surgem para essas sociedades ou grupos outra necessidade, os lugares de memória. Assim, arquivos, museus e monumentos passam a ser conservados justamente para servirem de material para a história. De acordo com Nora, “se fala tanto em memória porque ela não existe mais” (NORA, 1993, p. 7).

Segundo compreensão do autor, a problemática dos lugares de memória está justamente no fato deles constituírem em uma construção histórica e, por isso mesmo, estarem sujeitos a interesses particulares que desejam, por meio da preservação desses lugares, os tornarem pontos de referência como “marcos testemunhais de uma outra era, das ilusões de eternidade” (NORA, 1993, p. 13). Assim:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. (NORA, 1993, p. 13)

Cabe enfatizar ainda que, na concepção de Nora, os lugares de memória não se concretizam apenas no aspecto material da palavra, mas também em uma acepção simbólica e funcional. No que se refere aos lugares materiais, ele afirma ser, neste aspecto que memória social se ancora e pode ser apreendida pelos sentidos. Com relação aos lugares funcionais,

afirma que possuem a função de alicerçar memórias coletivas. Já no caráter simbólico, são lugares onde a memória coletiva se expressa e se revela. São, portanto, lugares carregados de uma vontade de memória (NORA, 1993, p. 21-22).

Em relação à convivência entre História e Memória, Nora afirma que a história erradica a memória, na medida em que a operação intelectual que a torna inteligível transporta nossa memória de nós mesmos. Daí os lugares de memória só existirem, porque não habitamos mais nossa memória (1993, p. 8). Desse modo, a história é operação laicizante, tomada por um criticismo destrutor de memórias, pois para o historiador, a memória verdadeira é aquela que habita no interior dos corpos, na vivência cotidiana dos grupos, e se transmite por meio dos gestos e dos hábitos. Assim:

Tudo o que é chamado hoje de memória não é, portanto, memória, mas já história. Tudo o que é chamado de clarão de memória é a finalização de seu desaparecimento no fogo da história. A necessidade de memória é uma necessidade da história. (NORA, 1993, p. 14)

Para Nora, a partir do momento em que a memória começa a ser reivindicada pelo discurso histórico ela cessa sua existência, deixando apenas os lugares de memória como suportes onde pode se ancorar. No que se refere à relação entre história e memória, o autor afirma que “tudo opõem uma à outra”, pois a memória está sempre em evolução já que, inserida num contexto de vivência social, carrega a dialética da lembrança e do esquecimento, bem como está sujeita às manipulações e aos usos que delas fizerem seus manipuladores e, conseqüentemente, a deformações que decorrem, sobretudo da ação do presente, ou seja, a memória é sempre atual. Já a História “é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais” (NORA, 1993, p. 9).

Diante da visão de Pierre Nora é possível perceber certas aproximações com a compreensão de Halbwachs, no que se refere ao processo de fixação da memória, por meio da escrita da história. Entretanto, enquanto para o sociólogo esta é uma ação positiva, já que através da escrita se pode conservar memórias que deixariam de existir com o desaparecimento dos grupos, para Nora, essa operação intelectual, que permeia o trabalho do historiador, é um processo destrutor de memórias.

No que se refere à memória, como fonte para a construção de conhecimento histórico, Albuquerque Júnior, por sua vez, destaca a existência dos níveis de memória individual que são *involuntária, voluntária, afetiva e imaginativa*, e que devem ser compreendidos e reconhecidos pelo pesquisador, na tarefa de manipular as memórias.

A memória *involuntária* ou *reminiscência* é sempre evocada, não pelo caráter consciente do indivíduo, mas sim pelos signos do contexto social no qual ele está inserido no presente, ou seja, a lembrança, nessa perspectiva, surge de acordo com o estímulo que é apresentado, sem necessitar, por parte do indivíduo, de um trabalho de organização das ideias para a verbalização da lembrança. Ao contrário disso, a memória *voluntária* ou *lembrança*, ao ser evocada, necessita de um tempo para assimilar as ideias de acordo com os estímulos emitidos. Nesse sentido, ela pode ser entendida como um trabalho de organização e de recomposição do passado, “... ela é produto do trabalho e da inteligência com que o narrador incorpora sempre o acontecimento em sua vida, e o narra como sua experiência individual. Ela é, pois, um ponto de vista sobre o passado” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 202).

Com relação ao nível *afetivo* da memória, o historiador adverte que estas são frutos das emoções e analisa que, para Walter Benjamim, é delas que depende a preservação de identidade do grupo. Sobre o nível *imaginativo* da memória, afirma ainda que este se relaciona à incorporação de fragmentos e de sensações experienciadas socialmente, que são juntadas às lembranças, e os indivíduos as têm como suas (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 203-204).

Assim sendo, é possível compreender as memórias individuais como uma rememoração dos acontecimentos passados não em seu caráter íntegro, mas como reconstruções produzidas a partir das impressões e estímulos emitidos no presente através dos signos que envolvem a convivência dos que são “convidados” a lembrar.

Vejamos o que diz Ecléa Bosi (1994) acerca do pensamento de Halbwachs, quando a psicóloga afirma que:

O caráter livre, espontâneo, quase onírico da memória é, segundo Halbwachs, excepcional. Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, ‘tal como foi’, e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. (BOSI, 1994, p. 55)

Assim, ao ter a memória como fonte, o historiador precisa mergulhar em visões subjetivas de atores sociais e evocar as experiências desses sujeitos e suas relações com o passado e o presente para poder produzir conhecimentos históricos significativos. No entanto, na tarefa de recuperar a memória perdida ou esquecida, o historiador leva consigo seu ponto de vista e intencionalidade, aspectos que acabam por interferir na maneira como vai

interpretar essas memórias. Esse é um trabalho que exige certa demanda de violência e, de acordo com Albuquerque Júnior, é inerente ao ofício do historiador da memória, no processo de gestar a História.

A partir dessas colocações, cabe refletir acerca das diferenças entre memória coletiva e memória histórica. Para Halbwachs, a memória coletiva e a história não se confundem. A escolha do termo memória histórica é equivocada, uma vez que junta dois termos que se opõem em vários pontos. De acordo com esta concepção, a memória histórica é formada por fragmentos da própria história, são fatos que guardamos na memória, não porque foram vivenciados de maneira direta por nós ou por nosso grupo, mas assimilamos a partir do material que nos é apresentado por meio de leituras ou do que ouvimos falar sobre o assunto, de encenações teatrais e cinematográficas. Nas palavras do autor: “são sinais reproduzidos através do tempo e que nos trazem o passado” (HALBWACHS, 2004, p. 59).

Já a História seria “a compilação dos fatos que ocuparam o maior espaço na memória dos homens” (HALBWACHS, 2004, p. 85), mas também esses fatos foram assimilados não por meio de uma convivência interna do grupo, mas sim, por meio de materiais exteriores que nos chegam através de jornais, livros didáticos, do que é ensinado e aprendido na escola, por exemplo. Já a lembrança é viva e subsiste desta maneira, enquanto houver a memória social na qual se resguarda, por isso é inútil fixá-la, pois esta é uma ação que só deve ser realizada quando a memória não tiver mais o suporte de um grupo no qual esteja engajada, pois:

(...) quando ela se dispersa por entre alguns espíritos individuais, perdidos em novas sociedades para as quais esses fatos não interessam mais porque lhe são decididamente exteriores, então o único meio de salvar tais lembranças é fixá-las por escrito em uma narrativa seguida uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem. (HALBWACHS, 2004, p. 85)

Seguindo este mesmo pensamento, Albuquerque Júnior afirma que a memória histórica é configurada a partir de fatos retirados da própria História conhecida e incorporados pelas memórias dos indivíduos e/ou dos grupos a que pertencem. Já a História deve ser entendida como invenção do passado, construída por meio da ação de profissionais especializados que não se baseia pura e simplesmente nas memórias ou no imaginário coletivo, mas sim, em um aporte teórico e metodológico, uma conceitualização que interfere diretamente nas memórias a que tem acesso. Dessa forma, o historiador busca construir um conhecimento acerca do passado através das experiências vivenciadas por grupos ou indivíduos que, nem sempre, querem este contato com a História. Nesse sentido:

A História é um ponto de vista externo ao acontecido, e uma interpretação a *posteriori* do fato, uma conceitualização que trabalha muitas vezes com experiências de inúmeros grupos, o que não acontece com as memórias, que é sempre um trabalho interno a grupos, presas, portanto, à visão do grupo ou grupos de que é expressão. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 206)

Em relação à memória coletiva, o historiador destaca que a evocação desta é sempre carregada de uma busca em se manter um fio condutor que sirva de sustentáculo à identidade entre o passado e o presente, aproximando-os e assemelhando-os. Nesta perspectiva: “As memórias, portanto, constroem identidades; a História violenta identidades para descobri-las diferentes internamente” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 207).

Assim, apesar de ser uma fonte subjetiva e por isso estar sujeita a qualquer tipo de anacronismos ou “inverdades”, os questionamentos sobre a natureza da memória e os silêncios produzidos por ela podem ser abordados de forma positiva, uma vez que a memória ajuda na constituição das identidades, na identificação do sentimento de pertença e na construção de saberes. Essa concepção mostra a riqueza e a complexidade da subjetividade humana expressa, a partir da memória, isto é, mesmo não sendo uma releitura do passado tal como ele se produziu, a memória enriquece o estudo das relações passado/presente, pois “não é na história aprendida, é na história vivida que se apoia nossa memória” (HALBWACHS, 1990, p. 64).

Neste sentido, a memória tem se tornado, cada vez mais, uma importante fonte para o historiador no enriquecimento das suas pesquisas. Contudo, é imprescindível a este profissional o aprimoramento no trato com essa fonte, levando em consideração os fundamentos teóricos e metodológicos que norteiam a construção do conhecimento histórico, a oposição conceitual que permeia estes conceitos e a problemática da relação entre História e Memória, como já apontamos com base no pensamento de Nora (1993).

Desse modo, ao refletir acerca da relação existente entre Memória e História, nos reportamos à relação memória e patrimônio histórico para concordamos com a visão de alguns autores discutidos até aqui de que os bens culturais podem ser considerados importantes como substratos de memória para sociedades e grupos sociais que convivem no contexto desse patrimônio.

Nessa perspectiva, uma construção antiga pode ser considerada patrimônio, tanto como obra arquitetônica, quanto pelo seu valor histórico, ou também por guardar resquícios de uma memória coletiva. Para isso, nem sempre o apelo estético é fundamental, uma vez que a destruição de edifícios antigos pode evidenciar a necessidade de se apagar uma memória e,

em contrapartida, a manutenção de outros bens pode favorecer uma memória que se quer perpetuar.

Contudo, o que deve ser preservado não é somente representado pelas construções mais bonitas e imponentes, erguidas seguindo os grandes estilos arquitetônicos ou como marcos do poder sociopolítico e econômico de seus construtores, mas também construções que sejam compatíveis com as memórias dos grupos, que lembrem as pessoas sobre algo que, para elas, seja importante lembrar.

Para que o patrimônio histórico possa ser visto, realmente, como parte de uma memória e de uma identidade histórica, tanto pelos grupos que convivem em seu entorno, como pelas comunidades que o mantêm com uma relação de utilização, é necessário a essas sociedades conhecer e “tomar posse” desse patrimônio. Para isso, é necessário também que se entenda o processo pelo qual um objeto se torna patrimônio e quem o determina desse modo. Outros questionamentos em relação à idéia de serventia, existência e preservação também são importantes de modo que as pessoas possam conhecer e se tornar coparticipantes da preservação do patrimônio histórico de sua cidade. Daí o significativo papel da educação patrimonial tendo em vista a necessidade e urgência em conscientizar a população sobre a importância da preservação do patrimônio histórico.

Acreditamos que isso se torne possível somente através da efetivação de políticas públicas que visem não somente à preservação dos bens patrimoniais, mas também uma efetiva inserção dos cidadãos nessa preservação. A introdução de disciplinas como Educação Patrimonial e História Local seriam de grande relevância nesse processo, pois mesmo entendendo que elas não possam ser consideradas como tábuas de salvação do patrimônio, defendemos que sua introdução nas salas de aula seria bastante significativa, na promoção de novos olhares sobre a história local.

Tomando por base essas reflexões apresentaremos, no item a seguir, o patrimônio arquitetônico de Cajazeiras reconhecido e tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP, e também a compreensão de alguns atores sociais a respeito desse patrimônio.

4.2. O IPHAEP e a delimitação do Centro Histórico de Cajazeiras

Localizado na Avenida João Machado, 348, no centro da cidade João Pessoa, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Paraíba – IPHAEP foi inaugurado, enquanto órgão responsável pela catalogação e tombamento do patrimônio histórico no Estado, em 31 de

março de 1971, embora só tenha começado a funcionar, de fato, a partir de 1974, a princípio, como uma extensão da Secretaria de Educação e Cultura do Estado, o instituto não contava, com verba própria e nem com funcionários qualificados para a função específica do trabalho com patrimônio histórico, o que tornou bastante problemático o início das atividades, no órgão (OLIVEIRA, 2002, p. 75-77).

Ainda de acordo com o mesmo autor, a criação do IPHAEP foi fruto das políticas culturais desenvolvidas pelo Ministério da Educação e Cultura durante o governo Médici, que tinha como ocupante da pasta, o Ministro Jarbas Passarinho. Uma política que, segundo Oliveira, buscava a integração do Nordeste por meio de seu potencial turístico nas políticas que visavam ao desenvolvimento econômico do país. Assim, a partir de eventos promovidos pelo citado ministério com a participação dos governadores estaduais foi traçado um projeto denominado Compromisso de Brasília, por meio do qual seguiu-se a constituição de Institutos Estaduais, a exemplo do IPHAEP, que buscaram colocar em prática políticas relacionadas à preservação do patrimônio Histórico nos estados que ainda não tivessem monumentos históricos protegidos pelo IPHAN (OLIVEIRA, 2002, p. 75).

Na Paraíba, com a inauguração do IPHAEP, iniciou-se o processo de catalogação e tombamento de bens considerados como patrimônio histórico, sobretudo na cidade de João Pessoa. A princípio, foram privilegiados os bens arquitetônicos, por ser a capital paraibana detentora de grande acervo, com destaque para as obras coloniais onde, de acordo com Oliveira, a preocupação do órgão era justamente por este patrimônio estar correndo sérios riscos de destruição. Esse fato fica evidenciado quando o pesquisador mostra que, em dois anos de funcionamento, o Instituto já havia cadastrado mais de 800 imóveis na cidade (OLIVEIRA, 2002, p. 83).

Outras atribuições, como a proteção de áreas ambientais, a exemplo do Altiplano Cabo Branco e da Praia do Seixas, em João Pessoa, são apontadas por Oliveira como momento marcante no avanço das atribuições do IPHAEP enquanto órgão de proteção ao patrimônio histórico, assim também como a jurisdição do instituto sobre a Orla Marítima, neste caso, visando regulamentar os investimentos imobiliários no litoral.

Contudo, vale salientar que as ações do Instituto ficaram muito tempo restritas basicamente, à capital, e que a interiorização, de fato, das políticas de tombamentos fora de João Pessoa só veio a ocorrer a partir de 2001, bem como a delimitação de centros históricos de cidades sertanejas dentre elas, Cajazeiras, que ocorreu somente em 2003/ 2004.

Com relação ao patrimônio histórico que é catalogado e tombado pelo IPHAEP, em Cajazeiras sob a proteção do Decreto n. 25.140, de 28 de junho de 2004, pode-se afirmar que

está constituído basicamente por um acervo material e arquitetônico, composto pelo centro histórico inicial da cidade e alguns monumentos isolados considerados pelo referido documento e pelo Instituto como de importante valor para a memória e a história locais. São eles:

- Delimitação do Centro Histórico Inicial da Cidade de Cajazeiras
- Estação Ferroviária de Cajazeiras
- Cajazeiras Tênis Clube
- Praça Nossa Senhora de Fátima.
- Igreja Matriz de Nossa Senhora de Fátima
- Praça Ana Albuquerque (Mãe Aninha)
- Colégio Nossa Senhora de Lourdes
- Colégio Diocesano Padre Rolim
- Catedral de Nossa Senhora da Piedade
- Palácio Episcopal
- Praça Cardeal Arco Verde
- Prefeitura Municipal
- Praça Dom João da Mata
- Seminário Nossa Senhora da Assunção
- Escola Profissional Monte Carmelo
- Morro Cristo Rei



Fig. 14 - Estação Ferroviária.
Foto: José Carlos Alves de Freitas.
Junho de 2010

A Antiga Estação Ferroviária de Cajazeiras – o trecho da ferrovia Rede Viação Cearense começou a funcionar em Cajazeiras em 05 de agosto de 1923. Já o edifício da

estação foi inaugurado somente em 03 de setembro de 1932⁴². Foi desativada como ramal da R.V.C. em 1971⁴³. Tombada em 2001 pelo IPHAEP, segundo o professor José Antonio de Albuquerque, desde 1972, o prédio se encontra sob a administração da atual Universidade Federal de Campina Grande⁴⁴ e abriga o Núcleo de Extensão Cultural – NEC, do Campus de Cajazeiras.



Fig. 15 - Cajazeiras Tênis Clube aspecto arquitetônico mantido até a década de 1990. Foto: Acervo do Prof. José Antônio de Albuquerque, Cajazeiras. S. d.



Fig. 16 - Cajazeiras Tênis Clube aspecto atual. Foto: acervo da Secretaria de Cultura, Cajazeiras. S. d.

O Cajazeiras foi Tênis Clube construído em 1954 no local onde existia a antiga casa da fazenda da família do Padre Rolim⁴⁵. A demolição da velha casa para tal empreendimento foi motivo de protestos por parte da população local, mas nada pôde ser feito⁴⁶. Ao longo das décadas de 1970 e 1980 o referido clube foi palco de muitos eventos sociais na cidade de Cajazeiras com destaque para os carnavais, os tradicionais concursos de beleza e o baile de debutantes, no qual eram apresentadas as futuras “damas” da sociedade, evento que ocorria de dois em dois anos e era bastante disputado pelas moças das famílias de melhor poder aquisitivo de Cajazeiras. Atualmente se encontra em decadência e deterioração.

⁴² Informações do arquivo pessoal de Francisca Pereira Martins – Secretaria de Planejamento do Município.

⁴³ Pesquisa Google – www.estacoesferroviarias.com.br/ce_crato/cajazeiras.htm

⁴⁴ Na época o campus da Universidade Federal existente no município, pertencia a Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

⁴⁵ De acordo com a história oficial da cidade, após o casamento, Vital de Sousa Rolim e Ana Francisca de Albuquerque receberam do sesmeiro Luiz Gomes de Albuquerque (pai de Ana) uma gleba de terra onde passaram a residir, dando início à formação de uma fazenda com a construção de casa e currais para a criação de gado. Assim teve início a constituição do primeiro núcleo familiar que deu origem à futura cidade cujo nome foi inspirado pela abundância de pés de cajá que havia no local.

⁴⁶ A respeito da demolição da velha casa, o ex prefeito Francisco Matias Rolim relata, em suas memórias, como se deu sua participação no referido acontecimento, bem como as manifestações da sociedade cajazeirense contra o ato (ROLIM, 1998, p. 96-97).



Fig. 17 - Praça Nossa Senhora de Fátima.
Foto: José Carlos Alves de Freitas.
Junho de 2010



Fig. 18- Coreto da Praça Nossa Senhora de Fátima.
Foto: José Carlos Alves de Freitas.
Junho de 2010

A Praça Nossa Senhora de Fátima, considerada a primeira Praça de Cajazeiras, nos tempos iniciais da cidade era uma pequena artéria que tinha o nome de Rua do Cruzeiro, em referência a existência de uma velha cruz que havia no local, ao longo de sua existência Passou por várias reformas, mas foi em 1930, na gestão do então prefeito Hildebrando Leal que foi transformada, de fato, em praça pública e teve erguido o Coreto que até hoje se encontra no centro do logradouro,. De acordo com o professor Antonio de Souza na época a praça era:

o ponto chique da cidade, o local de atração do povo, o centro de manifestações cívico-religiosas e sociais da comunidade, onde se realizavam aos domingos, dias santos e feriados, alegres retrêtas, sob os acordes maviosos da banda de música local, com a presença elegante do mundo social cajazeirense. (SOUZA, 1981, p. 46)

Em 1952, o prefeito Otacílio Jurema ampliou a praça com a demolição das velhas casas que se encontravam em seu redor, mas foi somente no último mandato do prefeito Francisco Matias Rolim (1977 - 1983) que ela recebeu seu aspecto atual.



Fig. 19 - Igreja matriz de Nossa Senhora de Fátima
Foto: acervo da Secretaria de Cultura. S.d.

A Igreja Matriz de Nossa Senhora de Fátima, originária da primeira capela da cidade de Cajazeiras, erguida ainda pela Mãe Aninha⁴⁷ em 1834, tinha como padroeira Nossa Senhora da Piedade e, com a criação da Diocese, em 1914, subiu ao posto de Catedral, que só mudou com a inauguração da nova igreja em 1957. A partir de então a Igreja Matriz tornou-se Paróquia de Nossa Senhora de Fátima, por decreto diocesano de 12 de janeiro de 1957⁴⁸ que perdura até os dias atuais. Ao longo de sua trajetória, a Matriz passou por várias reformas, especialmente, na parte interna que, de acordo com pessoas conhecedoras da história da cidade, acabaram por descaracterizar seu aspecto original. Segundo consta da memória dos cajazeirenses é também nessa igreja que se encontram sepultados os restos mortais do fundador da cidade – o Padre Inácio de Sousa Rolim, embora não se saiba ao certo se do lado direito ou esquerdo do altar mor.



Fig. 20 - Praça Ana Albuquerque (Mãe Aninha) ao fundo o Colégio Nossa Senhora de Lourdes
Foto: Jose Carlos Alves de Freitas – junho de 2010

Praça Ana Albuquerque (Mãe Aninha), localizada também no centro da cidade está situada em frente ao Colégio Nossa Senhora de Lourdes (Antigo Colégio Padre Rolim). Segundo dados colhidos no Livro de Tombo da Diocese n° 1, folha 19, a Praça Mãe Aninha foi o palco das comemorações do centenário do início da construção do Colégio Padre Rolim, evento ocorrido em 22 de agosto 1937, ocasião em que foi inaugurado o monumento central da praça, em homenagem ao Padre Rolim, local em que, segundo informações do referido livro foram depositadas as cinzas da Mãe Aninha pela ocasião da comemoração acima citada.

O atual Colégio Nossa Senhora de Lourdes, inaugurado em 1843, foi na realidade o Colégio através do qual, o Padre Rolim iniciou suas atividades educacionais em Cajazeiras, ou seja, o primeiro Colégio Padre Rolim. Em 1921 o colégio se tornou Escola Normal⁴⁹. Durante um longo período esteve sob a administração da Congregação das Irmãs Dorothéas,

⁴⁷ Ana Francisca de Albuquerque foi a mãe do Padre Inácio de Sousa Rolim, considerado pela historiografia oficial o fundador de Cajazeiras.

⁴⁸ Informações do arquivo pessoal de Francisca Pereira Martins – Secretaria de Planejamento do Município.

⁴⁹ Livro de Tombo da Diocese de Cajazeiras, n°1, folha 08, ano 1937.

entre 1928 até meados da década de 1980. Foi na década de 1930, no bispado de Dom João da Mata, que o prédio de Colégio passou por reformas, recebendo um andar superior. O nome Nossa Senhora de Lourdes passou a designar o Colégio apenas por volta de 1952. Embora não se tenha conhecimento de uma determinação legal para isso, deduzimos apenas que essa mudança de nome se deveu à própria religiosidade das irmãs que conduziam o colégio. A partir de 1990, a instituição de ensino passou a ser administrada pela Congregação das Irmãs Escolares de Nossa Senhora (IENS), provenientes do Rio Grande do Sul⁵⁰, e que até hoje se encontram à frente da instituição.



Fig.21 - Colégio Diocesano Padre Rolim
Foto acervo Borracha. S.d.

Já o Colégio Diocesano Padre Rolim teve iniciada sua construção em 1934, no local onde existia uma antiga casa de caridade daquelas que o Padre Ibiapina⁵¹ espalhou pela Região Nordeste⁵². No início, contava com um prédio em dois pisos. Somente por volta da década de 1940 é que foi erguida a capela Nossa Senhora Auxiliadora, já pelos padres salesianos que estiveram à frente do Colégio até o início da década de 1960⁵³. Atualmente o prédio do extinto colégio abriga a Faculdade de Filosofia, Ciências, Letras e Artes de Cajazeiras – FAFIC, que é mantida e administrada pela Diocese.

⁵⁰ CUNHA, João Rolim da. *Colégio Nossa Senhora de Lourdes*: Cajazeiras. João Pessoa: Editora A União. 2000.

⁵¹ As Casas de Caridade fundadas pelo Padre Ibiapina eram instituições que tinham a finalidade de acolher meninas e mulheres pobres e órfãs dos Sertões Nordestinos para serem educadas nas Regras do Bom-Viver. Com o apoio da população, o Padre fundou um total de 22 Casas de Caridade espalhadas pelo interior da região Norte, localizadas na Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí. A frente dessas Casas, o Padre Ibiapina contou com a colaboração das mulheres. Essas, convertidas em Irmãs de caridade ou Beatas, desdobraram-se no trabalho de cuidar e de educar outras mulheres, contribuindo, assim, para a edificação e o êxito dessa extensa obra assistencial. Os terrenos e as casas destinados à caridade eram adquiridos por meio de doações, e todas as obras mantinham a mesma disposição, tanto na forma arquitetônica como na forma administrativa. Com relação à Casa de Cajazeiras, esta data de 1870 e foi construída em terras cedidas pelo Padre Rolim e como acontecia nas demais também teve a frente de sua administração mulheres convertidas a vida consagrada como beatas a serviço da caridade. (NASCIMENTO, 2009, p. 26-32).

⁵² Livro do Tombo da Diocese de Cajazeiras, nº. 1, folhas 16 e 17. Ano 1937.

⁵³ Informações Chagas Amaro ex-professor do Curso de História do Campus de Cajazeiras da UFCG.



Fig. 22 - Catedral de Nossa Senhora da Piedade
Fotos: José Carlos Alves Freitas.
Junho de 2010

A Catedral de Nossa Senhora da Piedade teve lançada sua pedra fundamental, em 1937, mas ficou durante 20 anos em obras antes de terem iniciadas suas atividades paroquiais. Subiu ao posto de Catedral em 1957, quando recebeu em procissão solene a imagem da padroeira, Nossa Senhora da Piedade, da antiga Catedral (atual Matriz de Nossa Senhora de Fátima). A partir de então, iniciou suas atividades religiosas, embora as obras de construção só tenham sido concluídas nas décadas posteriores⁵⁴. Recentemente, a Igreja sofreu reformas em seu espaço interno o que descaracterizou os altares e santuário, em relação ao restante da estrutura arquitetônica original da parte interna da Igreja.



Figs. 23 e 24 - Capela e Palácio Episcopal conjunto arquitetônico que compõe a Cúria Diocesana de Cajazeiras. Fotos: José Carlos Alves de Freitas – junho de 2010 e novembro de 2007

O Palácio Episcopal, construído no bispado de Dom Moisés Coelho, entre os anos de 1915 e 1932, a sede da Cúria Diocesana, em conjunto com a capela lateral, formam um conjunto arquitetônico imponente, sendo um dos exemplares mais bem conservados do

⁵⁴ Livro do Tombo da Catedral.

patrimônio arquitetônico e histórico de Cajazeiras no que se refere aos aspectos originais, tanto interna como externamente. O edifício passou recentemente por um processo de restauração de seu interior.



Fig. 25 - Praça Cardeal Arco Verde
Foto: José Carlos Alves Freitas
Junho de 2010

A Praça Cardeal Arco Verde fica localizada em frente à Igreja Catedral e ao palácio episcopal. Sua construção data da mesma época da construção da igreja, seu nome foi escolhido em homenagem ao primeiro Cardeal da América do Sul, que era ex aluno do Colégio do Padre Rolim em Cajazeiras (SOUZA, 1981, 49). A praça se constitui em um local amplo e ajardinado que, ao longo dos anos, tem servido de espaço de sociabilidade entre amigos e familiares que se reuniam/reúnem após as missas, além de ponto de encontro de casais de namorados. Recebeu seu aspecto atual em 1989 na gestão do prefeito Antônio Vituriano de Abreu, em um projeto da então secretária do planejamento do município, a arquiteta Josete Claudino.



Figs. 26 e 27 – Sede da Prefeitura Municipal de Cajazeiras, Monumento Comemorativo ao I Congresso Eucarístico Diocesano – Ambos Localizados na Praça Dom João da Mata. Fotos: José Carlos Alves Freitas.
Junho de 2010

A Prefeitura Municipal de Cajazeiras foi construída na gestão de Otacílio Jurema, inaugurada ainda na década de 1950 na Praça Dom João da Mata também conhecida como Praça do Congresso por ter sido este, o local da realização do I Congresso Eucarístico Diocesano da cidade em 1939. O evento foi comandado pelo então bispo de Cajazeiras, Dom João da Mata, por isso a homenagem da cidade. A praça abriga um monumento também inaugurado em 1939 como marco comemorativo ao Congresso Eucarístico, acontecido no local.



Fig. 28 – Seminário Nossa Senhora da Assunção.
Foto: acervo pessoal de Eliane Alves de Freitas. S.d.

Seminário Diocesano Nossa Senhora da Assunção, teve sua pedra fundamental lançada em 22 de agosto de 1950⁵⁵. Segundo consta dos relatos do Cônego Luiz Gualberto (in memoriam), que foi o primeiro reitor da instituição, para a realização de todo o processo de edificação do complexo arquitetônico que constitui o seminário, foram realizadas verdadeiras *campanhas gigantes* que mobilizaram não somente a cidade, mas toda a Diocese de Cajazeiras, com objetivos de arrecadar os recursos necessários. A inauguração do edifício ocorreu no dia 30 de janeiro de 1955, sendo que o ingresso dos primeiros seminaristas só veio a ocorrer no dia 27 de fevereiro do mesmo ano.⁵⁶

⁵⁵ Livro do Tombo da Diocese de Cajazeiras, nº 1 folha, 41, ano 1937. Arquivo da Cúria, Diocesana.

⁵⁶ Informações conseguidas por meio de texto escrito pelo Cônego Luiz Gualberto de Andrade, em 15 de agosto de 1995 ocasião em que se comemoraram os 40 anos do Seminário Diocesano Nossa Senhora da Assunção. Não publicado.



Fig. 29 - Escola Profissional Monte Carmelo
Foto: José Carlos Alves Freitas junho de 2010

Edificação construída na década de 1960, o prédio abriga tanto a Escola Profissional Monte Carmelo, como a Congregação das Irmãs Missionárias Carmelitas que a administram. Embora exista desde 1982 um convênio entre a congregação das irmãs missionárias e o governo do Estado, possibilitando o oferecimento do Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano, no relato das irmãs sobre a história da instituição fundada em 1938, a congregação já oferecia serviços de instrução à juventude cajazeirense. Aulas de alfabetização, trabalhos manuais, corte e costura e prendas domésticas faziam parte do currículo que, por aquela época funcionava na escola. Contudo, de acordo com a Irmã Araújo, atual diretora do Carmelo, as dificuldades financeiras obrigavam a escola a funcionar em caráter particular, contando com a colaboração dos pais dos alunos e da sociedade para o andamento de suas atividades.



Fig. 30 - Estátua do Cristo Redentor localizada no alto do Morro do Cristo Rei.
Foto: Jucieldo Alexandre. S.d.

O Morro Cristo Rei, se encontra cadastrado na lista dos bens patrimoniais tombados pelo IPHAEP em Cajazeiras, embora seja caracterizado como área de preservação, abriga uma comunidade de moradores bastante numerosa. O monumento ao Cristo Redentor, colocado no alto do morro em 1939, por ocasião do I Congresso Eucarístico Diocesano, também é reconhecido como patrimônio histórico da cidade. Contudo, a quantidade de antenas existentes no local tem ofuscado a beleza da estátua, que é uma réplica do Cristo Redentor do Rio de Janeiro. Apesar de ser parte do acervo do patrimônio histórico da cidade, nenhuma política de reparo com relação a esses danos tem sido anunciada pela administração municipal ou pelo próprio IPHAEP.

Vale salientar que, dentro do perímetro da demarcação do centro histórico da cidade, encontram-se várias outras edificações de destaque que estão citadas e mostradas em fotografias, na dissertação, bem como outras praças, a exemplo da Praça Coração de Jesus, que também é popularmente conhecida como a praça dos táxis; a Praça Coronel Matos, onde acontece atualmente a chamada Feira da Fruta; a Praça Galdino Pires; cujo nome homenageia um dos mais antigos produtores de algodão e proprietário de usina de beneficiamento do produto na cidade.



Fig. 31 - Praça Coração de Jesus
Foto: Arquivo de Borracha. S.d.

4.3 - Preservação e/ou destruição do patrimônio arquitetônico de Cajazeiras: discursos e memórias

As entrevistas apresentadas neste item têm como objetivo perceber até que ponto os atores sociais entrevistados conhecem o patrimônio histórico de Cajazeiras e como ele aparece em seus discursos, além de se tentar identificar qual a preocupação dos órgãos

responsáveis pela proteção desses bens e a intenção de implementação de políticas públicas e de Educação Patrimonial, no município.

Embora no projeto inicial a nossa pretensão fosse, por meio das entrevistas, fazer uma análise acerca das memórias coletivas da sociedade cajazeirense com relação ao seu patrimônio histórico, devido aos percalços que são próprios da atividade de pesquisa com dados orais, as informações colhidas e aqui interpretadas apenas buscarão respaldar a problemática da delimitação do centro histórico inicial da cidade de Cajazeiras, feita pelo IPHAEP em 2003, e sobre como está sendo tratado esse patrimônio histórico por parte de alguns segmentos da sociedade e da administração municipal. Para isso, a análise da fala dos respectivos entrevistados - indivíduos representativos de determinados setores da sociedade local, poderá facilitar a compreensão de como estes externam o tema, a partir de seus respectivos lugares sociais, já que eles são significativamente representativos dentro do contexto social, político, econômico e cultural de Cajazeiras.

As entrevistas foram realizadas entre novembro de 2009 e fevereiro de 2010, estruturadas a partir de um esquema básico de questionamentos que permitiu a flexibilidade dos temas abordados. As informações foram expressas de forma espontânea, o que nos permitiu solicitar outras informações complementares e até mesmo ampliar as discussões acerca do tema em questão, permitindo, desse modo, um melhor dimensionamento dos resultados obtidos. Quando surgiram dúvidas, após a transcrição, o entrevistado foi procurado novamente e, na medida do possível e de acordo com sua disponibilidade, nos atendeu mais uma vez. Ressaltamos ainda que, embora os depoentes tenham assinado o termo de consentimento livre e esclarecido nos dando liberdade de divulgação de suas falas, utilizaremos como identificadores em nossa análise, apenas as iniciais de seus nomes.

Assim sendo, procederemos às discussões com base nos resultados obtidos pela realização das entrevistas. O primeiro questionamento que analisaremos será com relação ao que os entrevistados compreendem por patrimônio histórico. Sobre esse tema, a fala dos colaboradores desta pesquisa apresentam conceitos diversificados e abrangentes, nos quais aparecem, além da compreensão da existência de um patrimônio material edificado, também a existência de um patrimônio imaterial, que engloba *patrimônios do tipo mais diversificado possível*, envolvendo os vários aspectos da vida em sociedade.

Na verdade, eu antes de mais nada gostaria de dizer que nós necessitamos fazer uma catalogação um estudo aprofundado da questão do patrimônio histórico de nossa cidade, mais precisamente falando de patrimônio histórico material [...] (R. M. F.)

[...] Patrimônio Histórico é um conjunto, tanto arquitetônico, quanto de patrimônios culturais, patrimônios do mais diversificado possível (sic) até o cenário de um povo representa um patrimônio histórico de uma cultura ou de uma sociedade. Então, muito embora se fixe o patrimônio histórico apenas como um bem arquitetônico ou a construção civil antiga, mas devo dizer que o patrimônio histórico tanto pode ser antigo quanto moderno [...], mas na realidade patrimônio histórico é todo um conjunto de ações, tanto de obra quanto da cultura, quanto da alimentação e todos os traços que a uma sociedade representa no seu processo de vivência. (A. N.)

Na minha concepção, Patrimônio Histórico refere-se a um bem móvel, imóvel ou natural que possua valor significativo no seio na nossa sociedade. Eu acredito que esse patrimônio ele pode ser estético, artístico, cultural, documental científico, social, espiritual e ecológico. (J. A. A.)

Essas repostas, no nosso entendimento, são concebidas de maneira positiva, tendo em vista que os depoentes demonstram compreender que o Patrimônio Histórico não deve ser visto apenas como os monumentos de pedra e cal e sim, como todo um conjunto de bens das mais variadas formas e contextos, onde até mesmo a culinária tradicional é representativa. Mesmo assim, ao prosseguir a análise das entrevistas, percebemos nas falas dos sujeitos pesquisados que, embora possuindo uma compreensão mais ampla no que se refere ao Patrimônio Histórico, a visão dos mesmos acerca dos bens arquitetônicos é prioritária quando se trata de identificar o patrimônio histórico de Cajazeiras. Isso mostra que não existem grandes discrepâncias entre a compreensão dos entrevistados e a do IPHAEP com relação à delimitação do centro histórico da cidade e ao tombamento dos demais bens históricos.

[...] em Cajazeiras é..., infelizmente muitos prédios históricos já se foram. Eu, orgulhosamente sou proprietária, acho que do mais bonito prédio histórico de Cajazeiras.

Olhe o prédio que funcionou a clínica do Dr. Sabino Guimarães, ele... A família orgulhosamente também, mantém a arquitetura, ela família... que é família de tradição a família Guimarães, família de tradição e eles mantêm com muito orgulho, não modificam nada, sempre pintam, conservam. A residência do professor Crispim Coelho, que é outro prédio também que orgulha Cajazeiras e cuja família também preserva. Eu acho até assim que, na realidade, o que é preservado em Cajazeiras é mais por uma questão de orgulho familiar do que de orgulho da cidade. (V. R.)

Na verdade os prédios, os casarões que são considerados como patrimônio histórico de Cajazeiras são esses: antiga Estação de Trem de Cajazeiras, então nós temos esse casarão que é esquina com a Igreja Catedral [Casarão Boa Vista], temos o Edifício Ok ali na Praça João Pessoa, um edifício que marcou e na minha visão é um patrimônio histórico de nossa cidade temos algumas casas ao redor da Matriz de Nossa Senhora de Fátima, o Colégio Diocesano também que é um patrimônio histórico da nossa cidade, enfim, temos aí vários... Temos o antigo casarão, conhecido casarão [O casarão do Major Epifânio Sobreira] (R. F. M.)

Embora não tenhamos a pretensão de nos aprofundar na análise das memórias coletivas com relação ao patrimônio histórico instituído em Cajazeiras, a realidade evidenciada na fala dos entrevistados nos leva a entender que, por trás da escolha/identificação dos imóveis citados como patrimônio histórico, existe uma memória idealizada. Não a memória da população cajazeirense, em geral, mas a memória da Igreja, de um período de abundância das riquezas produzidas pelo algodão, da tradição das famílias mais abastadas que ergueram tal patrimônio. Na expressão saudosista de J. A. A., apresentada abaixo, vê-se claramente, o lamento pelas perdas de exemplares desse patrimônio arquitetônico e a descaracterização de outros:

Quando a gente perde as características através da arquitetura de nossos prédios né, que representaram o desejo e a vontade de pessoas, moradores do século passado de fazer sua casa bonita, né, seus... As mais belas formas arquitetônicas da época. Trouxeram até arquitetos de fora, da Europa, famílias aqui importantes trouxeram arquitetos do Rio de Janeiro para fazerem suas casas aqui na época, os coronéis da época, principalmente os ligados aqui a Galdino Píres que era um homem de muitas posses, uma pessoa viajada, formou os filhos todos no Rio de Janeiro, os netos, essas coisas toda (sic).

Podemos observar essa realidade com mais nuances na visão de A. N. que ao falar de quando participou da administração pública da cidade, no final da década de 1970, já havia a preocupação com a catalogação e preservação do patrimônio arquitetônico de Cajazeiras.

Dentro do arquitetônico é bom frisar de que todo esse interesse pela preservação do patrimônio histórico de Cajazeiras se deveu a professora Rosilda Cartaxo⁵⁷. A professora Rosilda Cartaxo é conhecedora demais do aspecto de formação da civilização sertaneja, tanto de São João, quanto de Cajazeiras, ela teve uma preocupação de fazer um levantamento do que representava os prédios arquitetônicos históricos de Cajazeiras. Nesse contexto, já em 1978 para 79 tanto eu como a Josete Claudino conversávamos com a professora Rosilda Cartaxo e tivemos a preocupação de localizarmos cada um deles a prefeitura tem uma relação feita nessa época em que a gente encaminhava novamente ao Instituto Histórico da

⁵⁷ Rosilda Cartaxo foi professora e escritora cajazeirense nasceu em 31 de julho de 1921 e faleceu em 21 de junho de 2004, na cidade de João Pessoa. Em 1941, recebeu o diploma de professora pela Escola Normal “Padre Rolim”, em Cajazeiras; no ano seguinte já lecionava no Grupo Escolar “Joaquim Távora”, no município de Antenor Navarro, atual São João do Rio do Peixe, ficando aí até 1947, para onde retornou mais tarde, em 1951, como diretora daquele Grupo Escolar. Em 1955 renunciou ao cargo, estabelecendo-se na capital do Estado, designada para lecionar no Grupo Escolar José Américo de Almeida. Em João Pessoa teve a oportunidade de exercer diferentes cargos técnicos, tanto na área educacional, como na cultural e no Serviço Social. Prestou serviços ao Estado, aos municípios, à Universidade Federal da Paraíba e à Legião Brasileira de Assistência (LBA). Tornou-se membro do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, sendo eleita em 22 de setembro de 1974, assumindo a cadeira nº 27. Além de vários artigos na Revista do IHGP, publicou os seguintes trabalhos: *Estrada das Boiadas (Roteiro para São João do Rio do Peixe)*, 1975; *Barra do Juá* (Discurso de posse no IHGP), 1975; *A Vila em Festa*, 1981; *As Primeiras Damas*, 1989; *Mulheres do Oeste*, 2000. www.ihgp.net/memoria16.htm. Acesso em 14 de julho de 2010

Paraíba todos os prédios que deveriam ser anexados como patrimônio Histórico da cidade. Nesse conjunto envolvia o Tênis Clube de Cajazeiras, Açude Grande, Açude Cajazeiras 1 e Cajazeiras 2 que tem uma história muito interessante, Morro do Cristo Rei, que o pessoal costuma chamar Morro do Cristo, mas é Morro do Cristo Rei, Catedral Nossa Senhora da Piedade, Igreja Nossa Senhora de Fátima, aquele casarão Júlio Marques do Nascimento [Boutique Evidência] que sofreu recentemente uma reforma. Todo aquele eixo da Padre José Tomaz, envolvendo Boutique de Vilmar, a Praça Coração de Jesus, o antigo Café Asa Branca ali na Padre Rolim, tem muitas casas, a casa de Ivone Guimarães, onde morou o professor Crispim Coelho...

A fala A. N. demonstra a existência de certa preocupação por parte de alguns segmentos da sociedade cajazeirense com relação à proteção/ preservação do patrimônio arquitetônico e histórico da cidade que vem se articulando já desde o final da década de 1970. A participação da professora Rosilda Cartaxo, que já era membro do IHGP, foi importante para o levantamento e o histórico do acervo arquitetônico local. Esse movimento aconteceu também na década de 1990, época em que o depoente esteve atuante na Secretaria de Planejamento do município, e perdurou até 2003, quando o IPHAEP finalmente fez o mapeamento e o tombamento do patrimônio histórico de Cajazeiras.

A existência desses fatos nos leva a acreditar também que, de uma maneira mais articulada documentalmente, esse foi o processo através do qual o IPHAEP tomou conhecimento e, conseqüentemente, se interessou em tomba o patrimônio arquitetônico e histórico de Cajazeiras.

Ainda com relação ao depoente, vale dizer que, A. N. sendo conceituado na cidade como um grande conhecedor da história local e por possuir certo grau de intelectualidade, tendo em vista a sua formação universitária como engenheiro agrônomo e sua própria atuação no campo do urbanismo e paisagismo da cidade há décadas, a análise de suas falas é peculiar, especialmente por ele não ser natural de Cajazeiras, mas ter estabelecido residência na cidade e, se envolver com as questões ligadas ao desenvolvimento urbano e cultural local e mesmo por ter assumido a pasta do planejamento municipal por três vezes.

Já J. A. A., sendo professor do curso de História do Campus de Cajazeiras da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, também possui um largo conhecimento da história local, além de atuar nos meios de comunicação social da cidade. Por isso, é possível dizer que o professor possui notável influência intelectual junto à sociedade civil, religiosa e política de Cajazeiras.

Assim, a preocupação dos depoentes nos dá a entender que, embora as construções antigas sejam prioritariamente entendidas como patrimônio histórico, pois simbolizam uma

época da vida em Cajazeiras na qual as famílias mais ricas podiam demonstrar sua riqueza por meio da edificação de suas moradias, o patrimônio arquitetônico da cidade deve ser preservado por ser de grande importância para a história e a memória locais.

Esta é a compreensão de R. M. F, que mesmo não tendo formação universitária, se encontra engajado nas questões culturais de Cajazeiras há anos, o que no nosso entendimento torna seu discurso mais comprometido e consciente em relação à responsabilidade que possui enquanto ocupou o cargo de Secretário de Cultura frente à preservação do patrimônio *material e imaterial* da cidade. Para ele:

[...] o patrimônio histórico material é o que está aí aos olhos, e que tem marcante e que tem a história contada, vista da cidade, e isso é de fundamental importância para vários aspectos, educacional cultural e até turístico, também porque as cidades que preservam seu patrimônio histórico material, elas são reconhecidas pelos órgãos governamentais a nível nacional. A União reconhece isso e inclusive dá prioridade de recursos às cidades que tem o seu patrimônio histórico preservado, então é algo assim, muito profundo, a importância de você preservar a memória através do patrimônio material da cidade é algo muito importante, muito valioso [...]

Já na compreensão de G. D, que ocupa o cargo de Secretária de Educação do Município, existe uma linearidade na história da cidade, que tem como marcos, os momentos ligados às realizações da Igreja Católica local. Para ela as edificações antigas, especialmente as eclesiásticas, servem para ajudar a contar a história, pois as construções dão visibilidade a essa *história por si só*.

[...] a História de Cajazeiras ou de qualquer outro município do Brasil, ela é uma linha do tempo que vai se construindo, a gente sabe que faz parte da História a primeira casa, que é a Casa da Fazenda do padre Rolim depois a Capela, depois o Colégio Nossa Senhora de Lourdes e isso foram décadas... Depois a Diocese, Seminário, então tudo isso foram construídos e isso vai contando a história... Que é assim a História por si só, mas sempre pra se contar a história tem que ter a parte das construções.

Já quando questionados sobre a quem atribuem a responsabilidade pela não preservação do patrimônio arquitetônico da cidade, os depoentes demonstraram certa coerência em admitir que a principal responsabilidade esteja na falta de ações efetivas por parte do poder público que não desenvolve políticas voltadas especialmente para uma educação que possibilite a inclusão de valores culturais na formação do cidadão e que evidenciem a existência de um patrimônio histórico local.

A ambição, humana se a gente for levar por esse lado, destrói até o patrimônio da humanidade, que é aquilo que Deus criou, a natureza. Imagine

o que é um simples prédio, [...] Então eu acho assim, que é questão de educação mesmo. A Educação tem um papel muito importante nisso aí, é porque essas pessoas que estão fazendo isso eles passaram pela Escola e certamente a Escola não causou, não deixou nenhuma marca com relação a isso. Então é assim... se agente tivesse uma Educação, talvez mais direcionada, mais complementada para esse tipo... Certamente essas pessoas iriam pensar duas vezes em não querer destruir o patrimônio, porque é uma história, que vai servir para o futuro. (G. D.)

É um problema cultural. Agora a responsabilidade mesmo é do poder público. Eu particularmente tenho conversado, tive contato como o novo Secretário do Planejamento, no sentido de que a gente possa puxar essa discussão, que possamos promover capacitações para os funcionários da área do planejamento, também nós da cultura, no sentido de que possamos lidar melhor com esse tipo de situação e buscarmos também alternativas legais, criar mecanismos que possam fortalecer a proteção desse patrimônio histórico, como você, por exemplo, buscar uma isenção vamos dizer, de imposto de um certo proprietário de um edifício de um casarão que é patrimônio histórico, você buscar uma forma de promover, fazer com que ele receba um incentivo pra preservar seu patrimônio e isso reduzido nos seus impostos municipais, temos que buscar alternativas para salvar o que temos ainda de patrimônio histórico. (R. F. M.)

Percebe-se nas expressões dos secretários o reconhecimento de que a falta de políticas públicas no município de Cajazeiras é, em grande medida, responsável pelo descaso e destruição do patrimônio arquitetônico e histórico da cidade. Outras questões a esse respeito estão relacionadas com a *ganância e ambição*, entendidas por G. D. como sendo uma vontade de ascensão econômica que leva o indivíduo a passar por cima de todos os valores e a pensar apenas no presente, esquecendo tanto o futuro como o passado.

Sobre essa concepção, convém afirmar que a especulação imobiliária na cidade está em alta, e o processo de construção civil também vive um momento ímpar na história do crescimento urbano de Cajazeiras. Convém aqui citar, mais uma vez, o caso do prédio da Boutique Evidência que já era tombado e, mesmo assim, foi completamente modificado e transformado em uma loja sofisticada para os padrões locais. Tendo destruído seu significado histórico, passou a ser visto apenas como um prédio comercial. Se não fosse a memória de algumas pessoas que conhecem um pouco da história local, ele não teria mais nenhuma ligação com o passado recente da cidade.

O poder público também é apontado como principal responsável por toda a situação de descaso com as questões ligadas à proteção do patrimônio histórico tombado, mas na visão de J. A. A. esta é uma questão também ligada aos interesses políticos e, mais diretamente ao *poder do voto*. Na sua concepção, tanto na atual gestão municipal como nas anteriores, os

prefeitos de Cajazeiras nunca tiveram real interesse pela preservação do patrimônio histórico local.

Outro problema são as mudanças constantes nos cargos de secretarias do município. Esta realidade, no nosso entendimento, dificulta o desenvolvimento de projetos duradouros, pois quando se chega ao fim de um mandato, acabam-se também todos os cargos de confiança e os projetos até então desenvolvidos pelos secretários, ou seja, não existe uma continuidade nos trabalhos, sem contar que muitos secretários deixam os cargos antes mesmo de completar-se o período de gestão municipal. É com relação a esse aspecto que J. A. A. também aborda a questão dos interesses dos políticos que se colocam quase sempre, acima de qualquer ação desenvolvida por um secretário em âmbito municipal.

Ao poder do voto, quem detém voto, prestígio junto ao poder público consegue alvará para fazer isso. Infelizmente se pratica um tipo de política e os nossos... Eu diria até a você que os nossos ex-prefeitos nunca tiveram essa preocupação com a preservação do patrimônio, porque na pressão política eles cederiam, cedem e cederão, vão continuar cedendo às pressões para destruir o nosso patrimônio. Isso vai acontecer fatalmente, não tenho a menor dúvida que vai continuar acontecendo aqui no município de Cajazeiras [...] (J. A. A.)

Reclamações também no sentido de falta de apoio, tanto do poder público quando do privado, se fazem sentir como sendo algo que dificulta a manutenção e restauração de alguns prédios históricos, bem como a falta de uma melhor orientação no sentido de agilizar reformas em construções que estão dentro do perímetro do centro histórico, onde muitos proprietários tem se sentido bastante prejudicados e por isso acabam por se tornar arredios, quando se trata da falar sobre o patrimônio histórico.

Tal realidade é expressa na fala de V. R.:

Eu acho até, assim, que na realidade o que é preservado em Cajazeiras é mais por uma questão de orgulho familiar do que de orgulho da cidade. A gente sabe que em João Pessoa, a parte que funciona ali, o Patrimônio Histórico, a Coral é que financia a pintura, é quem financia a manutenção, a Iquine. Aqui a gente não tem ajuda nem do poder público, nem também dessas empresas que são as grandes potências em termos de tinta, não é... Você, você pra pegar uma pessoa para pintar esse prédio, a estrutura pra ele pintar, ele precisa de um apoio para não cair porque o prédio não é feito..., foi feito antigamente não tem aquela estrutura de apoio, então já é mais caro o pintor devido à altura, e também os detalhes, né, esses detalhes eles custam caro porque eles perdem muito tempo pra pintar, é diferente de você pegar um pincel e passar em uma parede reta, já que você com o rolo você dificilmente vai conseguir trabalhar, você vai ter que trabalhar muito no pincel pra fazer os detalhes. Então a pintura que é mais cara, o pintor que é mais... A tinta é mais cara, o pintor é mais caro, tudo se torna mais caro no prédio antigo, porque ele tem muitos detalhes.

... É o que eu falei, eu acho que mais uma questão familiar de manter a tradição, de manter o orgulho de dizer que foi de sua família, do que mesmo a cidade que se preocupa. Não é a cidade que se preocupa, eu acho que é, são mais os familiares que se preocupam, os proprietários.

Entendemos que esta expressão da depoente corrobora em certa medida com o que já tínhamos observado, de que o patrimônio tombado pelo IPHAEP em Cajazeiras não faz parte das memórias coletivas da população de uma maneira mais generalizada, mas apenas de certos grupos de uma camada mais abastada e mais informada/formada intelectualmente.

Sobre essa afirmativa podemos citar o caso da reforma do prédio da Lanchonete São Braz que, além de estar no centro, é uma das construções de maior destaque no que diz respeito ao patrimônio histórico de Cajazeiras, por compor juntamente com o prédio da Antiga Casa Ypiranga e outros, o conjunto do entorno da Praça Coração de Jesus, no chamado coração da cidade.

O proprietário do referido prédio se ressentiu bastante por causa do todo o processo burocrático que teve de enfrentar, a fim de conseguir a liberação para fazer a tal reforma; quando procurado por nós para realização de entrevista não se disponibilizou a nos atender e mostrou-se muito aborrecido, especialmente com o IPHAEP e com a Fundação Ivan Bichara⁵⁸.

A Praça Coração de Jesus é também conhecida como Praça dos Táxis, por abrigar desde meados do século passado um ponto de táxi. Alguns dos motoristas que ocupam o ponto estão no local desde a década de 1960, por isso, também foram procurados para a possibilidade de realizar com os mesmos as entrevistas, algo que não aceitaram de nenhuma maneira, embora tenham sido cordiais e tenham nos atendido em algumas breves conversas. Questionamos qual a opinião deles em relação à reforma da Lanchonete São Braz, sobre a qual afirmaram estarem contrariados por causa da situação a que foi submetido o dono do prédio, tendo em vista que estava reformando para beneficiar o prédio, que inclusive se encontrava em situação de risco, e tomou muito prejuízo inclusive tendo que ir a João Pessoa mais de uma vez.

Diante deste fato, pode-se perceber que, na visão dos taxistas, as reformas deveriam acontecer sem problemas, pois aquelas construções antigas não chamam sua atenção por isso. A impressão que tivemos por meio desses contatos com os citados profissionais é que o patrimônio histórico não tem muito sentido ou importância para eles, e quando perguntamos a

⁵⁸ A Fundação Ivan Bichara Sobreira foi instituída pela Lei nº 1.330/2001, como órgão ligado a Secretaria de Educação, Cultura e Esporte de Cajazeiras com o objetivo de promover ações de incentivo a arte e a cultura locais, bem como oferecer ao poder executivo municipal estudos, análises e pareceres sobre obras e atividades a serem desenvolvidas no âmbito da administração municipal.

respeito do que achavam da praça onde trabalhavam e das mudanças que ela sofreu ao longo dos anos alegaram não ter opinião ou simplesmente que não viam nada de mais. Vale destacar também que os taxistas, talvez por desconhecerem o assunto, não se julgaram capazes de falar sobre o que estava sendo abordado por acreditarem não possuir conhecimentos ou simplesmente por não saber falar a respeito do tema.

Com relação à Lei Estadual a respeito da proteção do patrimônio arquitetônico da cidade, existem diversas críticas e até manifestações no sentido de tentar minimizar o rigor da mesma no que se refere à linha demarcatória do centro histórico da cidade, especialmente naquilo que concerne ao processo de reformas.

A defesa de uma maior flexibilização da lei que regulamenta não somente construções, mas também reformas, especialmente em edificações que não guardam mais os traços característicos de uma arquitetura mais antiga e que estão dentro do perímetro de proteção é reivindicada tanto por V. R. como por R. G., ambos empresários do comércio e proprietários de imóveis no centro da cidade, como necessária e urgente para que se possa conseguir um maior apoio do próprios investidores nas questões relacionadas à preservação dos bens históricos locais.

Para V. R. que já destacou o “orgulho de possuir e preservar o prédio que considera o mais belo exemplar do patrimônio histórico de Cajazeiras”,

[...] a realidade é que muitas vezes, eu tou (sic) com um prédio que ele não tem nada que diga que tem história, que na sua estrutura externa tem algo a ver com o estilo das arquiteturas antigas, não tem nada a ver, uma coisa que já foi mexido, que já não tem nenhuma característica e que ele então (não) permite que se faça mais uma modificação porque tá dentro do perímetro, então porque continuar com esse imóvel feio e não se poder modernizar porque está dentro da área do perímetro, se ele não é um prédio histórico e se ele não tem nada da arquitetura antiga, então não justifica de maneira nenhuma.

Já R. G. que também afirma concordar com a preservação de alguns imóveis do centro que, de fato, possuam valores dignos de preservação como é o caso da Antiga Casa Ypiranga, da Lanchonete São Braz, do Casarão do Major Epifânio Sobreira, entre outros, defende a necessidade de uma maior flexibilidade da Lei que regulamenta a proteção dos imóveis localizados dentro ou nas proximidades da linha demarcatória do perímetro do Centro Histórico Inicial da cidade.

Sobre isso, destaca que nem todas as construções dessa área são de valor histórico, porque já foram bastante modificadas, ou seja, não carregam mais as características arquitetônicas que impeçam de serem reformadas/transformadas. Por isso, defende que é

preciso haver também uma proteção aos direitos dos proprietários, de usufruto de seus bens, quando no caso de alguma reforma ou construção de imóveis, pois estes são pressionados por uma castigante burocracia que acarreta em perda de tempo e prejuízos financeiros irreparáveis aos mesmos.

R. G. afirma ainda que o rigor e a burocracia, além de trazer uma constante desvalorização aos imóveis do centro, também poderá acarretar, tanto a médio como a longo prazo, num total esvaziamento desse centro, o que trará incontáveis prejuízos ao comércio aí existente e, conseqüentemente, esse prejuízo atingirá o próprio patrimônio histórico do local, que sofrerá com essa mudança – abandono e inevitável degradação ou até a destruição total – e afirma ainda que, como proprietário de imóveis localizados na área de preservação, tem o desejo de conservar aqueles que possuam características arquitetônicas e históricas, de uma época, mas não concorda que edificações já descaracterizadas pelo passar do tempo tenham o mesmo tratamento de uma construção histórica intacta no que se refere às suas características arquitetônicas originais⁵⁹.

Entretanto, na opinião de A. N., o esvaziamento do centro de uma cidade, coincidindo ele com o centro histórico ou não, é consequência de um mau planejamento e não da preservação do patrimônio histórico existente no local. Em suas palavras, essa concepção:

É um conceito errôneo, um conceito totalmente errôneo, porque há de entender de que a cidade cresce, e nesse processo de crescimento é natural que surja em vários bairros em várias outras ações do crescimento da cidade todo um potencial comercial. [...] você mesma é conhecedora de João Pessoa. Em João Pessoa o largo do Varadouro, a Maciel Pinheiro... Eu conheci aquilo, os casarões de tudo aquilo a desocupação... A Maciel Pinheiro era um centro comercial beleza, mas o que levou a desocupação da Maciel Pinheiro não foi de maneira nenhuma consequência do centro histórico não, foi o surgimento dos bairros de Manaíra, a valorização de um aspecto de lazer que é bem interessante analisar isso. Até 1960 a orla marítima não tinha valorização no aspecto de lazer que ganhou a partir de 75. Então ninguém, você jamais queria uma casa na beira da praia, você queria uma casa perto do centro. Quando se descobriu que todos os investimentos na área a de viver bem e de conviver na cidade estavam próximos ao litoral, então se partiu com a especulação imobiliária no litoral aí levou ao elástico das grandes cidades e mais tarde transformadas em megalópoles.

Para A. N., o que é realmente necessário haver é um processo de educação/sensibilização envolvendo os vários segmentos da sociedade, o poder público, e, especialmente, os investidores, para que estes se sintam motivados a desenvolver seus empreendimentos com interesse na preservação do patrimônio histórico existente.

⁵⁹ A entrevista com R. G. não foi gravada, por isso não há transcrição de falas do depoente.

Na realidade, o que tá faltando é um trabalho de educação a partir da escola, e um trabalho de divulgação massal [sic] tanto do município quanto da universidade, no sentido de despertar seminários pra dar uma consciência aos investidores da região, de que o patrimônio histórico daquele prédio pode significar um valor maior do que qualquer estrutura moderna. (A. N.)

Outro aspecto que, segundo nossa compreensão, merece destaque, diz respeito às respostas dos entrevistados, quando foram abordados quanto à possibilidade de relatar alguma memória pessoal relacionada ao patrimônio arquitetônico da cidade. Vejamos o que nos fala J. A. A.

Sim, olhe, por exemplo, eu diria que quando eu cheguei aqui em 1971, eu pude observar já essa descaracterização, quando eu fui diretor do campus [UFCG/UFPB] aqui de Cajazeiras eu tinha um medo muito grande do prédio da estação que é um... Que já foi que sofreu poucas modificações o prédio da estação [Antiga Estação Ferroviária]. É eu tive uma preocupação muito grande com aquele prédio. Fui ao prefeito na época e consegui que aquele prédio ficasse nas mãos da Universidade. Foi feito um comodato entre a Universidade e a Prefeitura Municipal. E até hoje felizmente esse prédio está nas mãos da Universidade, que com a sanha imobiliária que nós tínhamos, a tendência era que aquilo ali fosse destruído, destruído.

Eu não vou dizer que foi por minha intervenção, mas eu tive uma participação direta na preservação daquele prédio.

Percebe-se na fala do depoente que em relação ao patrimônio arquitetônico de Cajazeiras sua memória está mais voltada para ações realizadas por ele quando esteve à frente da direção do Campus Universitário, no processo que, no seu entendimento, salvou o prédio da antiga Estação Ferroviária de sua iminente destruição. Sua resposta é enfática e demonstra certa “credibilidade e influência” que possuía perante a autoridade municipal ao destacar o comodato realizado entre as duas instituições citadas, documento, através do qual, a Prefeitura cedeu à Universidade o prédio da Antiga Estação, pois, segundo o professor, a sanha imobiliária que tomava conta da cidade, na época, colocava em risco aquele monumento.

Já nas memórias da Secretária de Educação G. D., aparecem sentimentos de certa afetividade com relação às construções citadas por ela, que se fazem tão marcantes em suas lembranças, sendo que ela vivenciou experiências importantes nesses lugares. A curiosidade em relação aos casarões do centro, o Colégio Diocesano, que, além de ser destacado como um prédio muito bonito é importante por ter sido a primeira escola na qual estudou na cidade, pois era proveniente da zona rural. A experiência relatada pela secretária como sendo a mais recente, diz respeito a uma construção que também se encontra na zona rural de Cajazeiras, mais precisamente no Sítio Serraria, uma pequena capelinha onde, de acordo com a história

oficial da cidade, o Padre Rolim teria iniciado sua trajetória como educador. A empolgação da secretária ao relatar esses fatos ficou bastante evidente:

Uma das coisas assim que sempre me chamava muita atenção era essas casas que nós temos aqui na (rua) Padre Rolim que eram casas com arquitetura muito bem desenhada e também a Igreja Nossa Senhora de Fátima. Assim porque eu sempre tive curiosidade que a gente sabia que ali foi a primeira capela de Cajazeiras e ali... E outra coisa também muito mais recente é uma capela que tem no sítio *Serraria* é quando teve a primeira capela mesmo do padre Rolim [...]

Antes de vir pra qui pra cidade, a primeira escola lá a primeira sala de aula, os primeiros alunos ele começou a alfabetizar, o Padre Rolim começou a alfabetizar lá. Eu já fui algumas vezes lá [...] porque acho assim, a gente consegue quando você vai nesse local, você consegue rebuscar ou rememorar, ou alguém conta a história de Cajazeiras. Uma das coisas que tem na minha memória de criança, uma das coisas também que eu acho muito... É o Colégio Diocesano, porque quando eu vim estudar em Cajazeiras a minha primeira escola foi o Colégio Diocesano, [...]

Outra peculiaridade intrigante na nossa concepção está na resposta de V. R., que pareceu bastante surpresa com a pergunta se tinha memória pessoal relacionada ao patrimônio histórico da cidade. Diante do questionamento ela julgou não ter memória relacionada às edificações, tendo em vista não possuir uma idade mais avançada, mas em seguida acaba relatando alguns fatos de suas lembranças da infância e juventude sobre estes imóveis. Nesse sentido, acreditamos que, na visão da depoente, por sua idade não ser compatível com as construções mais antigas, ela não pode ter memória, pois não é contemporânea de tais construções.

Por eu ser mais nova assim eu não sei nem o que te diga na realidade... assim, eu lembrei o Colégio Nossa Senhora de Lourdes, que é um prédio antigo, que eu estudei lá, e desde que eu fui estudar lá que é aquela mesma aparência.

[...] esse prédio eu lembro que eu pequenininha funcionava uma loja de tinta que era a Casa Ypiranga, que era de seu Álvaro Marques, essa história eu lembro, [...] do professor do Crispim Coelho eu lembro que quando eu casei, quando eu noivei, o professor Crispim eu acho que ainda era vivo eu tenho minha impressão que sim e lembro da pessoa dele eu pequena eu lembro da pessoa dele que foi uma pessoa que orgulhou muito Cajazeiras, que é uma casa bonita... Lembro da Clínica do Doutor Sabino, outras coisas na realidade eu digo que eu não tenho memória, mas o que eu lembro assim, mas que eu tenha uma relação com a História... Não...

De acordo com A. N. que revela mais uma memória histórica relacionada a acontecimentos marcantes da história da cidade, e que também demonstra lembranças ligadas mais a ações pessoais com relação à sua atuação na administração municipal, mais

precisamente na Secretaria de Planejamento⁶⁰, realizações julgadas por ele como de grande importância para o encaminhamento de iniciativas por parte do governo municipal no que se refere à proteção e preservação do patrimônio arquitetônico e histórico local, o que até então não tinha acontecido.

Olhe, há uns aspectos bem interessantes que marcam a questão de Cajazeiras, por exemplo, a Praça Dom João da Mata... a Praça Dom João da Mata era antigamente uma lagoa de arroz. O núcleo urbano era preso ali à Epifânio Sobreira, ao Cajazeiras Tênis Clube, aquele eixo ali por trás das duas barragens do Açude Cajazeiras 1 e 2, [...] então a Praça Dom João da Mata, antiga Lagoa do Arroz, você veja como faltou já à questão do planejamento. A cidade bem pequenininha, onde se construiu a prefeitura? No centro de uma Praça que era a única que a cidade tinha, porque a outra era a Praça João Pessoa que é uma avenida. Então foi um dos erros da administração de Otacílio Jurema foi construir a prefeitura em cima da Praça que tinha um cacimbão que alimentava a cidade. [...] aquele cacimbão foi devolvido à cidade por mim e por Josete Claudino, já na administração de Vituriano de Abreu, no final da década de 1980.

Outros fatores interessantes (sic) é o Cajazeiras Tênis Clube, era formada a antiga casa do Padre Rolim, tinha um conjunto de cajaranas e, lamentavelmente, a sociedade de Cajazeiras deixou que destruísse as cajaranas do Cajazeiras Tênis Clube.

Graças ao pouco tempo que eu passei no Planejamento nós tivemos essa preocupação de fotografar todo patrimônio e encaminhar ao ministério público e ser vigilantes nessas ações. [...] Cajazeiras dentro desse contexto não soube aproveitar a memória do Padre Rolim, ao ponto que não se sabe onde se enterrou o Padre Rolim, se está do lado direito da Igreja Nossa Senhora de Fátima ou do lado esquerdo. Segundo o Padre João Cartaxo que é bom que você grave... Ele tá velhinho, mas tem uma memória viva de Cajazeiras ainda, ele me configurou que está do lado direito [...]

Talvez por não ser natural da cidade as memórias de A. N. ocorrem de maneira que seus discursos se referem mais às suas ações no campo profissional como funcionário ou mesmo como Secretário do Planejamento do município, mas foram essas as expressões que utilizou para falar de suas experiências com o patrimônio arquitetônico de Cajazeiras, uma relação que demonstra interesse e preocupação por este patrimônio arquitetônico ser parte da história da cidade.

Diante do exposto podemos afirmar que as construções antigas que se constituem enquanto patrimônio histórico de Cajazeiras são vistas preponderantemente como um acervo importante e serviram/ servem para ilustrar a história da cidade. Por isso merecem ser preservadas, especialmente para as futuras gerações, para que se possa através delas contar

⁶⁰ A. N. esteve à frente da Secretaria de Planejamento por três vezes: nos mandatos de Vituriano de Abreu (1989-1993); de José Nelo Rodrigues (1993-1997) e do atual prefeito Léo Abreu.

aos filhos e netos como era a cidade no passado, isso é o que nos atesta especialmente o depoimento da secretária de educação do município.

Nesse contexto, convém destacarmos que o Plano Diretor que se encontra atualmente regendo as ações do desenvolvimento urbano de Cajazeiras foi elaborado ainda em 1978, portanto, está defasado no que concerne às muitas transformações pelas quais a cidade passou nas últimas décadas. No entanto, vale ressaltar que, no que diz respeito à preservação patrimonial, o referido plano nada prevê. Contudo, na parte em que se refere às questões da cultura local, que na época estavam vinculadas à Secretaria de Educação, achamos importante destacar que a instalação de um Museu Histórico e Geográfico na Antiga Estação Ferroviária de Cajazeiras figurava entre as propostas a serem desenvolvidas. Tal realização era vista pelos idealizadores do plano como digna de total apoio por parte do poder público, visto que a instalação do museu no antigo, prédio da Estação Ferroviária, seria uma boa maneira de utilizar aquele espaço histórico. Essa possibilidade de uso do espaço nos dá a ideia da existência de algumas iniciativas que, embora tímidas, revelam um desejo de preservação patrimonial na cidade, contudo, vale ressaltar que esse projeto nunca chegou a sair do papel e a instalação de um museu histórico na cidade ainda é um assunto que, esporadicamente, aparece nos discursos de cidadãos locais, especialmente quando se aproxima o dia do aniversário da cidade.

Entretanto, convém destacar que Campos (2009), ao discutir a questão das políticas patrimoniais da cidade moderna diante da globalização, afirma que o objetivo primordial da conservação do Patrimônio Histórico não deve ser, prioritariamente, a dos bens em si, mas sim, os valores sociais agregados a esses bens, bem como aos usos e funções que a sociedade lhes atribui e partilha ao longo de sua existência.

Assim a autora firma que:

Na contemporaneidade, as questões que envolvem o patrimônio e a identidade precisam ser problematizadas sob a lógica da transformação constante dos centros urbanos que passaram a ser analisados como núcleos dinâmicos. Nesse contexto, as cidades não são mais consideradas como um organismo em evolução, tampouco são vistas como o resultado de um acúmulo de eventos históricos que determinaram sua configuração. (CAMPOS, 2009, p. 66)

Isso também é discutido por Meneses (2009), para quem a interpretação do patrimônio é fundamental para que este se faça reconhecido e valorizado por parte da comunidade local. Segundo o historiador, muitos dos projetos desenvolvidos na área de preservação do patrimônio cultural são feitos sem o necessário desenvolvimento de um processo de

interpretação desse patrimônio, o que quase sempre torna a sua existência irrelevante para a comunidade de seu entorno.

Compreendemos que a visão do autor se aplica ao caso de Cajazeiras, onde a inexistência de políticas públicas e de Educação Patrimonial voltadas especificamente para a preservação do patrimônio histórico local compromete a convivência dos cidadãos com esses bens culturais. Grande parcela da população parece alheia ao assunto, por isso o patrimônio arquitetônico não cumpre sua função social, nos moldes em que o autor defende. Para ele seria necessário que o próprio cidadão participasse do processo de interpretação desse patrimônio para que a ação de preservação ocorresse de maneira mais fácil e sustentável (MENESES, 2009, p. 34).

Ainda segundo a compreensão de Meneses a interpretação do patrimônio é um processo por meio do qual são construídas memórias, mas também a realização de leitura críticas a respeito das mesmas. Nesse sentido, a preservação do Patrimônio Histórico não deve servir apenas como musealização do passado, mas sim cumprir seu papel dentro da cultura histórica nos termos defendidos por Neves (1999), ou seja, o Patrimônio Histórico deve ser formador de uma identidade social que leve a um efetivo exercício de cidadania, permitindo à comunidade e aos indivíduos que a integram compreender e questionar o contexto em que estão inseridos e se situam na contemporaneidade.

De acordo com Fonseca, “a elaboração e a aplicação de instrumentos legais, como o tombamento, não são suficientes para que um bem venha cumprir efetivamente sua função de patrimônio cultural junto à sociedade” (2003, p. 67). No caso de Cajazeiras, especialmente, se faz necessária a tomada de ações mais enérgicas por parte do poder público para estabelecer meios de uma efetiva participação dos cidadãos na gestão e proteção do patrimônio histórico local.

No âmbito da Educação, compreendemos que a inserção da Disciplina de Educação Patrimonial no sistema municipal de ensino seria uma maneira de se proporcionar aos alunos e, conseqüentemente, aos cidadãos, o contato de maneira mais dinâmica e democrática com a história local através do conhecimento do patrimônio arquitetônico e histórico estudado. Não queremos dessa forma, atribuir à escola a total responsabilidade pela ressignificação do patrimônio histórico da comunidade, mas compreendemos que o desenvolvimento de atividades pedagógicas é um meio indubitável de se construir novos conhecimentos a partir de novos olhares lançados sobre os bens patrimoniais e a memória por eles suscitadas.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegarmos ao final deste trabalho voltaremos a alguns pontos e conceitos fulcrais desenvolvidos ao longo dos capítulos da dissertação, mostrando as relações entre eles e construindo uma análise que sintetize as principais questões levantadas pela pesquisa, ao mesmo tempo em que buscaremos mostrar mais claramente as relações entre memória, patrimônio e cultura histórica, enumerando exemplos retirados do próprio universo estudado ao longo do trabalho.

No que se refere ao *boom* patrimonial apontado por Hartog no final do século XX, consideramos que, em certa medida, isso foi importante, pois acreditamos que através desse novo olhar lançado ao patrimônio cultural iniciando na Europa e espalhado pelo mundo, foi possível a tomada de conhecimento, por parte de segmentos organizados da sociedade, do patrimônio existente também em pequenas cidades como é o caso de Cajazeiras.

Entendemos que o Patrimônio Histórico, além de se configurar nas majestosas construções existentes no velho continente, ou nas arquiteturas do barroco colonial brasileiro, também é constituído por aquelas que estão nos pequenos centros urbanos e possuem um significado tanto para as memórias, quanto para a história local. Assim, a ascensão e valorização das memórias, parciais, setoriais, particulares, ligadas ao patrimônio – que atualmente é reconhecido nas suas esferas material e imaterial – serve de fundamento para a construção de histórias de grupos particulares, com base nas memórias preservadas, em detrimento da concepção de uma história/ memória nacional dominante.

Contudo, em nossa análise vimos que isso só é possível a partir de aplicação de políticas públicas e de educação patrimonial, que visem a promover a inclusão social da comunidade do entorno desse patrimônio, por meio de atividades culturais com vistas a uma exploração sustentável desses bens, pois o acervo cultural e patrimonial de uma comunidade pode ser representativo de seus valores, mas é preciso que essa comunidade participe de todo o processo de sua constituição.

Tomando por base essas discussões observamos, ainda, que a falta de envolvimento da população de Cajazeiras de uma maneira geral com o patrimônio histórico local, se deve, ao fato de, além de esse patrimônio privilegiar um determinado segmento social de uma condição socioeconômica mais elevada, a inexistência de políticas públicas, também compromete a divulgação desse patrimônio como parte da história local. Acreditamos que uma ampla participação dos diferentes sujeitos sociais na eleição/preservação desse

patrimônio, possibilitaria aos próprios indivíduos, não apenas conhecerem essa história, mas se posicionarem de maneira crítica e reflexiva diante da mesma. A partir disso, compreenderiam sua inserção no meio social do qual fazem parte, bem como o patrimônio histórico que o cerca. Ao contrário disso, a distância existente entre a comunidade e os bens culturais que possui revela, em certa medida, a própria desigualdade existente em diversos níveis: social, cultural, econômico.

Compreendemos ainda que é nesse sentido que o patrimônio histórico se torna parte de uma cultura histórica nos termos em que Neves (1999) defende como a identidade social de um povo sendo que essa identidade seria/é adquirida pelo conhecimento da história de sua comunidade, mas não somente como acúmulo de conhecimento, mas também para compreender seu papel no meio social que o cerca, pois se acredita que a preservação do Patrimônio Histórico e a criação de políticas públicas de educação patrimonial são ações significativas para a construção de uma cultura histórica local, ao mesmo tempo em que desenvolvem na comunidade social uma cultura de preservação.

Ainda de acordo com Neves, a memória é determinante para que tanto os indivíduos como a própria comunidade consigam instituir a imagem que possuem de si mesmos. Nessa acepção, concorda-se ainda com Halbwachs, quando afirma que a memória também necessita da existência de um meio material no qual conserve as lembranças *reconstruídas* no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, em determinado momento, à disposição no conjunto de representações que povoam a consciência atual (BOSI, 1994, p. 55). Desse modo, pode-se dizer que o patrimônio histórico e cultural, sendo um substrato para a memória, é também um fenômeno considerável para a construção e difusão de uma determinada cultura histórica.

Assim sendo, a preservação de um patrimônio histórico também deve ser importante para o indivíduo se afirmar enquanto cidadão participativo de sua comunidade e da cultura nela existente, e a Educação Patrimonial, nesse sentido, seria uma maneira de redirecionar o imaginário social e político para a valorização desse patrimônio como parte da história e cultura histórica locais.

Mesmo entendendo que a aplicação da Educação Patrimonial, como disciplina escolar, pode não ser garantia de um total sucesso no que se refere à preservação de um patrimônio histórico, pois como afirma Barbosa (2005) isso vai depender também da maneira como essa metodologia vai ser trabalhada em sala de aula, acreditamos que ela seria uma maneira eficiente de promover os bens patrimoniais junto aos alunos, “pois se espera que esses jovens

estudantes se transformem em agentes multiplicadores e atuem, como tal, nas suas escolas, famílias e comunidades” (GOMINHO FILHO, 2006, p. 142-143).

Dessa forma, defendemos também que, para se preservar um acervo patrimonial, se faz necessário, além de políticas, a parceria entre os vários segmentos organizados da sociedade, a exemplo de órgãos como secretarias de educação e cultura, universidades, prefeitura, e se possível com a criação de um órgão municipal específico para tratar das questões patrimoniais perante as instâncias estadual e federal que são as que detêm o poder de ação no que se refere à proteção/ preservação do patrimônio tombado. Assim sendo as pedras da cidade devem /podem ser conservadas como parte de um acervo de memórias sustentadas pelo próprio patrimônio histórico.

Nesse sentido, é importante ressaltar que nossa abordagem com relação à cidade e modernidade se deu por compreendermos, segundo o pensamento de Simão (2006), que foi a partir do processo do avanço da industrialização que se iniciaram, no mundo, as transformações que modificaram o perfil social e urbano das cidades, levando a uma aceleração sem precedentes no que se refere à edificação de novas construções e a demolição de antigas, o que levou também ao desencadeamento das ações em torno da proteção do patrimônio arquitetônico antigo. Ainda no século XIX, as teorias de preservação foram responsáveis por espalharem pelo resto do mundo a preocupação com o seu patrimônio histórico edificado.

Ainda sobre esse ponto cabe retomarmos a discussão de que, na virada do século XIX para XX, a grande evolução urbana vivenciada, sobretudo nas metrópoles europeias, também foi sentida nas pequenas urbes como é o caso de Cajazeiras, onde seus habitantes almejavam e concretizaram a conquista dos signos do moderno, como identifica Mariano (2010): luz elétrica, o trem, o automóvel, o cinema, os jornais, o telefone, o futebol, e, de maneira especial, as construções arquitetônicas que, seguindo os padrões artísticos da época, foram edificadas com capricho e riqueza de detalhes que evidenciavam/evidenciam o poder social e econômico de seus antigos proprietários.

Diante desse processo de crescimento e modernização das cidades no início do século XX, no Brasil também se inauguraram, ainda na década de 1930, as políticas culturais de preservação patrimonial que foram avançando ao longo das décadas seguintes e seguindo o próprio ritmo dos regimes políticos que foram se sucedendo no país. Consideramos que esta análise foi importante para percebermos a maneira como as políticas culturais foram avançando no que diz respeito à compreensão e preservação patrimonial no Brasil e que mesmo que na atualidade ainda faltem políticas públicas e/ ou a ineficácia de algumas delas

comprometa uma preservação sustentável do patrimônio histórico, elas podem ser consideradas grandes conquistas. Consideramos o reconhecimento do patrimônio imaterial ou intangível um dos aspectos mais importantes.

Buscamos ainda, por intermédio da realização de um levantamento fotográfico, apresentar parte do acervo arquitetônico de Cajazeiras, historiando cada um dos bens apresentados e mostrando aspectos de sua atual situação. E, com a realização de entrevistas realizadas com algumas pessoas representativas de determinados segmentos da sociedade no campo nas esferas pública e privada, buscamos analisar em que medida existe uma preocupação por parte desses indivíduos com relação ao patrimônio histórico tombado pelo IPHAEP na cidade de Cajazeiras.

O que constatamos foi que os cidadãos entrevistados possuem considerável interesse com relação à proteção do patrimônio arquitetônico e histórico em Cajazeiras, embora não se possa afirmar isso sobre a sociedade em geral. Diante dessa realidade acreditamos que nossos entrevistados também podem ser apontados como potenciais aliados na divulgação desse patrimônio. Isso poderá ser realizado por meio de ações que visem parcerias entre instituições públicas e privadas, a fim de desenvolver políticas que, de algum modo, incentivem os proprietários a manter seus imóveis dentro do contexto patrimonial a que pertencem. Acreditamos que incentivos por meio de abatimento de tributos municipais sejam relevantes, tanto para os proprietários como para empresas que vierem a ajudar na manutenção, preservação e salvaguarda desses bens.

Em outra medida, defendemos a criação de um órgão municipal que complemente, atuando de maneira mais ágil, as atribuições do IPHAEP, na fiscalização e proteção dos bens tombados e, sobretudo, a aplicação da Educação Patrimonial como política pública, por acreditarmos que, através dessa disciplina, seja possível conseguir resultados positivos no que concerne a uma sustentabilidade do patrimônio, atribuindo ao mesmo um novo significado para a população local no que se refere ao sentimento de pertença. Dessa maneira, entendemos que patrimônio histórico não deve ser entendido como antiguidade morta a nos falar de um passado construído por uma elite econômica e social extinta, mas, ao contrário, ser uma ponte ao passado com vistas a um futuro sustentável e participativo. Assim sendo, acreditamos que a partir desse entendimento será possível, através do conhecimento do patrimônio histórico, refletir de forma crítica sobre a sociedade em que vivemos.

Diante do exposto, enfatizamos que as discussões apresentadas ao longo desta dissertação buscaram apresentar de maneira panorâmica, os temas propostos e discutidos em cada um de seus capítulos, onde procuramos traçar, em linhas gerais, as relações entre

memória, patrimônio e cultura histórica. Destacamos também que este não é o final dessa pesquisa, mas sim, o indício de que novas trajetórias estão abertas aos pesquisadores que queiram aprofundar essa temática. Um caminho que apontamos e achamos relevante talvez, seja por meio de um trabalho mais aprofundado de História Oral, analisar as memórias de um número maior de pessoas dos vários segmentos da sociedade cajazeirense acerca de como interpretam o patrimônio histórico aqui analisado.

Por fim, queremos dizer que este é primeiro trabalho acadêmico da cidade que se ocupou da questão do Patrimônio Histórico, buscando fazer uma relação desse com a história e a memória locais, mas acredito que novos estudos sobre esta temática poderão/ deverão ser realizados, visto que o conhecimento aqui produzido não tem por objetivo ser o único nem o último: novas questões poderão ser levantadas e novas fontes podem ser encontradas, o que possibilitará um amadurecimento desse conhecimento. Estamos conscientes de que lacunas podem não ter sido preenchidas. Contudo, ao longo do percurso da pesquisa e escrita da dissertação, buscamos responder às questões que, a nosso ver, eram/são pertinentes.



6 – REFERÊNCIAS

6.1 – Livros

- ABREU, Regina & CHAGAS, Mário (orgs). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- AULETE Digital. Sítio Institucional. Disponível em: <<http://aulete.uol.com.br/>>. Acesso em: 25 jul. 2010.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru: EDUSC, 2007.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BARRETTO, Margarita. *Turismo y Cultura: relaciones, contradicciones y expectativas*. El Sauzal (Tenerife, Espanha): ACA/ PASOS/ RTPC, 2007 (Col. “PASOS edita”, n. 1).
- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: 1ª a 4ª séries: História e Geografia*. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- _____. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: 5ª a 8ª séries: História*. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- _____. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio. Parte IV – Ciências Humanas e suas tecnologias*. Brasília: MEC, 1999.
- _____. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais*. Brasília: MEC/SEF, 2001.
- _____. Lei nº 9.394/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional. MEC. Brasília, 20 de dezembro de 1996.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989 (Col. “Memória e Sociedade”).
- CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- CABRAL FILHO, Severino. *O pão da memória: velhos padeiros, lembranças, trabalho e história*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Tradução de Maria de Lourdes de Menezes. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução Lisboa: Delfi, 1988 (Col. “Memória e sociedade”).
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 3. ed. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.
- CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: a sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- COSTA, Antonio Assis de. *As Cajazeiras que eu vi e onde vivi*. João Pessoa: Gráfica Progresso, 1986.
- DIAS, Margarida Maria Santos. *Intrepida ab Origine: o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da História Local*. João Pessoa: Almeida, 1996.
- FÉLIX, Edilene. *Cidade de Areia: patrimônio cultural, um passeio pela História*. João Pessoa: SEBRAE/PB, 2008.
- FERRARA, Lucrécia D’Aléssio. *Ver a cidade: cidade, imagem e leitura*. São Paulo: Nobel, 1988 (Col. Espaços).
- FONSECA, Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.
- GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1996 (Série “Risco Original”).

- GONÇALVES, Regina Célia. *Guerras e açúcares: política e economia na Capitania da Parayba – 1585-1630*. Bauru: EDUSC, 2007.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- HORTA, M. de L. P; GRUMBERG, E. & MONTEIRO, A. Q. *Guia Básico de Educação patrimonial*. Brasília: IPHAN/MinC; Petrópolis: Museu Imperial, 1999.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 3. ed. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
- LE MOS, Carlos A. C. *O que é patrimônio histórico*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006 [1982] (Col. “Primeiros Passos”).
- LEITÃO, Deusdedit. *O inventário do tempo: memórias*. João Pessoa: Edições Empório dos livros, 2000.
- MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. *Signos em confronto: o arcaico e o moderno na Princesa (PB) na década de 1920*. João Pessoa: Editora Universitária, 2010.
- MENESES, José Newton Coelho. *História e Turismo cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- MURTA, Stela Maris & ALBANO, Celina (orgs). *Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007 [2000] (Col. “Espaços da Memória”).
- ROCHE, Daniel. *O povo de Paris: ensaio sobre a cultura popular no século XVIII*. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Edusp, 2004.
- ROLIM, Francisco Matias. *Do miolo do sertão: a história de Chico Rolim contada a Sebastião Moreira Duarte*. João Pessoa: GRAFSET, 1998.
- ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003 [1995] (Col. “Primeiros Passos”).
- SANTOS, Boaventura de Souza. *A Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.
- SOUZA, Antonio José de. *Cajazeiras nas crônicas de um mestre escola*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1981.
- SIMÃO, Maria Cristina Rocha. *Preservação do patrimônio cultural em cidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: SEVCENKO, Nicolau. (org.) *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 (História da vida privada no Brasil; 3).

6.2 – Artigos

- ARANHA, Gervácio Batista. Seduções do moderno na Parahyba do Norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1925). In: SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de *et alli*. *A Paraíba no Império e na república: estudos de história social e cultural*. João Pessoa: Idéia, 2005, p. 79-131.
- BARREIRA, Irllys Alencar F. A cidade no fluxo do tempo: invenção do passado e patrimônio. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 1, n. 9, jan./jun. 2003, p. 314-339.
- CABRAL, Ana Karina Pereira & OLIVEIRA, Carla Mary S. Políticas de Preservação do Patrimônio Histórico no Brasil e na Paraíba: o IPHAN, o IPHAEP e o Turismo Cultural. *Anales del 3er Congreso Virtual de Turismo Cultural NAYa*. Buenos Aires: NAYa, 2005. Disponível em: <http://www.naya.org.ar/turismo/congreso2005/ponencias/Carla_Mary_Oliveira_Ana_Karina_Pereira_Cabral.htm>. Acesso em: 22 out. 2008.
- CAMPOS, Luana Carla Martins. Políticas de preservação do patrimônio no mundo globalizado: o ICMS cultural e a regionalização da proteção dos acervos culturais em Minas Gerais. In: AZEVEDO, Flávia Lemos Mota de; PIRES, João Ricardo Ferreira; CATÃO, Leandro Pena (orgs.). *Cidadania, memória e patrimônio: as dimensões do museu no cenário atual*. Belo Horizonte: Crisálida, 2009, p. 59-75.

- CARDOSO, Ciro Flamarion; MAUAD, Ana Maria. História e Imagem: Os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 401-417.
- CURY, Cláudia Engler & VIRGÍNIO, Isabella. Educação Patrimonial: possibilidades para o ensino de história. XXV Simpósio Nacional da ANPUH. Fortaleza: UFC, 2009. Trabalho não publicado. Ver anais do evento
- FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (orgs.) *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 56-76.
- FLORES, Elio Chaves. Dos feitos e dos ditos: história e cultura histórica. *Saeculum - Revista de História*, João Pessoa, DH/PPGH/UFPB, n. 16, jan./jun. 2007, p. 83-102.
- GAWRSZEWSKI, Alberto, As Constituições brasileiras e os bens culturais. In: *Anais 8ª Cidade Revelada. Encontro de Patrimônio Histórico, Arquitetura e Turismo*, 2005. Itajaí: Prefeitura Municipal de Itajaí, 2005. V. 1. p. 1-11.
- HARTOG, François. Tempo e patrimônio. *Varia Historia*, Belo Horizonte, PPGHis-UFMG, v. 22, n. 36, jul./dez. 2006, p. 261-273.
- MARTINS, Roberto de Andrade. Grupo de História e Teoria da Ciência Instituto de Física Gleb Wataghin. Sítio institucional. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, s.d. Disponível em: <<http://www.ifi.unicamp.br/~ghc/>>. Acesso em: 13 abr. 2010.
- MENESES, Ulpiano Teixeira Bezerra de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP/ FAPESP, 1999, p. 11-29 (Col. “Seminários & Debates”).
- MENESES, José Newton Coelho. Memória e historicidade dos lugares: uma reflexão sobre a interpretação do patrimônio cultural das cidades. In: AZEVEDO, Flávia Lemos Mota de; PIRES, João Ricardo Ferreira; CATÃO, Leandro Pena (orgs.). *Cidadania, memória e patrimônio: as dimensões do museu no cenário atual*. Belo Horizonte: Crisálida, 2009, p. 32-45.
- NEVES, Joana. Participação da comunidade, ensino de História e cultura histórica. *Saeculum - Revista de História*, João Pessoa, DH/PPGH/UFPB, n. 6/7, 1999, p. 35-47.
- NEVES, Lucília de Almeida. Memória, História e sujeito: substratos da identidade. *História Oral – Revista da Associação Brasileira de História Oral*, São Paulo, n. 3, jun. 2000, p. 109-116.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, PUC-SP, n. 10, 1993, p. 7-28.
- OLIVEIRA, Fabiana de & SOARES, André Luís Ramos. Educação patrimonial e a pesquisa arqueológica do “Sítio Casa de David Canabarro” em Santana do Livramento, RS. *Anais do IX Cidade Revelada: I Fórum Nacional de Conselhos de Patrimônio Cultural*. Itajaí: Editora Maria do Cais, 2006, p. 1-18.
- PINSKY Jaime & PINSKY, Carla Bassanezi. Por uma História prazerosa e conseqüente. In: KARNAL, L.(org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 17-36.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v. 2, n. 3, 1999, p. 3-15.
- _____. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- SANTOS, Cecília Rodrigues. Novas fronteiras e novos pactos para o Patrimônio Cultural. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 2, 2001, p. 43-48.
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. A cultura histórica em representações sobre territorialidades. *Saeculum - Revista de História*, João Pessoa, DH/PPGH/UFPB, n. 16, jan./jun. 2007, p. 33-46.
- SILVA FILHO, Osmar Luiz da. Quando o historiador encontra a cidade. In: FORTUNATO, Maria Lucinete; OLIVEIRA, Francisca Bezerra de (orgs.). *Ensaio: abordagens teórico-metodológicas em pesquisa*. Campina Grande: EDUEFCG, 2005, p. 78-100.
- SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra. Cristiano Pimentel: cidade e civilização em crônicas. In: SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de *et alli. A Paraíba no Império e na república: estudos de história social e cultural*. João Pessoa: Ideia, 2005, p. 133-184.

VALECILLO, Zaida Garcia. Como acercar los bienes patrimoniales a los ciudadanos? Educación Patrimonial, um campo emergente em la gestión del patrimônio cultural. *Pasos: revista de Turismo e Patrimônio Cultural*, Canarias, Universidad de la Laguna, v. 7, n. 2, 2009, p. 271-280.

6.3 – Teses e Dissertações

BARBOSA, Vilma de Lurdes. *Contribuições para pensar, fazer e ensinar a história local*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2005.

CURY, Cláudia Engler. *Políticas culturais no Brasil: subsídios para a construção de brasilidade*. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2002.

GOMINHO FILHO, Fortunato Ferraz. *Bens patrimoniais e escolas públicas uma aproximação necessária*. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Bens Culturais). Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais; Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2006.

LOPES, Fátima Faleiros. *Memória, história, educação: trilhas sugeridas por um Almanaque*. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2002.

_____. *A cidade e a produção de conhecimentos histórico-educacionais: aproximações entre a Campinas moderna de José de Castro e a Barcelona “modelo”*. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2007.

NASCIMENTO, Maria Célia Marinho do. *Filhas e irmãs do Padre Ibiapina: Educação e devoção na Paraíba (1860-1883)*. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes; Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2009.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. *Memória, história e patrimônio histórico: políticas públicas e a preservação do patrimônio histórico*. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2002.

OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de. *O conservadorismo a serviço da memória: tradição, museu e patrimônio no pensamento de Gustavo Barroso*. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003.

SILVA FILHO, Osmar Luiz da. *Na Cidade da Parahyba, o percurso e as tramas do moderno*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1999.

TARGINO, Maria Ivonilde Mendonça. *Uma experiência de Educação Patrimonial na cidade de João Pessoa: o processo de elaboração das “Cartilhas do Patrimônio” pelo IPHAEP (1980-2003)*. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes; Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2007.



7 – ANEXOS

7.1 – Anexo A - Decreto n. 25.140, de 28 de junho de 2004.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA

PODER EXECUTIVO

GABINETE DO GOVERNADOR

Decreto n. 25.140, de 28 de junho de 2004.

Homologa a deliberação nº 0044/ 2003, do Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais – CONPEC, Órgão de Orientação Superior do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP, declaratória da Delimitação do Centro Histórico Inicial da cidade de Cajazeiras, deste Estado, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 86 inciso IV da Constituição do Estado, e atendendo ao disposto no Art. 40 do decreto nº 7.819, de 24 de outubro de 1978, e.

Considerando que o Conselho deliberativo do Instituto do Patrimônio Histórico e artístico do estado da Paraíba – CONPEC ao apreciar proposta de Delimitação do Centro Histórico Inicial da cidade de Cajazeiras, aprovou o traçado que define as áreas de Preservação Rigorosa e Preservação Ambiental daquele município, tendo como objetivo preservar o Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Natural ali existente.

DECRETA:

Art. 1 Fica homologada a deliberação nº 0044/2003 do Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais – CONPEC. De 27 de novembro de 2003, declaratória da Delimitação do Centro Histórico inicial da cidade Cajazeiras, deste Estado, indicativo das áreas de Preservação Rigorosa compreendida pelo perímetro que define esta delimitação: A linha demarcatória do traçado contorna o Açude grande, seguindo as Ruas Coronel Guimarães, Manuel Mariano, Juvêncio Carneiro, Germiniano de Sousa, Victor Jurema, contornando a quadra do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, através da Rua Barão do Rio Branco, contornando a Praça José Guimarães até a Rua Padre Ibiapina, perfazendo o contorno de todo o Colégio Diocesano, ficando estas áreas sob a jurisdição do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP.

Art. 2º - Os seguintes imóveis isolados ficam tombados, para integrarem o Patrimônio Histórico e Cultural do Estado da Paraíba: Cajazeiras Tênis Clube, Praça e Matriz de Nossa Senhora de Fátima, Praça Mãe Aninha, Colégio Nossa Senhora de Lourdes, Colégio Diocesano, Catedral de Nossa Senhora da Piedade, Palácio Episcopal, Praça Cardeal Arco verde, prefeitura Municipal e Praça João da Mata, Seminário Nossa Senhora da Assunção e o Colégio de Nossa Senhora do Carmo.

Art. 3º - O Morro Cristo Rei, considerado patrimônio ambiental do referido município, deverá ser preservado, inicialmente, através de cadastramento.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 28 de junho de 2004: 116º da Proclamação da República.

CÁSSIO CUNHA LIMA
Governador



7.2 – Anexo B – Minuta de Resolução – PROBECH – 20 jun. 2009, João Pessoa – PB

MINUTA DE RESOLUÇÃO No. _____

DIRETRIZES PARA A IMPLANTAÇÃO DA OBRIGATORIEDADE DA TEMÁTICA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL EM TODAS AS SUAS ETAPAS E MODALIDADES A SEREM OBSERVADAS PELAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA.

O Conselho Municipal de Educação do Município de João Pessoa, no uso de suas atribuições e fundamentado no Título VIII, Capítulo III, Seção II nos artigos 215 e 216 com seus parágrafos e incisos da Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nos seus artigos nonono e nono, no IPHAN e no Título VI, Capítulo III, Seção I, artigo 188 da Lei Orgânica do Município de João Pessoa/1990.

resolve:

Capítulo I

Da Natureza e dos Fins

Art. 1º – Em consonância a Constituição Federal no que se refere a defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro e a democratização do acesso aos bens de cultura, o município de João Pessoa institui a obrigatoriedade do estudo e o ensino do tema da Educação Patrimonial nos diversos níveis e modalidades do Ensino Fundamental nas unidades de ensino do município de João Pessoa, em caráter transversal.

Parágrafo Único - A inserção do tema da Educação Patrimonial na rede de ensino do município de João Pessoa\PB está em consonância com o Plano Nacional de Cultura referendado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes (SEDEC).

Art. 2º – Apoiado na perspectiva da Educação Patrimonial e respaldado nas Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Cultura (ano) a inserção do tema da Educação Patrimonial na rede de ensino do município de João Pessoa\PB pretende ampliar o foco dos currículos escolares para a valorização e preservação dos bens culturais paraibanos, de natureza

material e imaterial, portadores de referência à identidade, à ação e memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Constituição Federal, artigos 215 e 216).

Art. 3º – A perspectiva da multiculturalidade ou interculturalidade, preconizada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, deverá nortear a temática da Educação Patrimonial quanto aos procedimentos e encaminhamentos didáticos e pedagógicos adotados no âmbito de todo o currículo escolar.

Art. 4º - Para todo o currículo escolar, em especial para as áreas de Artes, Língua Portuguesa, Literatura, História e Geografia Brasileiras, tornam-se obrigatórios, simultaneamente ao enfoque transversal, o ensino e o estudo de conteúdos referentes à Educação Patrimonial. Justificam-se a recomendação dessas áreas os seguintes motivos:

- I – O ensino da Geografia foi considerado pela relação indissociável entre tempo e espaço na análise histórica e cultural; JANETE
- II – O ensino de Artes foi incluído em razão da ERINALDO;
- III – O ensino da Língua Portuguesa foi inserido porque as linguagens escritas e orais constituem campos basilares para a consolidação ou desarticulação da identidade social e cultural;
- IV – O ensino da História CARLA MARY

Capítulo II

Da Administração

Art. 5º – O Conselho Municipal, conforme funções previstas na lei 8.996, de 27 de dezembro de 1999, terá a incumbência de inspecionar a aplicabilidade das diretrizes preconizadas nesta resolução, aplicando as penalidades previstas em legislação, caso haja descumprimento, distorção ou omissão no cumprimento destas diretrizes nas unidades de ensino do município de João Pessoa.

Art. 6º – A SEDEC acompanhará pedagogicamente, em consonância com princípios da Educação Patrimonial, fundados na efetivação de um ensino de qualidade, o processo de implantação e orientação do ensino da Educação Patrimonial no Município de João Pessoa.

Art. 7º – O processo de inserção do ensino sobre a Educação Patrimonial será implantado pela SEDEC em parceria com outras secretarias e instâncias da gestão pública municipal, estadual e federal. No âmbito da Prefeitura Municipal, a ação será em parceria com a Coordenadoria de Proteção dos Bens Históricos e Culturais de João Pessoa.

Art. 8º - No processo de inserção do ensino sobre a Educação Patrimonial, caberá a Coordenadoria de Proteção dos Bens Históricos e Culturais de João Pessoa a articulação dentre outros setores, com a finalidade de apoiar e assessorar a construção coletiva de políticas educacionais voltadas para o conhecimento, a valorização e a preservação do Patrimônio Cultural do município de João Pessoa.

Parágrafo Único - Na inserção da Educação Patrimonial, a Coordenadoria de Proteção dos Bens Históricos e Culturais de João Pessoa terá as seguintes atribuições:

I - Contribuir com a equipe pedagógica da SEDEC dos diferentes segmentos, buscando garantir a inserção das questões de cultura, patrimônio material e imaterial, tombamento, preservação e revitalização e temas correlatos, na formação continuada e nos currículos escolares;

II – Articuladora de órgãos de outras instâncias da gestão pública municipal, estadual e federal;

III - Colaborar com a SEDEC na formação continuada do professorado da rede municipal acerca dos conteúdos /programas referentes à temática Educação Patrimonial;

IV - Organizar em parceria com a SEDEC e com a sociedade civil organizada seminários, fóruns, encontros e eventos que tratem das questões referentes ao tema Educação Patrimonial, bem como de temas correlatos, de forma a contribuir para a ampliação e o aprofundamento destas questões em diferentes espaços;

V - Contribuir em ações para a difusão e valorização do Patrimônio Cultural material e imaterial do município de João Pessoa;

→ e imaterial?

- VI - Contribuir e apoiar ações que envolvam toda comunidade escolar com foco na Educação Patrimonial;
- VII - Estimular ~~e garantir~~ a inserção da temática da Educação Patrimonial nas propagandas e campanhas publicitárias da educação municipal e das diferentes instâncias da ~~gestão~~; *administração municipal*;
- VII - Colaborar com a elaboração de instrumentos de monitoramento relativos à Educação patrimonial e sua implantação nas unidades de ensino do município de João Pessoa;
- VIII – Coordenar a produção de material pedagógico ^{didático} ~~instrucional~~ que verse sobre a temática da Educação Patrimonial e temas correlatos, de forma a contribuir com a sua inserção qualificada nas unidades de ensino do município de João Pessoa.

Capítulo III

Do Alunado

Art. 9º – As unidades de ensino do município de João Pessoa proporcionarão ao alunado o acesso aos conteúdos de Educação Patrimonial de forma a contribuir para a construção de uma visão crítica, para o exercício da cidadania participativa, mediante um processo de vivência histórica e cultural.

Art. 10º – Deverá ser garantido ao alunado o direito, nos diversos níveis e modalidades, ao estudo, a pesquisa e ao ensino da Educação Patrimonial.

Capítulo IV

Da organização

Art. 11º – A fixação de objetivos e a elaboração de conteúdos/programas referentes ao tema Educação Patrimonial são de competência da SEDEC e do Conselho Municipal de Educação, em parceria com a Coordenadoria de Proteção dos Bens Históricos e Culturais de João Pessoa e em diálogo com as unidades de ensino e os demais segmentos envolvidos.

Capítulo VI

Da Docência

Art. 18º - Cabe aos órgãos e instituições integrantes do Sistema Municipal de Ensino viabilizar procedimentos e ações para que a formação continuada dos professores em exercício abarque as diretrizes desta Resolução.

Art. 19º - Cabe à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, da Prefeitura Municipal de João Pessoa, por meio dos seus órgãos competentes, assegurar a implantação dessas diretrizes acompanhando e avaliando os resultados.

Art. 20º - Os casos omissos nesta Resolução serão resolvidos pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 21º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

João Pessoa, 20 junho de 2009.



7.3 – Anexo C – Parecer do Conselho Municipal de Educação – 15 dez. 2009, João Pessoa-PB



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Interessado: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA SEDEC		
Assunto: Inclusão da Educação Patrimonial, na Rede P. Municipal de Ensino		
Relatorias: Maria Alves de Souza Lima e Vera Lúcia C. de Melo		
Parecer Nº 019/2009	Câmara ou Comissão	Aprovado em:
		15/12/2009
	Ensino Fundamental	Processo nº 058/09

Relatório

A Sra. Secretária de Educação e Cultura do Município de João Pessoa encaminha ao Conselho Municipal de Educação o processo de número 2009/05 9008, que trata da minuta de resolução sobre a inclusão da Educação Patrimonial, como tema transversal, no currículo da rede municipal de Ensino para análise e Parecer

Fundamentação:

O Brasil, em toda sua imensa extensão territorial, é uma nação pluricultural principalmente pelas diversas etnias que a formara. Nossa cultura, vem sendo transmitida através das sucessivas gerações, sempre se renovando e se recriando num processo vivo e dinâmico, propiciando à nação a possibilidade de construir sua própria identidade. E a manifestação dessa identidade se revela através do nosso Patrimônio Cultural.

Por meio da Educação Patrimonial, o processo de ensino e aprendizagem pode ser dinamizado e ampliado, muito além do ambiente escolar onde toda uma comunidade pode estar envolvida.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o ensino fundamental, elaborados pelo Ministério da Educação (MEC), trazem uma inovação ao permitir a necessária interdisciplinaridade na educação básica, mediante a introdução dos chamado “temas transversais”, que deverão perpassar as diferentes disciplinas escolares. Dois desses temas transversais, possibilitam à escola o estudo do patrimônio histórico e a conseqüente adoção de projetos de educação patrimonial. Trata-se dos temas do meio ambiente e da pluralidade cultural.

Conforme Inciso III do art. 18 da Lei Complementar Nº 029 de 05.08.02 do Código Municipal do Meio Ambiente de João Pessoa, as Zonas de Proteção histórica, artístico e cultural são áreas de diferentes dimensões, vinculadas à imagem da cidade, por caracterizarem períodos históricos, artísticos e culturais significativos para o Município.

O inciso V do art. 3º de Lei supra citada, determina a promoção da educação ambiental de maneira multidisciplinar, interdisciplinar nos níveis de ensino oferecidos pelo Município.

Como se vê, já há espaços normativos para que a escola vivencie experiências inovadoras capazes de suscitar nos alunos o interesse pelo conhecimento e pela preservação de nossos bens culturais. No entanto, é preciso que as secretarias de educação dos estados e municípios, em parceria com os órgãos de preservação, realizem cursos e atividades pedagógicas que instrumentalizem o professor

com a concepção e a metodologia da educação patrimonial. Só assim estaremos dando condições efetivas para que a escola se constitua num espaço privilegiado para o exercício da cidadania de nossas crianças adolescentes e jovens mediante o conhecimento e a valorização dos bens culturais que compõem o multifacetado patrimônio histórico nacional.

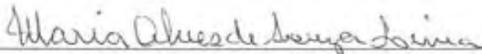
Parecer:

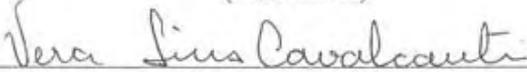
Diante do exposto, o Conselho Municipal de Educação de João Pessoa entende que a Educação Patrimonial constitui um campo de conhecimento da Educação Ambiental de extrema importância na formação integral do cidadão, devendo a escola incorporá-la na transversalidade dos componentes curriculares que integram a Proposta Pedagógica da Escola, dispensando a mesma, tratamento semelhante aos demais temas transversais.

Neste sentido, a inclusão da Educação Patrimonial no currículo do Ensino Fundamental das escolas que integram o Sistema Municipal de João Pessoa, dispensa a formalidade de uma Resolução deste Conselho.

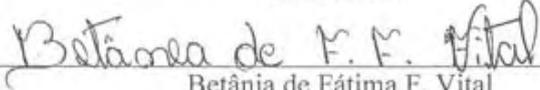
É o parecer.

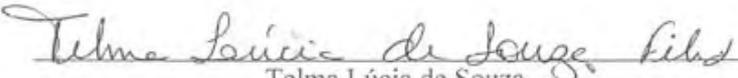
João Pessoa, 15 de dezembro de 2009.

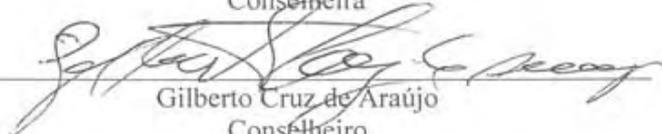

 Maria Alves de Souza Lima
 (Parecerista)

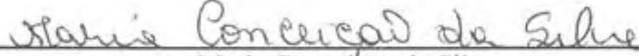

 Vera Lúcia C. de Melo
 (Parecerista)

 Eliene Dias da Silva
 Conselheira


 Betânia de Fátima F. Vital
 Conselheira


 Telma Lúcia de Souza
 Conselheira


 Gilberto Cruz de Araújo
 Conselheiro


 Maria Conceição da Silva
 Conselheira



7.5 – Anexo E – Fotos do antigo Hotel Oriente – Cajazeiras.



Hotel Oriente, s.d.
(Foto: Acervo Borracha)



Antigo Hotel Oriente, 2007.
(Foto: José Carlos Alves Freitas)



7.6 – Anexo F – Fotos da Lanchonete São Braz – Cajazeiras.



Praça Coração de Jesus, com o prédio da Lanchonete São Braz à direita, década de 1950.
(Foto: Acervo Borracha)



Lanchonete São Braz, 2007.
(Foto: José Carlos Alves Freitas)

